

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem

TÚLIO SOUSA VIEIRA

“A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”: refração dos sentidos de *crise* na memória da imprensa brasileira nos anos de 1964 e 2014.

Mariana/MG

2018

TÚLIO SOUSA VIEIRA

“A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”: refração dos sentidos de *crise* na memória da imprensa brasileira nos anos de 1964 e 2014.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Memória Cultural.

Orientador: Prof. Dr. William Augusto Menezes

Mariana/MG

2018

V658r Vieira, Túlio Sousa.
 Refração dos sentidos de crise na memória da imprensa brasileira nos anos de
 1964 e 2014 [manuscrito] / Túlio Sousa Vieira. - 2018.
 138f.: il.: color, tabs.

 Orientador: Prof. Dr. William Augusto Menezes.

 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
 Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-
 Graduação em Letras.
 Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

 1. Refração. 2. Memória. 3. Crises. I. Menezes, William Augusto. II.
 Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 808(043.3)



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

TÚLIO SOUSA VIEIRA

***A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE: REFRAÇÃO
DOS SENTIDOS DE CRISE NA MEMÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA
NOS ANOS DE 1964 E 2014***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Aprovada em 22 de junho de 2018 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

William D

**Prof. Dr. William Augusto Menezes
(Orientador da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP**

Paulo Henrique Aguiar Mendes

**Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP**

Antônio Luiz Assunção

**Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ**

Para Maria Lucia e Jandir.

Para Luiz Filipe.

Para Flávia.

Aos sujeitos de ontem, hoje e aos de amanhã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, professor Doutor William Augusto Menezes, que aceitou a tarefa árdua de acompanhar meus trabalhos, minhas (in)dependências dentro da prática de pesquisa e escrita acadêmica, e principalmente por me permitir saber das idas e vindas do ser sujeito acadêmico. Sou eternamente grato, professor, por seus ensinamentos, seu exemplo e por sua amizade.

Ao professor Doutor Paulo Henrique Aguiar Mendes, companheiro de reflexões e ensinamentos a mim emprestados. Sua ajuda foi fundamental para o meu desenvolvimento e para o andamento profícuo desta pesquisa.

À CAPES, por fomentar este trabalho e por me permitir dedicar em tempo integral à investigação desta pesquisa.

A todas as professoras e professores, amigas e amigos do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que também foram parte importante nesta trajetória acadêmica que concluo.

Agradeço, em especial, a Lúcia Simplício, ex-secretária do Pós-Letras, pela disposição e atenção a mim dedicadas.

Ao Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória (GEDEM) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por todas as oportunidades e caminhos que fizeram este pesquisador evoluir criticamente.

Ao amigo e querido professor Doutor Marco Antonio Villarta, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), pelas provocações e conhecimentos que suscitaram meu interesse na encruzilhada dos estudos em Análise do Discurso e, principalmente, nas veredas dos estudos bakhtinianos. Também ao GEDISC (Grupo de Estudos Discursivos sobre o Círculo de Bakhtin), que propiciou diversos momentos, ainda na graduação, de embasamento reflexivo e de práticas e momentos acadêmicos

importantes que alicerçaram meus estudos para que, conseqüentemente, eu conseguisse entrar na pós-graduação.

À professora Doutora Helena Maria Ferreira, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), primeira orientadora, amiga e companheira dos meus primeiros passos no universo acadêmico.

Ao professor Doutor João Bôsko Cabral dos Santos, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pelos ensinamentos e conversas, além da indicação tão importante para orientação com o professor William Menezes.

À minha mãe, Maria Lucia, meu pai, Jandir e ao meu irmão Tiago, pelo forte e imprescindível laço familiar que formamos.

Ao meu filho, por compreender minha ausência, minhas faltas e falhas neste período de formação, e por ser, ao mesmo tempo, meu incentivo e minha certeza diária.

À Flávia. A você, bonita, meu amor e gratidão. Você faz parte e é muito importante para mim!

Já os militares que a 'Marcha' quer de volta, não recomendo. Sob eles, a família se esgarçou, a liberdade acabou e, em pouco tempo, o próprio Deus saiu de fininho para não se comprometer.

Ruy Castro, escritor e jornalista.



Charge de *Duke*, Eduardo dos Reis.

RESUMO

A presente pesquisa dedicou-se ao estudo do acontecimento discursivo “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” à luz da refração na enunciação dos sentidos de *crise* em dois períodos oportunos do cenário político brasileiro, quais sejam: a marcha, ocorrida no ano de 1964, em momento de acirramento da crise política que desaguou na instalação da ditadura militar, e a tentativa de reedição, cinquenta anos mais tarde, em 2014, novamente, em cenário de crise política. O exame empírico deu-se a partir de reportagens examinadas em edições do período que antecedeu o golpe civil-militar de 64, coletadas em acervo digital e impresso em arquivos da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa dos jornais “**O Globo**” e “**Folha de São Paulo**”, e, em edições do mês de Março 2014. Essa escolha do *corpus* levou em consideração a ampla circulação dos referidos periódicos, bem como por serem referência e possuírem representatividade nacional no que diz respeito à formação da opinião pública. O problema central de pesquisa visa a conhecer como a mídia de referência construiu o acontecimento discursivo “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” nesses dois períodos distintos: na constituição do golpe civil-militar em 1964, e na tentativa de reedição, em 2014, como repetição, ecos de outros enunciados e vozes, um processo de enunciados parafrásticos que são, constantemente, deslocados do campo discursivo/histórico para o campo discursivo/midiático, configurando a refração da memória da marcha de 1964 para 2014, esclarecendo como os periódicos impressos e digitais refrataram a enunciação dos sentidos da *crise* dentro de um emaranhado memorialístico que foi o acontecimento discursivo, principalmente ao que diz respeito às estratégias argumentativas e discursivas que permearam e imputaram às mulheres brasileiras uma ação política. Assim, a pesquisa elencou pontos que nortearam a análise: 1) a narrativa vista pelos olhares da marcha como acontecimento; 2) o deslocamento da enunciação dos sentidos de *crise* que refletem e refratam nas marchas; e 3) a apresentação da memória da imprensa acerca dos acontecimentos.

Palavras-chave: Acontecimento. Refração. Memória. *Crise*.

ABSTRACT

The present research focused on the discursive fact “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” in the light of the refraction of/the enunciation of meanings of crisis in two timely periods of the Brazilian political scene, such as: the march, occurred in 1964, at the height of the political crisis when that followed the imposition of the military dictatorship, and the attempt to reissue, fifty years later, in 2014, again, in a scenario of political crisis. The empirical research was based on articles examined in editions of the period prior to the civil-military coup of 64, collected in a digital archive and printed in archives of State Library Luiz de Bessa of the newspapers “O Globo” and “Folha de São Paulo”, and in issues of march 2014. This choice of corpus took into account the wide circulation of these periodicals, as well as the fact that they are considered a reference and having national representativeness on the formation of public opinion. The central problem of research is to know how the reference media constructed the discursive fact “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” in two distinct periods: the constitution of the civil-military coup in 1964, and the attempt to reissue in 2014 as a repetition, echoes of other utterances and voices, a process of paraphrastic utterances that are constantly shifted from the discursive/historical field to the discursive/mediatic field, setting the refraction of the march memory from 1964 to 2014, clarifying how newspapers printed and digitally refracted the enunciation of the meanings of the crisis within a memorialistic entanglement that was the discursive fact, especially with regard to the argumentative and discursive strategies that permeated and imputed to Brazilian women a political action. Therefore, the research points that guided the analysis: 1) the narrative seen by the looks of the march as an fact; 2) the displacement of the enunciation of the meanings of crisis that reflect and refract in the marches; and 3) the presentation of the press’ memory about facts.

Keywords: Fact. Refraction. Memory. Crisis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 19 de Março, ano de 1964, pg.3.	58
Figura 2: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 03 de Abril, ano de 1964, capa.	66
Figura 3: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 02 de Abril, do ano de 1964, pg.6.	71
Figura 4: Jornal “Folha de São Paulo”, edição impressa do dia 19 de Março de 1964, 1o. caderno, pg.3.	77
Figura 5: Jornal “Folha de São Paulo”, edição impressa do dia 19 de Março de 1964, pg.4.	82
Figura 6: Jornal “Folha de São Paulo”, edição impressa do dia 20 de Março de 1964, capa.	88
Figura 7: Jornal “O Globo”, edição <i>online</i> do dia 19 de Março de 2014.	92
Figura 8: Jornal “Folha de São Paulo”, edição <i>online</i> do dia 16 de Março de 2014. .	95
Figura 9: Jornal “Folha de São Paulo”, edição <i>online</i> do dia 16 de Março de 2014. .	96
Figura 10: Jornal “Folha de São Paulo”, edição <i>online</i> do dia 22 de Março de 2014.	98
Figura 11: Jornal “Folha de São Paulo”, edição <i>online</i> do dia 22 de Março de 2014.	99
Figura 12: Jornal “Folha de São Paulo” – Colunistas - edição <i>online</i> do dia 19 de Março de 2014.	102
Figura 13: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 20 de Março, ano de 1964, capa.	107
Figura 14: Jornal “O Globo”, edição <i>online</i> do dia 22 de Março de 2014.	111

Figura 15: Jornal “O Globo”, capa da edição de 12 de Julho de 1962.	123
Figura 16: Jornal “Folha de São Paulo”, edição impressa do dia 17 de Março de 1964, pg.7.	124
Figura 17: Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Cotidiano, edição <i>online</i> de 03/11/2013.	125
Figura 18: Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Cotidiano.....	126

Lista de Tabelas

Tabela 1: O Ato de Linguagem e os Sujeitos. (CHARAUDEAU, 2014, p. 52).	60
Tabela 2: Ato de linguagem – situação de comunicação entre sujeitos. Jornal “O Globo”.	63
Tabela 3: Tipologia dos Atos de Fala (SEARLE, 1979, pp.19-31).....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

JANGO – João Belchior Marques Goulart.

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

IPES – Instituto de Pesquisa Econômicas e Sociais.

CONCLAP – Conselho Superior das Classes Produtoras.

GAP – Grupo de Ação Política.

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia.

UCF – União Cívica Feminina.

MAF – Movimento de Arregimentação Feminina.

LIMDE – Liga da Mulher Democrata.

ADFG – Ação Democrática Feminina Gaúcha.

CDF – Cruzada Democrática Feminina.

AD – Análise do Discurso.

MOD – Modos de Organização Discursivo.

EUc – Sujeito Comunicante.

Eue – Enunciador.

Tud – Destinatário.

TUi – Sujeito Interpretante.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I	23
REFERENCIAL TEÓRICO	23
1. REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.1 O CÍRCULO DE BAKHTIN	25
1.2 QUESTÃO DE ESTÉTICA	29
1.3 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO	32
1.4 A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA.....	34
1.4.1 Nível situacional.....	36
1.4.2 Nível discursivo	37
1.4.3 Nível semiolinguístico	39
1.5 APONTAMENTOS DA ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA.....	40
1.6 MEMÓRIA E DES-MEMÓRIA	41
CAPÍTULO II - METODOLOGIA.....	47
2. METODOLOGIA.....	48
2.1 ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	48
2.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	50

CAPÍTULO III - ANÁLISE	54
3. “A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”: “O Globo” em 1964.	55
4. “A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”: “Folha de São Paulo” em 1964.....	75
5. “A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”: a imprensa em 2014.	90
6. MARCHA À RÉ: OLHARES E OUTROS SENTIDOS.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
REFERÊNCIAS WEBLIOGRÁFICAS.....	122
FONTES DOCUMENTAIS	122
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no período em que se deu o golpe civil-militar no Brasil no ano de 1964, e cinquenta anos após a instauração do regime ditatorial, em 2014. Mais especificamente, trata-se de datas pontuais na memória da imprensa de referência no ano de 1964 que anteciparam e, logo em seguida, colocaram em evidência o golpe por meio de edições jornalísticas que alçaram o acontecimento discursivo “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” como ponta de lança desse engajamento político. Nessa direção, o trabalho debruça-se, ainda, em edições dos jornais que se referem ao dia 16 e 22 de Março de 2014, data que refletiu e refratou constantes deslocamentos de memória na ótica da imprensa, e que fomentou, em ambos os acontecimentos discursivos, a enunciação de sentidos de *crise*.

Resgatando a constituição dos sentidos da marcha desde seu princípio, partiu-se, inicialmente, de uma proposta que localizou e definiu os lugares de memória da ditadura militar, bem como se desenvolveu um esforço que sistematizaram os conceitos que nortearam a pesquisa em pauta, enfocando questões sobre acontecimento, refração, *crise* e a própria marcha.

Em meio à *crise* política instaurada em 1964, o então presidente João Goulart compareceu, no dia 13 de Março de 1964, à concentração política de defesa do seu governo, em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A manifestação, convocada por militantes sindicais, estudantis e outros setores sociais, tinha como tom a implantação das chamadas “Reformas de Base” – conjunto de proposições reformistas: reforma administrativa, bancária, agrária, universitária, eleitoral etc.¹ E, na ocasião, o presidente fez declaração à massa de 150 mil manifestantes e apresentou decretos em favor da reforma agrária, com

¹ Para compreender o contexto em que se inseriram as propostas para as Reformas de Base de João Goulart, sugere-se a seguinte referência: FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; Lucília Almeida Neves Delgado (Org). O Brasil republicano – O tempo da experiência democrática: da modernização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3. p.382.

desapropriação de terras, e extensão da nacionalização do petróleo, encampando refinarias particulares. (jornal “O Globo”, 14/03/1964).

Por outro lado, com o apoio do empresariado, da maioria do Legislativo, da mídia impressa, setores do clero e outros, o repúdio oposicionista foi imediato, ampliando, rapidamente, a mobilização contra Jango. Assim, no dia 19 de Março, eclodiu em São Paulo o acontecimento intitulado “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que caminhou da Praça da República até a Praça da Sé, configurando-se como resposta ao comício do presidente, elucidando a insatisfação e repudiando os ideários propostos no dia 13 de Março. É importante salientar, aqui, que durante o início da década de 1960, o jornal “O Globo”, do qual coletamos uma parte do *corpus* de pesquisa, desenvolveu papel decisivo para a execução do golpe civil-militar e, conseqüentemente, para a deposição do presidente João Goulart, cobrindo e repercutindo, especificamente e com destaque, a marcha em questão.²

Os esforços da pesquisa concentraram-se em destrinchar o acontecimento veiculado pelos jornais de referência no ano de 1964, além de desenvolver um(a) paralelo/análise do acontecimento ocorrido em 2014, pois a Marcha do ano de 2014 constitui-se como tentativa de repetição, um reflexo na linguagem que retorna ao discurso instituído, no caso, a edições da mídia em relação a Marcha, sendo inserida no novo discurso, nova Marcha, ideias gerais e pontos de vista da primeira proposta, da primeira Marcha. De antemão, essa refração remete à mudança de direção do discurso refratado, já que o processo de significação da repetição ocorre por meio de outros sentidos, outros lugares, sujeitos, enunciados e enunciações. Por essas razões, as repetições mantêm relações históricas com o primeiro enunciado, a primeira Marcha. A Marcha de 2014 é resposta à de 1964 e, assim, sucessivamente, à medida que novos acontecimentos forem tecidos dentro de uma rede de discursos e enunciados.

O trabalho proposto, então, surgiu de inquietações que me acompanham desde antes de entrar na graduação em Letras, no ano de 2011, pela Universidade

² A este respeito, vale remeter à nota do próprio jornal “O Globo”, em sua edição de 31/08/2013, onde reconhece o que afirma ter sido um erro “À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma”. <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

Federal de Lavras. Em primeiro lugar, interessa-me textos e livros que versam sobre o período histórico-político do país. Instiga-me, hodiernamente, por meio de edições diárias da mídia de referência, como periódicos ocuparam e ocupam um lugar pré-determinado na memória social – coletiva. A partir desse problema, interessou-me esclarecer quais os papéis/funções (já que os últimos anos de política nacional estiveram calcados em enunciações de *crise*) a imprensa exerceu no ano de 1964, com um acontecimento que ficou marcado como gatilho para o golpe civil-militar e, conseqüentemente, pelo período da ditadura, que diante do exposto nos jornais da época, seria a saída para o encerramento da *crise* vigente, exercida pelo governo comunista³ do presidente João Goulart.

Em segundo lugar, incomodava-me a ideia da tentativa de reedição desse acontecimento, dessa Marcha em 2014. Questionava-me: seria possível resgatar da memória da imprensa um sentimento histórico largamente conhecido e sobremaneira criticado, que envolve sujeitos históricos e constantes latências que divergem sobre o tema, bem como deslocamentos constantes de sentido, além de refrações em notícias, reportagens, artigos nos jornais da época em relação aos veiculados cinquenta anos mais tarde?

Aos olhares do ponto de vista teórico, as problemáticas expostas fomentaram e me instigaram a enveredar estudos na área da Análise de Discurso de linha francesa, que discorre sobre estratégias linguístico-discursivas, perpassando diversos autores, tais como: Charaudeau (2008, 2010), Foucault (2012), Paveau (2013), Pêcheux (1997, 2008) bem como na corrente teórica do Círculo de Bakhtin (2006, 2010, 2011), e nas proposições de Motta (2013), no campo do jornalismo/comunicação, de modo a compreender os mecanismos que operaram e balizaram a narrativa do golpe de 64, e na tentativa de reedição, em 2014, pelos jornais **“O Globo”** e **“Folha de São Paulo”**.

Como parte fundante dessa pesquisa, a questão da memória envolvida dá suportes para trazer à luz da prática do estudo os movimentos e deslizamentos de sentido da imprensa no ano de 1964, a favor da “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, e de 2014, revelando silenciamentos e uma memória que provoca

³ De acordo com a tese principal do livro “O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil” (1961-1964), de Luiz Alberto Moniz Bandeira, o governo de Jango era trabalhista, mas amplamente considerado/chamado de comunista por parte da opinião pública.

sentidos outros no enredo da Marcha contemporânea. Assim, ancorou-se a reflexão nos estudos de Halbwachs (2006) e Nora (1993).

A partir das problematizações, surgiram outras possibilidades e reflexões acerca dessa narrativa que abordam o cerne do problema de pesquisa. No âmbito jornalístico, os objetivos das publicações de 1964, bem como no início da década de 1960, sinalizavam e apoiavam o golpe. Numa ponta oposta, 2014 representou uma explanação superficial, havendo, portanto, efeitos de sentido variantes que sinalizam a disparidade entre os anos citados, já que em 2014 não houve uma ação expressiva da imprensa, quase que se dedicando a relembrar, rememorar o quadro de 1964.

Amplamente divulgado e conhecido nacionalmente nos grandes centros em 1964, os jornais eram exclusivamente impressos. Cinquenta anos depois, por outro lado, desvelou-se outra plataforma, mais evoluída e com maior alcance: a mídia digital *online*. Dividindo com o meio impresso o espaço das publicações jornalísticas, a imprensa ganhou novas possibilidades de representação dos acontecimentos, inclusive em tempo real, o que permitiu acrescentar e/ou modificar conteúdos de notícias e edições à medida que informações novas a respeito da marcha apareciam. Isso significa que existe uma mudança social, há um processo de refração. Os sentidos de *crise* enunciados nos jornais de 1964 refratam, e essa refração ocorre porque os sujeitos e a plataforma em que estão inseridas enunciações da marcha em 2014 são outras.

Outra alternativa interessante para embasamento da pesquisa foi encontrar, de modo digitalizado, o acervo completo dos jornais em questão, tanto da época de 1964 quanto de 2014 – o que possibilita retomar traços da memória da imprensa de referência. Durante a pesquisa nos acervos impressos, a biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa forneceu livre acesso para fotografar todo conteúdo que se encontra anexo à pesquisa.

O acervo em voga, abrangendo jornais de ampla circulação, favoreceu o acesso aos documentos, jornais, editoriais, além de que a escolha de todo aparato para o *corpus* foi possível sem maiores complicações. O bom andamento da

pesquisa debruçou-se nessa capacidade de revisitar e revisar os periódicos da imprensa que nortearam esta pesquisa.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

1. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, apresentaremos as bases teóricas utilizadas para a análise do acontecimento discursivo “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, bem como as propostas discursivas que permearam a constituição deslizando do enunciado *crise* na Marcha, nos anos em que este trabalho definiu sua argumentação. A reflexão proposta interage com os pressupostos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin⁴, mais especificamente, pelo próprio autor, Mikhail Mikhailovich Bakhtin, além das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Análise do Discurso, abordada aqui por intermédio de autores como Marie-Anne Paveau, Michel Pêcheux, Michel Foucault e Patrick Charaudeau, bem como no âmbito da comunicação e jornalismo com Luiz Motta, que emprestam, também, contribuições para o alicerçamento do trabalho. Esse primeiro momento de escrita irá subsidiar reflexões acerca dos processos das práticas discursivas envolvidas, em consonância com autores outros, que versam sobre o contexto da memória social e coletiva, como Pierre Nora e Maurice Halbwachs, bem como da memória discursiva.

Nessa direção, os esforços empreendidos nesta pesquisa buscam reforçar as contribuições advindas de outros trabalhos e estudos relativos à temática tratada, orientando que o estudo exposto prima por refletir sobre questões presentes no cotidiano de sujeitos⁵ imersos em trocas languageiras que abrangem a prática percorrida na encruzilhada que interage com os meios histórico e midiático, bem como as relações produzidas no discurso político.

Para início dessa etapa, a investigação irá promover uma explanação acerca do Círculo de Bakhtin, sobre propriamente o autor Mikhail Bakhtin e as questões de estilo reverberadas em seu meio de estudos. Em seguida, a apuração do trabalho

⁴ O Círculo de Bakhtin é formado por um grupo de estudiosos, cujos principais integrantes são M. Bakhtin, o líder, V. N. Volóchinov e P. N. Medvedev, que tinham interesses filosóficos comuns e se reuniam para debater suas ideias, principalmente entre os anos de 1920 e 1930, na Rússia, período de grande produção intelectual do grupo. (Clark e Holquist, 1998).

⁵ A presente pesquisa irá tomar – ao longo deste texto – a seguinte concepção de sujeito a: “ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para produzir sentidos, ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 2007: 49)

mostrará as bases teóricas que dão plano de fundo a esta pesquisa que se apropria de pressupostos e autores envolvidos na A.D.

1.1 O CÍRCULO DE BAKHTIN

Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina. (BAKHTIN, 2010, p. 254).

A presente pesquisa ancorou-se, num primeiro momento, nas concepções e propósitos teóricos do Círculo de Bakhtin⁶ que, nas palavras de Faraco (2003, p.15) foi um “um grupo de intelectuais que se reuniu regularmente de 1919 a 1929, primeiro em Nevel e Vitsbsk e depois, em São Petersburgo”. As obras que norteiam o presente trabalho e tematizam questões sobre a linguagem são assinadas pelos autores, dentre eles, Mikhail Mikhailovitch Bakhtin, Valentin N. Volochinov e Pavel N. Medved. De antemão, devido à heterogeneidade do caráter temático trabalhado, a análise flutuou em diferentes aportes teóricos de modo a corroborar com as discursividade impressas, não somente em relação à questão histórica que envolve a pesquisa, mas também no veículo que serviu de arcabouço para as inscrições comunicativas que serviram de base para a análise.

A formação do Círculo de Bakhtin ocorreu pela necessidade de se promover uma interface entre aspectos políticos e epistemológicos. Em outras palavras, era imprescindível que o conhecimento sustentado se aproximasse da esfera das atividades humanas e que essas fossem problematizadas com as relações públicas na alçada política. Nesse princípio, ressalta-se já a importância do grupo, não meramente como a primazia de Mikhail Bakhtin, apesar de ele apresentar, na historicidade de suas pesquisas, um caráter fractal e profícuo, mas de todos os integrantes, oriundos de diversas áreas do conhecimento, e que tinham um objetivo em comum: perceber a linguagem como propósito ontológico no comportamento dos sujeitos.

⁶ A respeito dos estudos literários e discursivos do grupo, sugere-se a seguinte bibliografia: Barros & Fiorin (Org., 1994), Faraco, Tezza & Castro, (Orgs, 1996) e Brait (Org, 1997).

Em seguida, outra formação com grande relevância do grupo foi a questão da enunciação. O período, pós-revolução russa, compreende os anos 1919-1929, época de grandes sucessões e revoluções nas estruturas que haviam perpassado a primeira guerra. No que diz respeito à enunciação, o Círculo de Bakhtin ressalta o caráter irrepetível das condições de produção dos enunciados. Para Faraco

Bakhtin elabora uma concepção de linguagem que não a separa dos sujeitos reais e concretos: os falantes não são reduzidos a meros atualizadores de leis e códigos de um sistema linguístico inacessível, nem assujeitados em sentido absoluto a uma supra-estrutura ideológico-discursiva, mas também não são hipertrofiados na condição de fonte absoluta da expressão. (...) Pela primeira vez, descortina-se a possibilidade de conectar ao agir do homem – na sua condição essencial de ser histórico, criador, transformador e em permanente devir – com uma linguagem fundamentalmente plástica, isto é, adaptável à abertura, ao movimento, à heterogeneidade da vida humana. (FARACO, 1996, p.122)

Em Bakhtin, mais precisamente, o enunciado está ligado ao ato da emissão de discurso, discurso de um passado remoto, discurso filosófico ou discursos do cotidiano. O discurso é uma ponte lançada entre duas pessoas, como sujeitos socialmente determinados. (BAKHTIN, 2011). Percebe-se, então, que no enunciado emergem vozes diferentes que compõem relações dialógicas entre si. Na perspectiva dos estudos do círculo bakhtiniano, a enunciação implica a instituição de aspectos linguístico-discursivos, sociais, culturais e históricos.

O estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos é segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado 'fluxo discursivo', da comunicação, etc., daquelas concepções que ainda dominam a nossa linguística. Além do mais, o estudo do enunciado como unidade real da comunicação discursiva permitirá compreender de modo mais correto a natureza das unidades da língua (enquanto sistema) – as palavras e orações. (BAKHTIN, 2011, p.269).

A teoria marxista é um pilar para as formulações de Mikhail Bakhtin e seu grupo, pois a partir de estruturações, reformulações, críticas e análises, o círculo tomou por princípio os preceitos apresentados pelo filósofo e sociólogo Karl Marx. Nesse sentido, vale ressaltar que os vetores do Círculo, de modo a corroborar com uma compreensão da episteme trabalhada, colocam à baila das convicções discursivas um sujeito que é, primeiramente, um indivíduo social, que não se ausenta ou se esquia de uma materialidade discursiva, o signo ideológico.

Faz-se necessário, ainda, redobrar a atenção para o entendimento do signo. No interior do Círculo de Bakhtin, elabora-se uma concepção de que tudo pode ser signo, e todo signo é ideológico. Nessa direção, o sentido, constructo das formulações bakhtinianas, passa a ser a significação do signo ideológico. A realidade, caracterizada pela significação social a qual pertence, é vinculada a uma cultura, balizada por uma ideologia, refletindo e refratando comportamentos, valores simbólicos e sociais em uma estrutura comunicacional dialógica:

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). Qualquer resenha da história de alguma questão científica (independente ou incluída no trabalho científico sobre uma determinada questão) realiza confrontos dialógicos (entre enunciados, opiniões, pontos de vista) entre enunciados de cientistas que não sabiam nem podiam saber nada uns sobre os outros. (BAKHTIN, 2011, p.331).

A metodologia bakhtiniana tem olhares de descontinuidade, deixando aberto à dialética do discurso a verdade de suas proposições. Bakhtin acredita que a estrutura funciona como substância plural, uma polifonia de vozes, elementos e arranjos enunciativos que possuem uma diversidade infinita no jogo dinâmico do diálogo. Assim a fenomenologia bakhtiniana se sustenta: todo signo é provido de significação e toda significação está associado a um signo. Para o Círculo, a linguagem deve ser compreendida como o lugar do código-ideológico, do signo ideológico por excelência, sendo impossível deslocar a unicidade do meio social do contexto social imediato de sua constituição. (BAKHTIN, VOLOCHINOV, 2006, p.70).

Nesse sentido, ao organizar as linhas de pensamento por intermédio da relação da língua ligada à enunciação verbal, apresenta-se a teoria dialógica do discurso pelos estudos bakhtinianos. Instaura-se, portanto, a chamada relação dialógica, *uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal*⁷. (BAKHTIN, 2010, p.345). Ainda para o autor

As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e as manifestações da vida humana, em suma, tudo que tem sentido e importância. (BAKHTIN, 2010, p.42).

⁷ Grifos do autor.

Dentro de uma rede de sentidos, o dialogismo se concebe, no caso de um diálogo, pelas relações que os enunciados mantêm entre si e com enunciados outros. Há sempre uma cadeia que (re)toma, lança e responde enunciados. O dialogismo se justifica por essa contínua e sem fim estrada que leva os enunciados a serem sempre respostas e repostas futuras de e para outros enunciados. Assim, essa postura dialógica do discurso - tomada pelo grupo - empreende a língua num sistema concreto que se dá pela interação verbal, e torna-se possível visualizar que “as contribuições teórico-metodológicas do pensamento bakhtiniano não configuram, efetivamente, uma proposta fechada e linearmente organizada”. (BRAIT, 2006, p.61).

Nessa perspectiva, ou seja, a partir desse lugar de fala, assume-se que o enunciado esteve, está e vai sempre estar ligado a enunciados outros, já ditos, contemplados, jamais esgotados a análises e/ou reflexões. Enunciados precederam e vão preceder a dinâmica de qualquer troca discursiva entre sujeitos, no teor de qualquer acontecimento que considere o nível de fala. Para o autor

(...) todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. (BAKHTIN, 2002, p.86)

Na tessitura dessas relações dialógicas, o trabalho em voga se insere nessas organizações de dizer, de discursos, pois ao trabalhar com enunciados e enunciações no âmbito de um processo de discurso que leva em consideração o aparato da imprensa, o modo como os discursos foram proferidos em um *corpus* jornalístico, empreende-se uma relação com os estudos bakhtinianos envoltos pela linguagem. Tanto na incursão da primeira Marcha quanto na tentativa de sua reedição, há polêmicas, espaços para luta de ideias, lutas de classes, aspectos que divergem, mas também são convergentes em alguns pontos, exatamente como nos aspectos discursivos da teoria dialógica. Assim, o modo enunciativo abarcado pelo dialogismo poderá ampliar as situações de reflexão inseridas nesta pesquisa, já que abre possibilidades para novos enunciados, novos horizontes que atestam a heterogeneidade dialógica, confluindo para outras possibilidades de argumentação e,

consequentemente, compreensão dado o objeto de estudo em que se debruça esta dissertação.

1.2 QUESTÃO DE ESTÉTICA

Valorizando as relações de alteridade colocadas em cena durante o processo de construção da análise, que entrecruza sujeitos e sujeitos outros, o enunciado proposto ganha forma ao desenrolar a alteridade por meio do diálogo. Essa atividade se refere ao desempenho de uma função, exercício – a uma atividade estética. Para Bakhtin

O estético, sem perder suas especificidades formais, está enraizado na história e na cultura, tira daí seus sentidos e valores e absorve em si a história e a cultura, transpondo-as para um outro plano axiológico precisamente por meio da função estético-formal do autor-criador. É o posicionamento valorativo do autor-criador que constitui o princípio regente para a construção do todo estético. (BAKHTIN, 1990, p.278).

A vida se desenlaça, só encontra sentido, quando observada de um polo exterior, e Mikhail Bakhtin firma suas bases teóricas no sentido e não no significado, uma visão que excede o quadro visto, como todo, sendo inteirada a partir de um olhar que verifica, contempla aquilo que vê. A pluralidade do outro, do ser humano do homem, encontra seu sentido em vários “eus” enquanto ser que vive, naquilo que une cada um, aquilo que é complemento necessário do outro. Para Bakhtin:

Com um só e único participante não pode haver acontecimento estético; a consciência absoluta, que não tem nada que lhe seja transgrediente, nada distanciado de si mesma e que a limite de fora, não pode ser transformada em consciência estética, pode apenas familiarizar-se mas não ser vista como um todo passível de acabamento. Um acontecimento estético pode realizar-se apenas na presença de dois participantes, pressupõe duas consciências que não coincidem. (BAKHTIN, 2011, pp. 19-20).

Na criação estética, exemplo de onde o sujeito toma o outro por seu todo e o completa, o dota de sentido, rompe-se um primeiro nível, o do sujeito crítico, que trata de estabelecer fatos, recolher dados da materialidade linguística vista a fim de (re)construir o contexto histórico em análise. Tendo em vista a prática estabelecida na análise em voga, o estudo ancora-se em Bakhtin para trazer à luz uma questão chave na proposição da reflexão do estudo discursivo/histórico: para o pesquisador, a interpretação da ciência é o meio pelo qual se dá o diálogo, a partir dela que se permite recobrar a liberdade humana.

Essas representações simbólicas resultam de uma encruzilhada entre causalidade estética e uma demarcação conceitual de tal causalidade. Pelo seu caráter multidisciplinar, o que (re)classifica Bakhtin como sujeito fractal, abrange percepções estéticas de vários domínios de conhecimento interior que lança um olhar aos indivíduos sociais, vislumbrando, por meio de excedentes de visão, como os indivíduos poderiam enxergar o mundo. “A atividade estética começa propriamente quando retornamos a nós mesmos e ao nosso lugar fora da pessoa que sofre, quando enformamos e damos acabamento ao material da compenetração” (BAKHTIN, 2011, p. 25). Por essa razão, Bakhtin define o excedente de visão:

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retomado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente de minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento. (BAKHTIN, 2011, p.23).

O conceito em evidência diz respeito a uma atividade estética e a uma gama de outras atividades e ações externas, o ver/olhar por fora como coordenada em que, *a priori*, o *eu* só se concebe a partir da visão do *outro*, assim como o *outro* só se completa a partir da visão de *eu*. Dentro de um universo de signos, é importante salientar que o fenômeno da linguagem trabalhado em Bakhtin transpassa a causalidade estética de objetos na relação com indivíduos sociais pelo crivo da ideologia. A linguagem se funda pelo acontecimento da enunciação, na tessitura de sentidos que prezam por um caráter de unicidade que revela dinâmicas de individualização. Particularidades inerentes aos processos históricos, sociais, políticos, estéticos e psicológicos.

A participação ativa em algum acontecimento, ou seja, a observação desenvolvida pelos sujeitos no ato de determinada ação confere intensidade de autoria a partir do momento em que o autor⁸, como sujeito da obra, se distancia da

⁸ Bakhtin concebe a noção de autor como “o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem, e todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta. Na medida em que nos compenetrarmos da personagem, esse todo que a conclui não pode viver dele

contemplação vista, do todo que lhe é apresentado, trazendo para si, para suas vivências o ato de contemplar o ato visto, instituindo nesse momento o sujeito-outro do próprio trabalho. A esse respeito:

Em linhas gerais, consiste em dizer que uma vida encontra sentido, e com isso se torna um ingrediente possível da construção estética, somente se é vista do exterior, como um todo; ela deve estar completamente englobada no horizonte de alguma outra pessoa; e, para a personagem, essa alguma outra pessoa é, claro, o autor, é o que Bakhtin chama a 'exotopia'. (BAKHTIN, 2011, p. XIX).

Diante das tensões e inter-relações que os sujeitos exercem e ocupam, além das relações que a questão da memória provoca, de deslocamentos constantes que consideram o lugar de fala de determinados sujeitos, há um ponto de contato com as ideologias da estética bakhtiniana. “A verdadeira noção central da pesquisa estética não deve ser o material, mas a arquitetônica, (...) entendida como ponto de encontro e de interação entre material, forma e conteúdo”. (BAKHTIN, 2011, p. XVII). A essa exterioridade, relação assimétrica entre concepções de mundo e de escrita, balizada pelo dialogismo bakhtiniano, compreende-se o cenário de sobreposições a respeito de diversos sentidos constituídos como exotopia:

O “super-homem” existe – mas não no sentido nietzschiano de ente superior; sou o super-homem do outro, como ele o é de mim: minha posição (*minha exotopia*) me dá o privilégio de vê-lo como um todo. Ao mesmo tempo, não posso agir como se os outros não existissem: saber que o outro pode ver-me determina radicalmente a minha condição. A sociabilidade do homem funda-lhe a moral: não na piedade, nem na abstração da universalidade, mas o reconhecimento do caráter constitutivo do inter-humano. (BAKHTIN, 2011, p. XXVIII).

Ao descortinar essa interdependência de sujeitos, corrobora-se a co-construção identitária entre autor e público. Uma relação que evidencia uma gama de possibilidades discursivas que emergem ante a empatia dos sujeitos - uma alteridade. São ações internas e externas que sujeitos praticam um em relação ao outro, para se conceberem como tal. E isso só ocorre a partir da visão que cada um tem do outro, e vice-versa. Desse modo, ao localizar sujeitos e sujeitos-outros que

nem por ele guiar-se em seus vivenciamentos e ações, esse todo lhe cega de cima para baixo – como um dom – de outra consciência ativa: da consciência criadora do autor. O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse excedente de visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do acontecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra”. (BAKHTIN, 2011, pp 10-11).

evidenciaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” dentro das publicações dos periódicos escolhidos, há uma tendência de (re)significação e (re)instituição de memórias e sentidos presentes nesta pesquisa.

1.3 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso fornece ao presente estudo condições de reflexão na proposta de pesquisa engendrada, de modo que, por se tratar de uma dissertação, não configura como objetivo central enraizar estudos na história da A.D de linha francesa, mas utilizar seus aspectos produzir implicações relevantes para o tema de pesquisa escolhido. Os diversos teóricos e correntes dessa linha povoam inúmeros trabalhos que procuram se diferenciar tanto por seus objetos de análise quanto pela formulação das categorias conceituais em que se situam. Assim, a presente dissertação privilegia e têm por interesse os quadros que se voltam para os mecanismos e estruturas da enunciação, de contratos e imaginários sociodiscursivos, dando os primeiros passos desses estudos com Michel Pêcheux, perpassando considerações de Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, entre outros, até chegar a estudos mais recentes com Marie-Anne Paveau e Ruth Amossy.

A partir dos entremeios entre Análise do Discurso francesa e a Retórica, apresentaremos uma breve reflexão acerca das contribuições que essas vertentes sinalizaram ao longo deste trabalho, de modo a orientar como o funcionamento persuasivo da linguagem corroborou com pressupostos de Amossy (2005), que salienta sobre a importância da análise de elementos verbais que constroem e orientam o discurso por meio das emoções, passando pelas noções de descrição e narração firmadas por Charaudeau (2010), conceito de memória e de des-memória discursiva em Paveau (2013) e contribuições de Perelman e Olbrechts Tyteca (2005) a respeito da adesão ao auditório por intermédio da persuasão, argumentos e razões que norteiam operações linguísticas ou construções, acontecimentos memorialísticos, representações de sujeitos, grupos sociais enquanto pistas que suscitam adesão ou refutação da capacidade argumentativa, engajando teoricamente a expressão de análise deste trabalho.

Enraizada pelo teórico de discurso Michel Pêcheux⁹, com o trabalho “Por uma análise automática do discurso” (1969:1997) – a Análise de Discurso teve suas primeiras formulações interessadas em uma análise textual. Interessados nesse primeiro caminho aberto à dialética do discurso estabeleceu-se um panorama pelo qual os pressupostos bakhtinianos, junto aos elementos da Retórica, ganhariam em aporte para transcender as práticas colocadas à luz do presente estudo. Desse modo, a Análise do Discurso, enquanto técnica, é alçada à análise dos processos e fenômenos sociais que escapam a uma compreensão primeira e/ou elaborada dos acontecimentos. Isso ocorre devido à capacidade da AD para engajar apreensão de formas e modos de produção de discursos e discursos-outros no entremeio das relações com estruturas materiais (materialidade discursiva) e socioculturais que a fundam. Por colocar à luz da interpretação indivíduos em seu caráter e contexto sócio-histórico, a AD fornece bases para destrinchar as manifestações das formações discursivas por intermédio dos discursos individuais.

Assim, a A.D adotada na presente pesquisa, evidencia e orienta as relações de poder estabelecidas, no âmbito da pesquisa, por visões e ideologias constituídas que se fomentam na linguagem. Para Maingueneau “a análise do discurso é a disciplina que, em vez de proceder a uma análise linguística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu ‘contexto’, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social”. (MAINGUENEAU, 2000, p.13). Nessas articulações, é possível destacar os enunciadores e enunciatários, destacando os lugares de enunciação e a natureza de produção de determinados discursos onde esses protagonistas estão inseridos.

Por último, dentre as abordagens teóricas da pesquisa, ressalta-se também as contribuições de Motta (2013) para o quadro de análise da narrativa, numa posição bastante próxima aos estudos e formulações de Charaudeau.

⁹ Michel Pêcheux dá início à forma em que entende o processo de produção dos discursos, a partir das implicações da oposição saussuriana entre língua e fala. “Pode-se dizer que a normalidade local que controla a produção de um tipo de discurso dado concerne não somente à natureza dos predicados que são atribuídos a um sujeito, mas também às transformações que esses predicados sofrem no fio do discurso e conduzem a seu fim, nos dois sentidos da palavra”. (PÊCHEUX, 2010, p.73). No presente estudo, além das relações imbricadas pela Análise do Discurso, aplicamos, pontualmente, o entendimento de Pêcheux ao que diz respeito ao conceito sobre *acontecimento*, que será debatido na análise proposta.

1.4 A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Sucessora dos estudos enveredados pelo Círculo de Bakhtin, a Semiologia, que ancorou o presente estudo por intermédio do teórico Patrick Charaudeau, pressupõe um ato de linguagem, que por sua vez, compreende parceiros em constantes trocas linguageiras. Para Charaudeau, existe um Contrato de Comunicação com aspectos relevantes para análise da argumentação, que funda uma área comum de compreensão entre os parceiros no fazer comunicacional. Nessa direção, os falantes são obrigados a (re)reconhecerem, no âmbito das trocas linguísticas, não somente o código linguístico em voga, mas também as relações que envolvem conhecimento de mundo, comportamentos, situações em que a comunicação exercida está efervescendo num funcionamento interacional, no qual, a situação discursiva, determina esse Contrato.

Para Charaudeau, esse Contrato se dá a partir de uma situação comunicacional conhecida/instituída por dois ou mais parceiros comunicantes que ocupam, no ato de tomar a palavra, um lugar social. O Contrato Comunicacional “se constitui a partir de um conjunto de condições necessárias que determinam o processo de produção e interpretação do ato de linguagem. O que faz com que a relação discursiva ganhe sentido e possa se desenvolver com sucesso”. (CHARAUDEAU, 2008).

O ato social de comunicação ultrapassou diversos limites que envolvem a produção e recepção de práticas linguageiras. Pelo Contrato, há uma espécie de aliança simbólica que faculta aos parceiros postularem sentidos e, ao mesmo tempo, legitimarem-se. Em outras palavras, ocorre um acordo pelo qual os parceiros tornam válidos os processos comunicacionais, o “dizer” possível. Charaudeau (2008, p.15) afirma que “todo ato de comunicação é uma luta pelo controle de interesses da comunicação e a toda ação de influência corresponde a uma ação de contrainfluência”. Nesse sentido, para que o contrato seja atrativo para os parceiros, e ocorra a validação das trocas linguageiras, instituem-se dois níveis, quais sejam: “um externo, que constitui o espaço das restrições psicossociais que condiciona, pragmaticamente, a atuação discursiva dos parceiros envolvidos na troca

linguageira. O outro nível é o interno, que representa a materialização verbalizada das ações em uma encenação discursiva”. (CHARAUDEAU, 2008).

Numa perspectiva que coloca à luz da discussão três competências fundantes do contrato, sendo elas de nível situacional, discursiva e semiolinguística, as quais determinam os deslocamentos e movimentos perpetrados pelos sujeitos da linguagem, emerge a situação de comunicação em que se busca efetivar um projeto de fala. Nesse âmbito, a Semiologia irá se referir, ainda, aos estudos do teórico russo Mikhail Bakhtin para lançar seus textos fundadores acerca dos sujeitos polifônicos¹⁰, que nas inter-relações em seus variados contextos, instituem ações ora complementares, ora antagônicas, constituindo vozes que se marcam por identidades, por diferenças.

Apresentado o jogo, com o lançamento de discursos alicerçados em uma pluralidade de vozes, o uso de estratégias de persuasão, de adesão irá consistir nas trocas e no desenrolar de normas que se supõe adequadas para a situação comunicativa, para o acontecimento em vista para melhor atingir o público alvo. Trata-se, portanto, de atingir o ato de linguagem em si, excluindo o ato individual de produção, mas abrangendo toda a situação que se refere, no Contrato comunicacional, a relação de embate e semelhanças nos eixos interno e externo. Menezes (2001) argumenta e esclarece a respeito da Teoria Semiologia e destaca que

(...) a Teoria Semiologia tenta compreender o fenômeno argumentativo no interior de uma formulação geral da Análise do Discurso. A argumentação não é vista como uma atividade autônoma da língua e nem é seu fundamento. A sua importância, *a priori*, não é maior nem menor que a ocupada pelas atividades narrativa e descritiva, pois é em função do contexto e da finalidade comunicativa que o *sujeito comunicante* – aquele que é responsável por um ato de linguagem – opta entre argumentar, narrar ou descrever. (MENEZES, 2001, p.190).

Adiante, na exposição da análise desenvolvida, o Contrato Comunicacional proposto por Patrick Charaudeau é pego emprestado pelo estudo em pauta e

¹⁰ “A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes (...) permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia. E se falamos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade artística da polifonia é a vontade é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento”. (BAKHTIN, 1997, p.21)

colocará em detalhamento e com mais clareza os protagonistas e os distintos quadros comunicacionais dispostos nesta pesquisa.

A partir de agora, de modo a esclarecer os níveis em que se situam o Contrato de comunicação ora proposto para construção deste trabalho, será feita uma distinção dos níveis situacional, discursivo e semiolinguístico. O espaço considerado é, de certo modo, o que abrange a produção da imprensa e sua área de atuação. Charaudeau (2008), então, propõe três níveis, são eles: nível situacional, nível discursivo e nível semiolinguístico. O primeiro corresponde a dados que exprimem a exterioridade da fala, dados comunicacionais “de fora” que são da ordem do ato de comunicação. O segundo, diz respeito ao propósito/ao fim que se objetiva, nas palavras do autor “estamos aqui para dizer o quê?”, “quem fala a quem?”, “sobre o quê” e “em que ambiente físico e espaço de tempo?”. No nível discursivo, discute-se e se reflete sobre as circunstâncias materiais do discurso, refere-se à prática de encenação entre os parceiros linguísticos. Por fim, o nível semiolinguístico, trata da capacidade dos sujeitos (EUc e TUi) colocarem em funcionamento os textos ao seu modo, reconhecendo os signos dispostos nas trocas entre os parceiros. Para Charaudeau (2008) este nível é o da faculdade do “saber fazer”. Assim, a presente pesquisa apresenta tais níveis:

1.4.1 Nível situacional

O primeiro nível diz respeito à situação de trocas languageiras. O papel dos sujeitos é balizado pelo (re)conhecimento mútuo do propósito, finalidades, condições de produção. Em uma situação de fazer circular notícias, reportagens e artigos dentro de um jornal, e fora dele, há um direcionamento que distribui cadeias de planejamento quanto à busca pelo domínio da comunicação. Esse domínio é compreendido por Charaudeau como:

(...) de alguma forma a resultante de todas as situações de comunicação que lhe dizem respeito, ele é ao mesmo tempo, e por efeito de retorno – o lugar onde se encontram as condições gerais às quais devem satisfazer os componentes das diferentes situações de comunicação particular das quais fazem parte. (CHARAUDEAU, 2004, p.26).

O propósito inserido na troca é responsável por determinar qual a finalidade do jornal dizer o que está veiculando na publicação, como e por que razões. O corpo

editorial, por intermédio de redatores, jornalistas, *free-lancers*, entre outros, deverá perceber, a partir da recepção do discurso proposto se está agradando, se está sendo bem recebido pelo seu público. Entretanto, mesmo o enunciador tendo a noção de que o leitor não irá se pronunciar¹¹, não possui voz¹²¹³ ante a uma publicação, é possível que este antecipe a imagem do segundo e simule, organize argumentos para refutação ou aceitação de determinado tema, obedecendo ao propósito/interesse do veículo de imprensa em que se está inserido.

1.4.2 Nível discursivo

O segundo nível dá conta dos processos que colocam em encenação a discursividade em um acontecimento. Esse mecanismo passa por um estágio em que existem categorias da língua e Modos de Organização Discursivos (MOD) que intendem *ethos* de sujeitos e da própria imprensa.

Para Charaudeau (2008, p.68) os MOD constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Nesse quadro, existem quatro modos de se distinguir as funções e características de cada um, sendo eles: modo enunciativo, modo descritivo, modo narrativo e modo argumentativo.

No intuito de fornecer aos sujeitos bases para que obtenha êxito nas trocas linguageiras, cumpre cada um exercer uma atividade com as seguintes pontuações:

¹¹ A pesquisa em questão faz uma ressalva para a possibilidade de o gênero tipicamente jornalístico, “a carta ao leitor”, ser objeto que divulga opiniões sobre assuntos publicados e promove o debate e reflexões entre os leitores. Contudo, é importante salientar que embora o espaço seja reservado para que o leitor participe dando opiniões, jornais e revistas se reservam o direito de selecionar cartas recebidas e a publicar trechos que julgam ou consideram relevantes. Dessa forma, o ponto de vista do leitor que escreve para o jornal está, inegavelmente, também condicionado pelo ponto de vista do corpo editorial da imprensa.

¹² O presente estudo compreende que mesmo que o leitor não exerça, efetivamente, uma função na disposição de matérias, publicações, reportagens dentro de um jornal, sua voz fala e se faz ouvir, ainda que não respeitada, silenciada, ela está presente na relação de interdependência entre enunciador (jornal) e enunciatário (público) e vice-versa.

¹³ Para compreender melhor as categorias de silêncio, o estudo sugere: ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

a) se enunciativo, cabe angariar, tendo as relações entre sujeitos e sujeitos-outros, sinalizar as posições que cada um ocupa, qual lugar de fala está em foco;

b) se descritivo, permite a visada discursiva¹⁴, qualifica e identifica um sujeito na troca linguageira; para Charaudeau (2008, pp.111-112):

(...) descrever está estreitamente ligado a contar, pois as ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus *actantes*. Não é a mesma coisa dizer: 'O leão salvou o camundongo', e dizer: 'O pequeno camundongo salvou o leão, o rei dos animais'; aliás, todas as fábulas que contam como um personagem se livra de uma situação perigosa com ajuda de um artifício só podem ser compreendidas na medida em que um dos personagens é identificado e qualificado como forte e ameaçador (o lobo, por exemplo) e o outro, como frágil e ameaçado, mas esperto (a raposa).

c) se narrativo, recupera e destaca o processo de comunicação. Contar vai além do próprio termo, da etimologia de sua palavra:

(...) é também construir um universo de representação das ações humanas por meio de um duplo imaginário baseado em dois tipos de crenças que dizem respeito ao mundo, ao ser humano e à verdade. (CHARAUDEAU, 2008, p.154);

d) e se argumentativo, põe em jogo uma dada situação de troca a fim de provocar o interlocutor, ressaltando causa e efeito de uma possível verdade que deseja apresentar. Charaudeau (2008) propõe a respeito da argumentação como uma atividade da linguagem que o sujeito que argumenta expressa uma convicção, por meio de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo a seu comportamento.

Os MOD interpelam-se, inter cruzam-se e colocam em funcionamento os textos que emergem de acontecimentos variados. Nessa perspectiva, o trabalho em voga concorda com Charaudeau (1992, p.634) ao entender que “texto é o resultado material o ato de comunicação. Ele testemunha as escolhas conscientes (ou inconscientes) que o sujeito falante tem feito dentro das categorias de língua e dos MOD em função das restrições impostas pela situação”.

¹⁴ Nas palavras de Patrick Charaudeau (2004, p.23), visada é a “intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira”. A partir disso, as visadas discursivas são atitudes enunciativas, características quem concebem a identidade do sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi) numa dada situação comunicacional.

Esses MOD, por outro lado, levam em consideração os saberes de conhecimento e de crenças que advêm da experiência e conhecimento humano. Por essas razões, pode-se perceber que a linguagem está em constante transformação, processos de revitalizações e revisitações periódicas, estando aberta à dialética de qualquer comunidade. Portanto, este trabalho se debruça em revisar determinados Modos de Dizer, características que contemplem os MOD para contribuir na explanação que objetiva ver como ocorreram na imprensa, mais precisamente nas publicações dos jornais “O Globo” e “Folha de São Paulo”, as sustentações que refrataram sentidos e deslocaram enunciados de *crise* para dar subsídio ao golpe de 1964 e na sua tentativa de reedição em 2014.

1.4.3 Nível semiolinguístico

O último nível, o semiolinguístico, corresponde ao lugar, à tomada de determinado lugar que sinaliza escolhas linguísticas, a manipulação e manejo dos signos, bem como do aparato necessário para a produção de sentidos, obedecendo, em certo modo, aos níveis anteriores.

Por essas razões, ao se estabelecer Contratos de Comunicação, o nível semiolinguístico deve ser observado a partir das interrogações em que se propõe concluir 1) quem está inserido ou se insere nas condições de lugar de determinado discurso; 2) quanto aos mecanismos que colocam à baila os sentidos em constituição e/ou constituídos; e 3) quanto aos formatos da tessitura textual em que se está dispondo a análise.

Em Motta (2004), as narrativas são dispositivos argumentativos que propõem jogos de linguagem. A narratividade, entendida pelo autor como processo de colocar em ação a narrativa, proporciona modos de se colocar enunciados narrativos em uma sucessão de estados e coisas em relação umas com as outras.

Assim, ao lidar com o nível cultural, de significados e significações, planos imaginários/simbólicos, contextos sociais-históricos, apresentado dentro dos periódicos jornalísticos, enfrenta-se uma ruptura, um deslocamento de sentidos, enunciados e enunciações que predica uma análise e interpretação, de modo a

elucidar os aparatos que fazem movimentar – produzem efeitos de sentido - as notícias, reportagens, editoriais nos jornais.

1.5 APONTAMENTOS DA ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA

Remontando aos primórdios das artes da retórica e da argumentação, o trabalho apresentará neste momento uma síntese dos trabalhos que serão referência para a proposta de análise desta dissertação. A escolha justifica-se pela pertinência do objeto observado, os mecanismos e práticas discursivas incorridas em jornais, periódicos impressos e digitais que refrataram os sentidos de *crise* em 1964 e 2014, bem como, por intermédio de estratégias argumentativas do âmbito midiático construiu/significou/deslocou a enunciação dos sentidos de *crise*.

Platão, Aristóteles e Quintiliano remontam a três abordagens principais da retórica, sendo elas, respectivamente na visão dos filósofos, a arte de manipular através da emoção, argumentação que visa persuadir e arte de falar bem. Essas três abordagens apontam para três dimensões necessárias para que a retórica tome posse das análises aqui pretendidas: o orador, o auditório (aquele que precisa ser convencido de algo) e a mídia. Por mídia, entende-se a linguagem, em suas variadas formas de apresentação: falada, escrita, pictórica ou visual. Assim, associa-se, sucintamente, as três dimensões citadas os seguintes elementos da retórica:

- a) *Ethos* – a imagem prévia ou criada do orador;
- b) *Pathos* – a emoção que se quer suscitar no auditório; e
- c) *Logos* – a racionalidade da linguagem.

Nessa engrenagem, é importante distinguir os conceitos de retórica e argumentação. A argumentação se preocupa com o problema, com a pergunta, e a partir disso elabora premissas ou argumentos para resolução do caso. Já a retórica, compõe-se por intermédio da resposta: a partir da resposta ela lança mão de premissas para a defesa ou refutação de uma verdade. Para isso, utiliza-se dos aspectos que estruturam os elementos gerais, que para Meyer (2007, pp.35-40), são o *logos*, “que deve expressar as perguntas e as respostas preservando sua diferença”, *ethos* que tem “o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade” e o *pathos* que “diz do auditório poder existir só enquanto tiver paixões”.

A Análise do Discurso busca, se esquivando de emitir juízos de valor, instituir instâncias discursivas que diminuam a distância entre dois ou mais pontos conflitantes, entre argumentações e discursivizações entre sujeitos. Para Meyer (1999).

A retórica está desfrutando hoje de um impulso considerável. Deve-se dizer que vivemos em uma sociedade da comunicação onde as pessoas se expressam, debatem, devem agradar, seduzir e convencer. (...) Quer se trate de lei ou política, filosofia ou análise literária, nada escapa à retórica, e muitos são seus usos, que vão desde a publicidade até a sedução de todos os tipos (...). (MEYER, 1999, p.5, tradução livre)¹⁵

Assim, destaca-se a importância das relações intercaladas pela retórica e argumentação. Suas utilidades enfatizam e esclarecem áreas cotidianas e institucionais que são calcadas pela linguagem, pelas relações entre sujeitos ideológicos. Ao passo que a argumentação estuda a materialização da língua em situações de comunicação concreta, a influência exercida pelos oradores sobre os ouvintes, bem como as modificações, deslocamentos perpetrados por atributos verbais e não-verbais que dão conta da comunicação pelos parceiros numa dada situação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.21) “o objetivo da argumentação não é, como na demonstração, provar a verdade das premissas, mas de transferir sobre as conclusões a adesão acordada às premissas.

Logos, *ethos* e *pathos* existem em funções separadas, mas não se pode negar a necessidade de compreendê-las uma pela outra. Perelman argumenta sobre essa inter-relação e postula que “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.6), ou seja, *ethos* se constitui em relação a *pathos*, do mesmo modo que *pathos* interdepende de *logos*.

1.6 MEMÓRIA E DES-MEMÓRIA

Dentro de uma linha de dizeres, um fio de raciocínio que tenta estabelecer no âmbito da Análise de Discurso uma teoria que leve em consideração três aspectos

¹⁵ “La rhétorique connaît aujourd'hui un regain considérable. Il faut dire que nous vivons dans une société de communication où les individus s'expriment, débattent, doivent plaire, séduire et convaincre. (...) Que ce soit le droit ou la politique, la philosophie ou l'analyse littéraire, rien n'échappe à la rhétorique, et nombreux en sont les usages, qui vont de la publicité à la séduction en tous genres(...)”.

interligados em emaranhados discursivos, Marie-Anne Paveau colabora diretamente com as proposições desse trabalho, orientando a pesquisa no que se refere ao entrecruzamento de memória, cognição e sentido.

Para a autora¹⁶, há uma memória discursiva voltada para os mecanismos que garantem as condições necessárias para a produção e recepção de discursos em um contexto sócio-histórico. Nesse sentido, a memória seria, para Paveau, uma capacidade do indivíduo, o que se assemelha à memória semântica. Assim como Maurice Halbwachs instituiu seus estudos a respeito da memória coletiva, Paveau também credita à memória discursiva bases na memória coletiva. “Trata-se, na Análise do Discurso herdada das teorizações de Pêcheux, de pensar o ‘real da língua’ em relação ao ‘real da história’ e de considerar, portanto, ‘a existência histórica do enunciado’”. (PAVEAU, 2013, p. 142).

A questão da memória e des-memória para Paveau está inserida num aporte que considera a moral da fala. Nas palavras da autora, “descrever a memória em termos linguísticos seria então, quase ao extremo, descrever o uso da própria língua na produção de discursos historicizados”. (PAVEAU, 2013, p.91). Paveau discorre a respeito disso, salientando que a memória discursiva designa um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções dos nomes no fio memorial do discurso (PAVEAU, 2013). Diante disso, abre-se a possibilidade da des-memória, onde inúmeros processos discursivos estão diretamente ligados ao sentido e aos referentes das palavras. Trata-se da des-memória discursiva

(...) um conjunto de fenômenos de discurso que permitem a revisão de linhagens discursivas, isto é, transmissões semânticas cultural e socialmente asseguradas pelas ferramentas da tecnologia discursiva (as placas de rua, por exemplo). Essas revisões podem ser as mudanças semânticas, os neologismos semânticos, as redenominações, as reformulações etc. Em suma, um conjunto de fenômenos linguageiros que vão produzir efeitos transgressivos ou contra-intuitivos em um contexto em que reine um acordo semântico, histórico e até mesmo ético. (PAVEAU: 2013b).

A autora, a princípio, fornece um aparato multifacetado a respeito das concepções sobre memória. Dentre elas, assim como exposto anteriormente,

¹⁶ Marie Anne-Paveau discute a noção das ferramentas discursivas, que na visão da autora “trata-se de dados que não são materialmente discursivos, porém não são mais totalmente estranhos à discursivização. Eles provêm de nossa percepção organizada do mundo e do acúmulo de nossas experiências”. PAVEAU, M. A. Os pré-discursos: sentido, memória e cognição. Campinas: Pontes, 2013, p.19

Paveau ancora uma primeira concepção à ciência que Maurice Halbwachs (2006 [1971]) defende, debruçada sobre o arquétipo memorialístico. Ao comentar sobre o filósofo, Paveau salienta a construção construtivista, sinalizando que

a memória coletiva¹⁷ é reconstrução do passado com o propósito de organizar o presente e não restituição da identidade de um passado conservado (...) O passado não escapa à regra: a memória do discurso constrói o passado ao mesmo tempo que ela o restitui, pois, toda restituição é reconstrução. (PAVEAU, 2013, p.93).

Ao discorrer diante dos entremeios das memórias no âmbito da análise de discurso, Paveau comenta sobre pares conceituais, sendo eles: memória coletiva e individual, memória coletiva e social. A respeito do primeiro par, a autora reconhece que há o rompimento da chamada memória histórica. Sobre ela, a estudiosa do discurso afirma que

é dotada de exterioridade e estranheza, ela escapa ao indivíduo, que não se apropria dela, enquanto que a memória coletiva é descrita como familiar ao indivíduo, pois resulta de uma familiarização com a memória histórica através dos ancestrais em particular. (PAVEAU, 2013, p.94).

E ainda complementa

De fato, a memória coletiva é enunciativamente identificada, no sentido de que se trata da transmissão do discurso dos ancestrais ou predecessores. A partir do momento em que as origens da transmissão se perdem, então se torna anônima, torna-se uma memória histórica. (PAVEAU, 2013, pp.96-97)

Calcado nessa concepção, vislumbra-se um cenário da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em que, além de existir uma memória histórica, aquela em que as origens foram perdidas devido à supressão das vozes contrárias a emergência do regime militar e amplamente marcadas pela ação dos grupos femininos que propunham extinguir o perigo comunista por meio do golpe militar, há também uma des-memória presente. A respeito dessa concepção, ocorre-se uma desancoragem, um emaranhado de acontecimentos que desligam lembranças e inserções no fio memorial discursivo. Nesse quesito, ao contrário da memória histórica em que as concepções transmitidas são esquecidas ou colocadas de lado, a des-memória pressupõe um processo intuitivo de apagamento, de silenciamentos interessados em não dar voz, imagem e, conseqüentemente, não permitir a

¹⁷ O conceito de memória coletiva (quadros sociais da memória) defendida por Maurice Halbwachs e apoiado por Paveau será apresentado neste estudo, bem como outras asserções a respeito dos conceitos que circundam a memória.

construção de memórias, sejam elas discursivas ou sejam coletivas. Há, portanto, uma memória-discursiva, que para Pêcheux (1999, p.52) configura-se como:

(...) aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem reestabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Orlandi (2007, p.29) comenta que a memória discursiva é este “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma o pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Nessa direção, reconhece-se que a mídia faz determinadas formatações para encaixar o que estará em evidência, o que será vendido, para públicos específicos, e isso influencia diretamente na memória coletiva de um grupo.

1.7 DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Com vistas a entrelaçar os estudos bakhtinianos com as bases das reflexões da Análise do Discurso, esta seção busca empreender elos e relações tangíveis a esses campos de estudo. *A priori*, para a abordagem proposta, serão contempladas noções específicas e domínios amplamente estruturados pelas concepções teóricas. Nesse sentido, questões acerca da constituição de sujeitos, linguagem, enunciado e enunciação, discurso, memória e texto formarão, entre outras acepções, as bases da fundamentação teórica deste texto.

Antes da apresentação das preferências, estudos e reflexões críticas é preciso ressaltar que a presente pesquisa não se vale em discutir qual vertente tem mais ou menos importância nos estudos que priorizam a linguagem como norte. As ciências da linguagem, assim como outros campos de estudo, possuem suas articulações internas, de maneira que podem acrescentar, no corpo de pesquisa, levantamentos da área acadêmica. Sendo assim, elegeu-se as duas “áreas de concentração”, estudos bakhtinianos e análise do discurso, tendo em vista as possibilidades, semelhanças, distanciamentos e leituras de cada uma, podendo (re)visitar as questões elencadas nesta dissertação. Além disso, entre as justificativas que abrangem este texto está o fato de que, à luz dos conceitos e estudos das áreas citadas, postula-se que a organização do pensamento científico

se dá entre noções que podem (e devem) divergir entre si, mas que paralelamente instituem categorias e trajetórias discursivas que busquem elucidar problemas de pesquisa, de modo a compreender objetivos que envolvem sujeitos pensantes, criando pontes entre linhas diversas do pensamento. Assim, questiona-se: como se constituem esses sujeitos históricos que se recordam e se esquecem da marcha em 1964, como se lembram e como vão se esquecer da marcha em 2014?

Primeiramente, essa constituição de sujeitos é feita pelas práticas sociais das quais sujeitos participam, que se dão pela linguagem, e que também constroem a linguagem que constituirá outras práticas sociais e de linguagem. O que fica claro, até então, é que o mesmo discurso ou texto dito em momentos diferentes produzem efeitos de sentido diferentes. Nesse quesito, o papel da memória (re)surge e ganha contornos sólidos: o de retomar sentidos e o de fazer esquecer que esses sentidos não se repetirão integralmente, incorrendo numa refração.

Pierre Nora (1993) - ao realçar uma distinção entre memória e história - comenta que a memória é sempre ritual/ritualizada, enquanto a história transforma o acontecimento em documento. Nessa análise, compreende-se que fica aberto à reflexão o sentido de que há uma ritualização d' "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Há uma tentativa de repetição, de refazimento da Marcha ocorrida em 1964, e que é não somente lembrada, mas incorporada por textos documentais, mais precisamente, os encontrados nos jornais **O Globo** e **Folha de São Paulo**.

Para Bakhtin, as práticas sociais e de linguagem instauradas pelos sujeitos do discurso estão e são indissociáveis, e se constituem reciprocamente. Esse processo interacional reclama o objeto de estudo bakhtiniano: a linguagem. Por outro lado, Bakhtin supera essa dialética abrangendo processos dentro de processos em um *looping* infinito nos emaranhados linguísticos. Com isso, observa-se que no estudo em pauta a orientação bakhtiniana encontra ecos nas concepções de memória, de modo a interagir e compreender essa linguagem discursivamente. Nesses entremeios, Bakhtin deixa claro que não há um fim absoluto, uma definição finita dos incontáveis acontecimentos histórico-sociais ocorridos na sociedade. Nesse ponto, Bakhtin vai ao encontro da concepção de memória para Nora, a qual se estabelece numa prática de diálogos:

A memória é a vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.9).

Essas intensas relações de (re)construções da memória contribuem para o não esquecimento, para evitar que des-memória e memória instituídas nos jornais, que fazem lembrar e, conseqüentemente, instituem um esquecimento, se desfaçam e incorram numa só imagem, numa só voz da representação do acontecimento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Há, assim, um novo olhar que suscita novos posicionamentos, novas leituras, diferentes das previamente constituídas, e que são orientações discursivas de embate, de se fazer lembrar o que não foi dito, ampliando, ainda, o que não será mais lembrado: a Marcha como produto do “povo” para a saída duma suposta crise.

Por sua vez, a Análise do Discurso avança questionamentos importantes. Em Orlandi (2005, p.3), a A.D é considerada “enquanto disciplina de ‘entremeio’ [que] remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias”. Nas palavras de Foucault (2012: 120), o enunciado não se trata de uma unidade com fim em si mesma. O enunciado se institui por um processo que pressupõe materialidades discursivas. Para o autor:

O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e regras linguísticas. De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo. (FOUCAULT, 2012: 120)

Nas práticas midiáticas, os enunciados pertencem a determinadas categorias de tempo, espaço, pessoa situados num dado momento histórico em acontecimentos discursivos. Nessa direção, o enunciado - aos olhos da A.D - aciona perspectivas de ser e fazer dos jornais que transformam as interações sociais dos sujeitos que interagem direta ou indiretamente, assumindo a estruturação do processamento de produção de sentidos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa empreendida neste trabalho constituiu-se por um caráter de cunho investigativo, dado que a prática da análise se debruçou em um processo histórico. Além disso, é caracterizada também, num primeiro momento, como documental, devido ao fato de haver um *corpus* palpável para o estudo, que diz respeito a uma história do tempo presente. Adiante, trata-se também de pesquisa exploratória, orientando que há um desdobramento do recorte feito.

Assim, o referente estudo leva em consideração a questão dos sentidos e dos sujeitos envolvidos na produção de práticas sociais pontuais, “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” nos anos de 1964 e 2014, e de enunciados que constituem e produzem os sujeitos da Marcha. A consequência metodológica é que se torna indispensável pensar essa produção de sentidos e de representação da memória, levando em consideração que esta pesquisa defende a ideia de que as práticas sociais e de linguagem estão interligadas, sem que se possa falar em uma relação de simetria ou de espelhamento entre a ordem do real e o nível linguageiro.

2.1 ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* de análise é composto por excertos dos jornais **O Globo** e **Folha de São Paulo**, colhidos no acervo físico da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e se configura como o material de análise para o ano de 1964. Além disso, a pesquisa teve acesso ao acervo digital dos referidos periódicos para compor o *corpus* referente ao ano de 2014. Todos os dados foram levantados no decorrer do mês de Julho do ano de 2017.

A opção por sinalizar um jornal da cidade do Rio de Janeiro/RJ, “O Globo”, deve-se à forma ostensiva com que os seus editoriais clamavam pela queda do presidente João Goulart. Além disso, há um reconhecimento, de um modo geral, desse periódico como um dos veículos mais influentes e mais importantes no período estudado. Desse modo, o jornal carioca foi considerado para análise por ter grande relevância na investigação que se propôs a desenvolver nesta pesquisa. Houve, ainda, o jornal “Folha de São Paulo”, outro periódico de grande circulação

nacional que também norteou os estudos em pauta, sendo um veículo de peso jornalístico e político significativo. Portanto, as mídias de referência citadas são oriundas de capitais estratégicas para o golpe de 1964, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como para a expansão do sentimento (superficial) de legitimidade d' "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

Escolhidos os jornais, propiciou-se um recorte acerca do *corpus* a ser trabalhado. Pode-se, então, refletir melhor sobre a factibilidade de se trabalhar com o *corpus* em questão, dado que, diante da pesquisa nos arcabouços impressos e digitais, encontrou-se, dentre reportagens, folhetins, artigos uma quantidade superior a cento e setenta artigos e textos que versavam sobre a temática da pesquisa. Assim, encontrou-se o acervo necessário com o conteúdo para levantamento bibliográfico na Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, engajando-se em consultas constantes em seus arquivos.

No caso do jornal **Folha de São Paulo**, optou-se por trabalhar com o título composto em uma capa do dia 20 de Março de 1964, além dos títulos de dois artigos da edição do dia 19, e um folhetim também do dia 19, compondo também o *corpus* do referido jornal uma reportagem dia 17 de Março de 1964. Ao que se refere ao ano de 2014, sinalizamos três títulos de reportagens para análise e contraste, a primeira do dia 16 de Março do ano de 2014, segunda se refere a uma coluna do dia 19 de Março e a última uma reportagem do dia 22. Em relação ao jornal **O Globo**, consideraram-se os títulos de uma reportagem do dia 19 de Março de 1964, outra do dia 2 de Abril, um artigo do jornal em 3 de Abril de 1964 e, por fim, a capa do dia 20 de Março de 1964. Para o ano de 2014, elegeu-se uma reportagem do dia 19 de Março e uma do dia 22 para completar a formação do *corpus* de análise.

Por se tratar de uma pesquisa por amostragem com análise descritiva e comparativa, foi necessário estabelecer critérios para a seleção dos jornais, pois devido aos prazos e também balizado pela/na proposta a ser desenvolvida, não haveria tempo hábil para levantar um acervo maior. Com isso, a pesquisa encontrou seu caminho no ano de 1964, data de entrada da política ditatorial no país. Esse momento configurou-se como período de tensão, de incertezas e de manifestações quanto aos rumos da ditadura. Ao mesmo tempo, encontrou-se em 2014 uma tentativa de reedição do acontecimento que alavancou e deu entrada ao golpe civil-

militar de 64, validando a proposta do trabalho em comparar os sentidos (re)produzidos e refratados pela marcha nos anos em questão.

2.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Com vistas a construir, refletir, interpretar, demonstrar e esclarecer sentidos e sentidos outros, pela ótica dos estudos discursivos, num compilado de enunciados e discursos que remetem ao período entre 17 de Março a 3 de Abril de 1964 e do dia 16 a 23 de Março de 2014, a presente pesquisa realiza um percurso analítico dividido em três momentos:

- 1) O primeiro momento se vale do período do golpe militar, no apoio lançado pela “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 1964. Destacaremos uma série de escolhas, sentidos e práticas discursivas utilizadas a fim de destituir o presidente João Goulart, engajando a entrada do governo militar ao poder. Nessa direção, os conceitos de acontecimento discursivo, memória discursiva, memória e des-memória farão trabalhar um aspecto teórico fundamental desse estudo, as nuances em que a mídia de referência à época engendrou, junto a grupos dominantes, no apoio da igreja ao golpe militar.
- 2) Em segundo lugar, destacamos um conjunto de sentidos e construções que são deslizantes, remetendo a constantes refrações e deslocamentos, bem como a instituições outras da “Marcha” como acontecimento discursivo, a asserções arenosas de des-memórias, memórias e sujeitos. São enunciados, títulos de jornais que corroboram com a tentativa de reavivamento da memória histórica do golpe de 1964, do que ousou ser a marcha da década de 1960.
- 3) Por fim, realizamos uma análise crítica das narrativas nos dois anos de ocorrência da Marcha, e apresentamos operações da narrativa do golpe, como enredo discursivizado e enquanto operações da mídia de referência, que constroem, manipulam e formam opiniões, regulando lugares e

sentidos. Vê-se, com isso, tanto em 1964 quanto em 2014, o (re)posicionamento dos sujeitos, a partir de modalidades enunciativas e concepções que (des)estabilizam a sociedade, apontando como justificativas deslocamentos de enunciados que versam sobre possíveis *crises*.

Assim, para que os mecanismos efetivem suas ações, que correspondem às proposições dos sujeitos que interagem em trocas discursivas, no contrato, obedece-se às três seguintes perspectivas apontadas por Menezes (2001, p.195), a partir da teoria semiolinguística¹⁸:

Legitimação: determinar a posição da autoridade do sujeito argumentante, de modo que este possa responder à questão: *“Em nome de quem estou a argumentar: a) autoridade institucional ou b) autoridade pessoal?”*. Esta posição da autoridade pode ser pressuposta e percebida; pode ser também contestada.

Credibilidade: determinar a posição de verdade do sujeito; correspondendo à questão: *como posso ser tomado a sério: a) mantendo uma posição de neutralidade ou b) engajando na escolha dos argumentos e palavras*.

Captação: fazer com que o parceiro entre no quadro argumentativo do sujeito falante, tentando resolver o problema: *“como fazer que o outro possa ‘ser levado’ pelo que eu disse?”*. Para isso, o sujeito falante pode adotar objetivos de: *a) polêmica ou b) persuasão e dramatização*, quando ele utiliza de *analogias, comparações, metáforas, etc.*

Pêcheux (1997, p.75) credita às condições de produção as “circunstâncias de um discurso que tornam possível sua formulação e compreensão”. Em outras palavras, por intermédio da memória discursiva dentro de um determinado acontecimento discursivo, a constituição dos sujeitos e sujeitos outros dependem do modo em que é instituído tal acontecimento, tendo em vista que o contexto axiológico, cultural, histórico e ideológico baliza essa formulação. Trata-se das condições de produção, aquela reunião de mecanismos que promovem, a partir de

¹⁸ Grifos do autor.

textos relativamente estáveis, a definição de um *corpus* teórico satisfatório para determinados tipos de análises.

Pêcheux relaciona o discurso ao processo de produção, considerando o plano de fundo que se funda no contexto e na situação. O reforço dessa ideia em relação às condições de produção realça a importância de se considerar a posição, o lugar de fala do enunciador. Essa posição evidencia a caracterização do discurso sendo essencial para a produção de sentidos. Para o autor,

Propomos designar por meio do termo processo de produção o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em 'circunstâncias' dadas. Resulta do que precede que os estudos dos processos discursivos supõem duas ordens de pesquisa: o estudo das variações específicas e o estudo da ligação entre as 'circunstâncias' de um discurso. (...) Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas (...) um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 1997A, pp. 74-77).

De modo a compreender como os discursos são alicerçados, como a produção de sentidos é calcada num objeto simbólico que produz interpretações, faz-se necessário um questionamento analítico em que se direciona o pensamento a um olhar, a uma produção de vozes que põe à prova a questão da “Marcha da Família” como objeto. Por isso, conceber que os sentidos se materializam na/pela linguagem depreende reconhecer que os processos históricos advêm de período anterior a própria Marcha. Assim, a interpelação proposta entre os dois períodos da análise deste estudo compreende os mecanismos de controle de memórias que produziram um lugar comum, já condicionado e revisto, reforçado como celebração e não mais como golpe.

A pesquisa, então, está alicerçada em torno das seguintes bases teóricas: a) as premissas da análise dialógica da linguagem, proposta pelo Círculo de Bakhtin; b) aos pressupostos metodológicos acerca da memória, des-memória, memória discursiva de autores como Marie-Anne Paveau, Pierre Nora e Maurice Halbwachs; c) a semiolinguística de Patrick Charaudeau, com o Contrato de Comunicação e os Modos de Organização do Discurso, em específico o enunciativo; a pertinência metodológica perpassa ainda autores como Michel Foucault com a noção de repetibilidade e a análise pragmática da narrativa de Luiz Gonzaga Motta. Percepções e apontamentos teórico-metodológicos que forneceram bases sólidas

para esta pesquisa de modo a identificar premissas, argumentos, sentidos e refrações de sentidos que foram colocados em cena pela mídia de referência para garantir seus propósitos e particularidades.

CAPÍTULO III

ANÁLISE

3. “A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”: “O Globo” em 1964.

A partir do ano de 1962¹⁹, repentinamente, mulheres começaram a ganhar foco no cenário político brasileiro²⁰. A princípio, um contrassenso, um estranhamento, visto que diante de anos arraigados numa inoperância, num estado inerte de ações, um lugar colocado pelo patriarcalismo, pela sociedade dominante masculina, vê-se um novo estado de acontecimentos, aparições em jornais, veículos midiáticos que produziam a imagem de mulheres ocupando um novo papel numa narrativa nunca antes povoada pelo público feminino.

Nesse universo de surpresas, “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” surgiu sob a tutela de grupos econômicos dominantes, setores da igreja e, concomitantemente, pelo apoio da imprensa. Nessa direção, ressalta-se a bandeira fortemente levantada pelas mulheres que propunham uma luta anticomunista e contra o nacional-reformismo proposto por Jango. Assim, com o apoio de entidades diretamente interessadas em depor João Goulart, a exemplo do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), emergiram-se os grupos de mulheres²¹ que levaram adiante as marchas pelo país. Outros grupos como o CONCLAP (Conselho Superior das Classes Produtoras), GAP (Grupo de Ação Política) também foram arestas que incidiram em atividades de combate ao comunismo e à revolução da esquerda como era entendida por essas associações. Contudo, ficaram a cargo do IPES e do IBAD os papéis principais que fomentaram o golpe de estado.

¹⁹ Ver anexo: Jornal “O Globo”, capa da edição do dia 12 de Julho de 1962: “A mulher brasileira está nas trincheiras”.

²⁰ O Código Civil Brasileiro de 1916 apontava a mulher casada como relativamente incapaz para exercer atos jurídicos. Isso só foi corrigido em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, lei 4.121. Porém, o papel e a imagem da mulher frente a esse estado não romperam com o status de subalternidade, sendo considerada, ainda, irresponsáveis juridicamente, devendo obediência legal ao marido. (SIMÕES, 1985).

²¹ Dentre os principais grupos que surgiram dessa atmosfera montada para o golpe militar, destacam-se alguns pela capacidade organizacional e até mesmo pungente, sendo eles: **CAMDE** (Campanha da Mulher pela Democracia – Rio de Janeiro), **UCF** (União Cívica Feminina – São Paulo), **MAF** (Movimento de Arregimentação Feminina – São Paulo), **LIMDE** (Liga da Mulher Democrata – Minas Gerais), **ADFG** (Ação Democrática Feminina Gaúcha – Rio Grande do Sul) e **CDF** (Cruzada Democrática Feminina – Pernambuco).

Os grupos femininos, então, surgem a partir da crise do populismo vivenciado à época, incorporado pelo governo de João Goulart. Devido a uma articulação das classes dominantes que propuseram um combate à Reforma de Base proposta por Jango, resultante de um legado getulista, setores da burguesia lançaram campanhas político-ideológicas que patrocinaram um desgaste do governo de Jango. Nessa direção, setores da classe média se viram representados - dado que as reformas favoreciam a cultura de massas – pois viam no governo Jango uma ameaça com horizontes de perdas sociais e econômicas cerceados, o que os configurou como massa da manobra, classe meramente representativa de uma elite econômica que vislumbra manter o proletariado no seu lugar de silêncio, de não representatividade.

Diante disso, justifica-se, tão clara e amplamente, a incursão de grupos femininos com ações e papéis não ocupados até então. Nas palavras de Simões (1985) foi assim, pretendendo encontrar um forte argumento para legitimar a intervenção militar e, ao mesmo tempo, convencer militares mais relutantes a aderirem ao golpe, que a classe dominante organizada no IPES²² propôs-se a mobilizar a classe média como parte de sua estratégia para ulteriormente chegar a controlar o aparelho de Estado. Esse sentido desvela as razões pelas quais, estranhamente e causando surpresa, grupos femininos começaram a ganhar corpo dentro das sociedades, de modo a instituir, pelo papel das mulheres, um coro de vozes que eram femininas, de mães, mulheres, donas-de-casa que teriam um apelo emocional legítimo das mulheres, para alcançar, mediante apoio popular, o propósito principal: o golpe de 1964²³.

²² “As contribuições de empresas se faziam presentes no momento das ações: os empresários garantiram a infra-estrutura de várias manifestações, seja oferecendo aviões para panfletagem (como Antônio Luciano em Belo Horizonte) *seja fornecendo lanches para participantes da Marcha da Família pela Liberdade*²² (Lojas Guanabara, Frimisa, Coca-Cola em Belo horizonte)[...]Em São Paulo, a VASP²² colocou à disposição seus serviços para a UCF levar ao Congresso em Brasília 50.000 cartas de protesto e ainda para transportar as mulheres paulistas que se fizeram presentes na Marcha da Família Com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro”. (SIMÕES, 1985, pp.62-63).

²³ “A articulação dos grupos femininos – CAMDE, UCF, LIMDE, ADFG, CDF de Pernambuco e seus diversos núcleos não resultou, como se fez propagandear, de uma ‘tomada de consciência’ ou da iniciativa espontânea e independente daquelas mulheres, nem mesmo de propunha a promover a mulher brasileira na esfera pública, de modo que ela passasse a atuar com plenos direitos de cidadania. Resumindo, podemos afirmar que aquelas mulheres não se organizaram enquanto cidadãs que reivindicavam seu direito à participação na vida pública e política do país. Foram, antes, incumbidas por homens de uma missão que era a de arregimentar a opinião pública para o golpe de

19 de Março do ano de 1964 ficou marcado como o dia em que a democracia brasileira, que havia caminhado curtos passos durante as duas décadas que antecederam o ato antidemocrático, dava forte indício de declínio, apontando uma ruptura política desleal e violenta. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” caminhou da Praça da República em direção à Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, acompanhada por milhares de pessoas, que marchavam contra o presidente do Brasil, João Goulart e, principalmente, marchavam em resposta ao comício proferido por ele na Central do Brasil, Rio de Janeiro, onde Jango propôs os diversos ideários da Reforma de Base²⁴.

Mascarada por uma imagem que colocava as mulheres frente ao ato hostil²⁵ e que combatia uma suposta crise, a marcha ganhou uma larga audiência e possibilitou, posteriormente, que os militares instaurassem a Ditadura Militar. Amparadas pelo lugar comum veiculado pela imprensa da época, as mulheres da classe média paulistana que endossaram o golpe foram vistas como genuínas idealizadoras e protagonistas da marcha²⁶. No entanto, foi silenciada a possibilidade de uma memória que contrariaria esse fato, qual seja: o financiamento político e logístico conduzido por militares e pela elite orgânica da época tendo em vista a queda de Jango. Percebe-se a asserção que imputa às mulheres papel de

1964. E para isso os homens recorreram (e as mulheres reproduziram) a uma ‘mística feminina’ que contribuiu para caracterizar a presença das mulheres na política como fruto de ‘pureza’ e ‘espontaneidade’ e ‘honestidade’ em oposição à presença e ação dos homens já desgastada²³ como resultado de ‘interesses’ e ‘cálculo político’. Se antes os maridos enalteciam o papel de mãe e esposa para manter as mulheres no lar e discriminadas na esfera pública, passam agora a enaltecer aquele papel para comprometê-la com a política”. (SIMÕES, 1985, pp.42-43).

²⁴ Para compreender o contexto em que se inseriam as propostas para as Reformas de Base propostas por João Goulart, sugere-se a seguinte bibliografia: Ferreira, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Jorge Ferreira; Lucília Almeida Neves Delgado (Org.). O Brasil republicano O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3, p.382.

²⁵ Discutindo o papel da mulher no cenário político, Simões (1985, p.16) coloca em evidência e critica a situação feminina na época que devia “obediência legal ao homem/marido, sendo considerada, até recentemente, pelas leis que ordenam a sociedade como incapazes de compartilhar com o marido a chefia da família, qual o espaço que as mulheres puderam encontrar na vida pública?”.

²⁶ Organizadas e com estratificações dentro de suas estruturas, as mulheres se lançaram também em outros locais de ação, como em movimentos estudantis, sindicais, universitários. Contudo, nunca ocuparam um lugar de trabalhadoras, de fonte primeira dessas regiões que se sustentavam, mas como apoiadoras, como mulheres que, para a época, eram vistas pela condição “mães-mulheres-donas-de-casa”. (SIMÕES, 1985, p.10).

protagonismo frente ao cenário político de 1964 quando o jornal “O Globo”²⁷ reproduz um manifesto, no dia 19 de Março de 1964, a seguinte reportagem:



Figura 1: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 19 de Março, ano de 1964, pg.3.

²⁷ “É de fato inegável a contribuição decisiva da imprensa para o sucesso dos grupos femininos. O Globo, por exemplo, não só publicava gratuitamente anúncios para a CAMDE e a LIMDE, como também cedeu seus salões no Rio e em Belo Horizonte para reuniões dessas entidades. No propósito de dar ampla repercussão às ações das mulheres, O Globo noticiava todas as ações da CAMDE com chamadas e fotos nas primeiras páginas seguidas de reportagens mais detalhadas no interior do jornal”. (SIMÕES, 1985, p.60).

Em campanhas jornalísticas, folhetins, reportagens e artigos veiculados em na imprensa é comum uso de estratégias discursivas com o intuito de viabilizar uma possível captação de auditório, de leitores e leitoras em potencial, valendo-se de uma gama de recursos e estratégias que buscam, quase em sua totalidade, relações de proximidade e identificação com o público alvo. Diante do exposto na primeira imagem do periódico “O Globo”, há uma ilustração desse mascaramento inserido às ações das mulheres. Há, na verdade, um estreitamento que sinaliza, em particular, uma preferência do jornal que indica “As senhoras do Jardim Botânico” para uma ampliação do papel da mulher, o que se configura como (des)memória, uma tentativa de apagamento de vozes e olhares que dá ouvidos a um só grupo, aquele das senhoras de classe média, que solicitava ao poderio militar uma intervenção para “salvar o país”. Contudo, há também uma relação de proximidade quando, ao mostrar que foi um grupo de senhoras e que essas buscavam exterminar o “perigo vermelho”, desencadeia-se num determinado grupo de pessoas, principalmente aqueles que se referem às classes dominantes, representadas por homens, cujo papel era de dar plano de fundo as ações que perpetuassem a entradas dos generais no poder, um lugar de fala propício à adesão do sentido da reportagem: tomada do governo pelos militares.

Para atingir o objetivo firmado na publicação do jornal, faz-se necessário, numa primeira instância, estabelecer uma espécie de contrato entre o emissor com seu enunciatário. Esse contrato se vale de um quadro simbólico de adesões que permitem aos parceiros enunciativos construir sentidos e legitimarem suas concepções. Em outras palavras, instituir um acordo que torne o “dizer” válido nessa troca comunicacional. Charaudeau (2008, p.15) comenta que “todo ato de comunicação é uma luta pelo controle de interesses da comunicação e a toda ação de influência corresponde uma ação de contra-influência”. Nessa direção, compreende-se que para que determinado público alvo se sinta atraído, representado por determinado discurso e/ou imagem, exige, conseqüentemente, interesses em engajamento mútuo para que a comunicação obtenha sucesso. Se isso não ocorrer, o emissor perde seu poder de sedução para suscitar seu auditório

e, de antemão, o público promoverá uma recusa ao exposto, promovendo, em alguns momentos, até mesmo um contra-discurso^{28, 29}.

Para visualização dessa situação disposta entre parceiros comunicantes, detalhando os protagonistas, as vozes, bem como os papéis representativos dos sujeitos que instituem sentidos, o quadro comunicacional proposto por Patrick Charaudeau fundará a análise aqui pretendida, sendo este o esquema³⁰ proposto pelo autor:

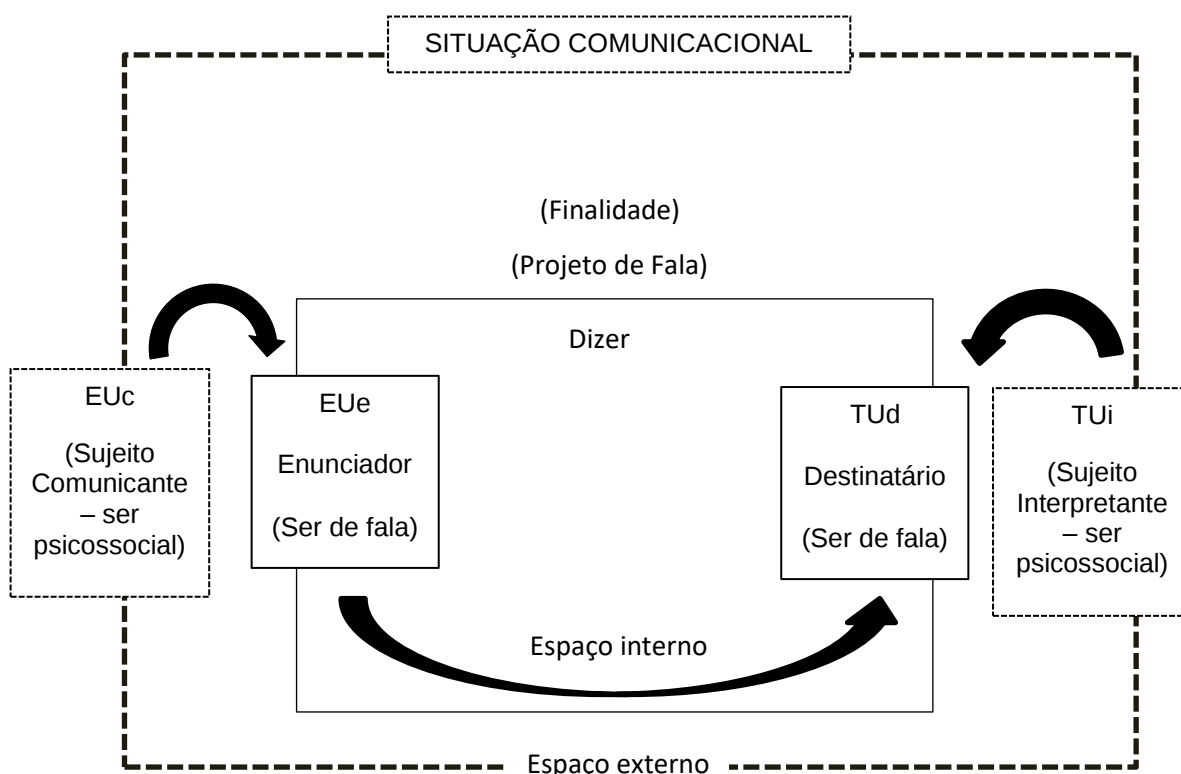


Tabela 1: – O Ato de Linguagem e os Sujeitos. (CHARAUDEAU, 2014, p. 52).

²⁸ A respeito dessa resistência, dessa tomada de voz e instituição de embate ao exposto pelo comunicador que quebra a sequência comunicacional, assim como a prática dessa dissertação, será exposto no terceiro capítulo deste estudo os mecanismos e estratégias para exposição das vozes e memórias que trazem à luz esse comportamento revolucionário.

²⁹ Ao discutir a respeito da memória discursiva, Pêcheux explana essa relação de embate e comenta que a “memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. (PÊCHEUX, 1999, p. 49-57).

³⁰ Tabela adaptada para o presente estudo – pequenas modificações quanto à disposição das setas inseridas.

Na visão de Patrick Charaudeau (2010), a força da argumentação irá qualificar, identificar, situar no tempo e espaço histórico-cultural as funções e papéis desenvolvidos diante dos acontecimentos. Diante desse panorama, os elementos/mecanismos que são utilizados para que os sujeitos instituem procedimentos linguísticos para a produção e recepção de sentidos de um determinado discurso fornecem pistas, caminhos para pontuar/sinalizar quem fala, de onde fala, para quem, por que e por que razão diz. No ato de linguagem exposto pelo quadro acima, Charaudeau define um jogo pelo qual os sujeitos desenvolvem, de modo a criar expectativas, estratégias e particularidades para o convencimento, uma “*misè em scène*” da qual os sujeitos participam para a adesão de determinado discurso:

Todo ato de linguagem corresponde a uma dada expectativa de significação. O ato de linguagem pode ser considerado como uma interação de intencionalidade cujo motor seria o princípio do jogo: ‘jogar um lance na expectativa de ganhar’. (CHARAUDEAU, 2001, pp.28-29).

Esse fenômeno que mescla o dizer e o fazer inclui uma preocupação, uma tomada de decisão que se preocupa com as condições de produção sem as quais não ocorreria a significação. Para Charaudeau (2014), o espaço do fazer é lugar de instância situacional, classificado por espaço externo, onde sujeito comunicante EUc e sujeito interpretante TUi são designados conforme organização psicossocial que os determina. No espaço interno, espaço de iniciativa da produção, são instruídos o sujeito enunciador EUe e sujeito destinatário TUD, que se ligam as representações languageiras das práticas sociais encenadas.

O sujeito destinatário TUD, nessa instância receptiva, é interlocutor pré-criado, como *ethos* prévio³¹ de um destinatário ideal. O papel de “eu”, desenvolvido pelo enunciador EUe, pressupõe que a partir de seu lugar de fala, de sua instância criadora, sua intenção e discurso serão claros, ou seja, transparentes, suscitarão adesão de TUD, concluindo seu objetivo primeiro. Assim, TUD é a construção ideal para o sujeito enunciador EUe.

³¹ Ruth Amossy (2005, p.9) atualiza o conceito de *ethos* e explica que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si”. Essa construção, no caso acima, dá-se pela antecipação do *ethos* de (Tud).

No que diz respeito ao sujeito interpretante TUi, revela-se um aspecto que lhe torna responsável pelo que não está expresso, por aquilo que escapa à enunciação. TUi exerce seu papel fora do ato de enunciação. Depende só de si próprio, excluindo um emparelhamento qualquer com o papel do “eu” EUe. TUi cria suas interpretações baseado em suas vivências, suas interpretações particulares que dizem respeito não ao processo de produção de determinado enunciado, mas ao ato de linguagem como todo. Ao interpretar, TUi reintroduz um *ethos* constituído por EUe de TUd, bem como a imagem de TUd pode ser resultado de uma própria interpretação de TUi.

Em relação aos protagonistas da linguagem, o espaço do dizer revela características discursivas também conhecidas dentro do Contrato Comunicacional. Eles assumem - como explicita Charaudeau (2014, p.53), - em determinados níveis, papéis diferenciados, tais como: mentira, segredo, provocação, demagogia. EUe, nessas encruzilhadas, põe em cena suas intenções, suas vontades. Do ponto de vista da produção do ato languageiro, EUe é um *ethos* de enunciador construído pelo sujeito que produz a fala EUc. Assim, EUe e TUd assumem papéis que estão balizados no/pelo discurso.

Tendo em vista essa análise relacional dos sujeitos em interação, o presente estudo propõe um quadro comunicacional, em relação de proximidade, em que as nuances do Contrato de Comunicação, pela perspectiva da semiolinguística de Charaudeau, esclarece melhor quais os tipos de interação desenvolvidos pelos sujeitos envolvidos no jornal “O Globo” que foram irrompidos. As circunstâncias em que a reportagem do periódico veiculou são relevantes, de modo que, os saberes publicados pelos jornais, à medida que se toma consciência do destinatário de fala TUd como leitores e leitoras, agencia um controle do que foi produzido e de como seria recebido, bem como assume uma posição de enunciador EUe e sujeito comunicante EUc, e dispõe atitudes enunciativas e argumentativas que propõe adesão ao artigo publicado: “Senhoras do Jardim Botânico Pedem ao Exército Que Salve o País do Perigo Vermelho”. Assim, apresenta-se o seguinte quadro:

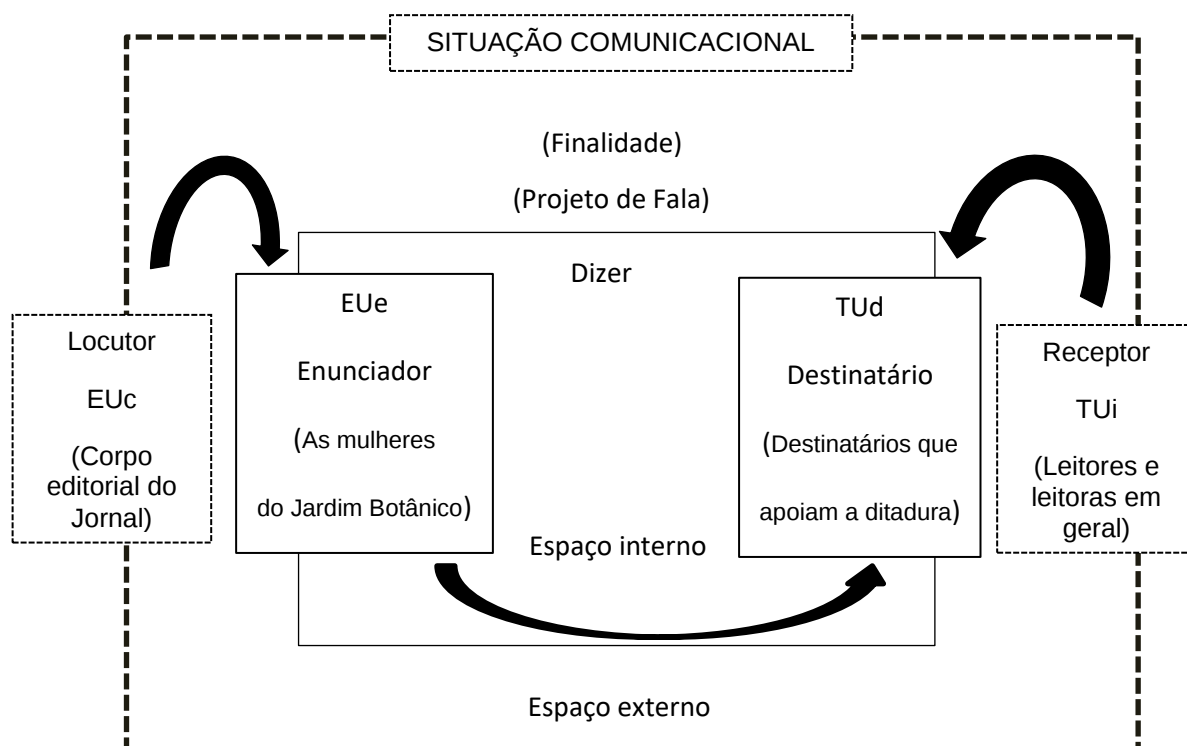


Tabela 2: Ato de linguagem – situação de comunicação entre sujeitos. Jornal “O Globo”.

A figura 3 acima apresenta a seguinte perspectiva: sujeito comunicante EUC, como autor da reportagem bem como das demais reportagens, artigos e folhetins publicados pelo jornal “O Globo”, considerado, aqui, como o corpo editorial do jornal. O sujeito interpretante TUI é o público consumidor do jornal, leitores e leitoras em geral que recebem e leem a publicação reagindo de modo a concordar ou não com o exposto. O sujeito enunciatório EUE, por sua vez, são as mulheres do Jardim Botânico no plano discursivo. Por fim, o sujeito destinatário TUD como uma possibilidade de público-outro a ser contemplado: destinatários que apoiam os militares.

Definido o Contrato de Comunicacional em favor do golpe entre os sujeitos participantes, a imprensa, por intermédio dos periódicos, engaja para uma produção de sentidos, colocando em prática uma diversidade de estratégias em busca dos efeitos pretendidos. Vale ressaltar que o próprio Contrato já se configura como um desses mecanismos de adesão, de estratégia para angariar o destinatário. No interior desse mecanismo, o periódico indica e suscita uma maior interação, aproximação com o TUI, por intermédio dessa estratégia, com apelo fundamental à

emoção, cria um quadro de convencimento, como se observa no seguinte fragmento:

[1]

“*Senhoras do Jardim Botânico Pedem ao exército Que Salve o País do Perigo Vermelho*³²”. (sic).

Assim, conforme Menezes (2001), distingue-se a análise:

- 1) **Estratégia de legitimação**: o periódico fala e dá voz às mulheres do Jardim Botânico para concessão de autoridade aos militares;
- 2) **Estratégia de credibilidade**: “O Globo” usa o verbo em 3ª pessoa do singular no presente indicativo, demonstrando um pedido, uma espécie de clamor, argumentando em prol do EUE – Mulheres do Jardim Botânico - e utiliza desse *ethos* para dar força³³ ao argumento.
- 3) **Estratégia de captação**: a reportagem cria um cenário de *crise*, mas desloca-o para o “Perigo Vermelho”, dramatizando para uma necessidade de que o exército “Salve” o país, captando TUD.

Diante do exposto nos quadros, o TUD idealizado por EUE é um sujeito que partilha das concepções e ideias de interferência/intervenção militar que se enquadra num quadro em que concebe a *crise* instaurada no país, imposta pelo “perigo vermelho”. Dessa maneira, a ideia de salvação³⁴ clamada pelas “senhoras

³² Grifos nossos.

³³ “Não há dúvida de que a participação de ‘mulheres-donas-de-casa’ na política se encaixava perfeitamente no esquema de mobilização político-ideológica que se pretendia levar com as classes médias brasileiras. Quem melhor do que as mulheres, assumindo integralmente a imagem de donas-de-casa e mães de família, poderia levar um apelo político-emocional às classes médias urbanas? Quem melhor do que a figura da ‘mãe’ para conclamar o povo à salvação da ‘pátria’?(...) – quem poderia ser mais honesto, mais isento de interesses espúrios do que a ‘mulher-mãe-dona-de-casa’? Enfim, quem melhor para exigir dos homens, especialmente os militares, uma ‘atitude’, uma ação para pôr ‘ordem na casa?’” (SIMÕES, 1985, pp.37-38).

³⁴ Não há dúvida de que a participação de ‘mulheres-donas-de-casa’ na política se encaixava perfeitamente no esquema de mobilização político-ideológica que se pretendia levar com as classes médias brasileiras. Quem melhor do que as mulheres, assumindo integralmente a imagem de donas-de-casa e mães de família, poderia levar um apelo político-emocional às classes médias urbanas? Quem melhor do que a figura da ‘mãe’ para conclamar o povo à salvação da ‘pátria’?(...) – quem poderia ser mais honesto, mais isento de interesses espúrios do que a ‘mulher-mãe-dona-de-casa’?

do jardim botânico” propõe um deslocamento do sentido de *crise*: evita-se citar diretamente o termo *crise* e o substitui por “perigo vermelho”, desenvolvendo um apelo ao discurso religioso e o apelo ao medo, já que os sentimentos despertados por intermédio dessas estratégias vão funcionar como gatilho, atingindo diretamente o público alvo. Assim, como argumentam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p.31) “a argumentação não tem como único objetivo a adesão puramente intelectual. Ela visa, com frequência, incitar a ação ou criar disposição para ação”.

No caso apresentado, há um chamamento com plano de fundo religioso para a instituição de uma revolução por intermédio de um golpe-militar. Para Orlandi (1987, p.244), “o discurso religioso é autoritário, pois se referencia em si mesmo, se qualifica em si, no suposto da perfectibilidade dividida”. Nessa direção, o foco principal do artigo exposto pelo jornal “O Globo” não é convencer os militares a darem a tão preterida salvação, como se já tivessem sido elevados ao estado de deuses e somente eles teriam o poder de falar em “nome de Deus” para extinguir a ameaça comunista, mas sim atrair a atenção de TUI e persuadi-lo em relação àquilo que realmente o periódico objetiva: instituir uma “revolução” pelo golpe, apagando, des-memoriando o aspecto por trás dessas assertivas - o poderio militar junto à elite orgânica da época que estavam engajados e eram eles próprios quem financiavam não só o próprio golpe, mas as ações instituídas no papel feminino.

Por outro lado, na análise a seguir, a respeito da publicação de capa do jornal “O Globo” do dia 03 de Abril de 1964, há um outro comportamento por parte do periódico. A tomada de posição dá-se pela celebração do golpe como vitória popular, como apelo à mídia em questão que alavanca a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”:

Enfim, quem melhor para exigir dos homens, especialmente os militares, uma ‘atitude’, uma ação para pôr ‘ordem na casa?’”. (SIMÕES, 1985, pp.37-38).



Figura 2: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 03 de Abril, ano de 1964, capa.

O processo de atribuição de adjetivos exacerbados na capa do jornal “O Globo” coloca à luz desta análise o papel significativo de construção do discurso do periódico frente ao cenário político do período em questão. O discurso político-social em vista qualifica referentes ao acontecimento Marcha: “Impressionante massa humana”, “maior manifestação democrática jamais vista no Brasil”, “demonstração

esplêndida de repúdio do povo” (*sic*), demarcam uma voz do jornal que atribuiu ao povo uma revolução como mecanismo de aproximação da audiência que lê o periódico. Esse processo de adjetivação constrói e reforça o apelo à mídia para transformar a expectativa de um golpe ser deslocado à categoria de revolução, de vontade do popular.

Cabe, na análise proposta, ressaltar outras estratégias argumentativas já explanadas na Figura 1, elucidada pelos pressupostos de Menezes (2001):

- 1) **Estratégia de legitimação:** o jornal fala em nome de si próprio para legitimar a Marcha, pois renomeia e refrata a condição do acontecimento discursivo “Marcha da Família” para “Marcha da Vitória”.
- 2) **Estratégia de credibilidade:** “O Globo” vale-se do aspecto quantitativo para argumentar e firmar sua posição como verdade: “Mais de 800 mil pessoas”.
- 3) **Estratégia de captação:** na edição da capa do jornal, uma polêmica é levantada: o que antes (vide Figura 1) era um pedido, uma súplica, construiu novo sentido pela “demonstração esplêndida de repúdio do povo ao comunismo”. E ainda adota um perfil que considera a Marcha como a “maior manifestação democrática jamais vista” (*sic*).

Apresentadas as disposições acima que descrevem os aparatos utilizados pelo jornal para suscitar adesão do TUI, ressalta-se a questão do imaginário social frente aos aspectos da Marcha. Essa estratégia é imprescindível diante do acontecimento discursivo em questão, pois apresenta questões ideológicas já enraizadas pela sociedade da época e amplamente veiculadas pela imprensa. A respeito do imaginário social, Castoriadis propõe que

Além da atividade consciente de institucionalização, as instituições encontraram sua fonte no imaginário social. Este imaginário deve se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido “reunir-se”, e com o econômico-funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver. (CASTORIADIS, 2007, p.159).

Compreende-se, portanto, que a noção expressa pelo jornal - sua ideologia - se introduz na consciência do público alvo pela relação que se faz entre o imaginários dos sujeitos e suas co-construções com acontecimentos, relações com os reais da existência, como na materialização de discursos para a construção de

papeis identitários, aqueles veiculados pelo jornal que tratam da obtenção de uma certa categoria de poder, padrões de acesso ao discurso dominante, que instituem manipulações diversas, tal qual a expressa na Figura 2.

O estudo ora proposto compreende que para “O Globo”, a estruturação para entrada do regime militar deu-se por intermédio de uma revolução popular. A justificativa para tal debruça-se no emparelhamento levantado pelo periódico que buscou nomear a Marcha como resposta ao suposto “golpe comunista” que seria aplicado.

Na tentativa de legitimar o golpe (dos militares), o periódico propiciou uma inversão na teia discursiva no curso histórico de suas publicações. O que era visto como “golpe”, converteu-se no acontecimento discursivo “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para “revolução”. Era uma resposta ao que era suscitado pelo jornal à época, um imaginário social n“um universo de significações fundadoras da identidade do grupo na medida em que é o ‘o que mantém uma sociedade unida, é o que cimenta seu mundo de significação’” (CHARAUDEAU, 2008, p.204), ao verdadeiro golpe que seria perpetrado por Jango e seu legado getulista/populista.

A operacionalização de deslocamentos, conversão de golpe para revolução, de ato anti-democrático para manifestação popular, esse contraditório³⁵ apresentou-se como antagonismo entre os salvadores da pátria (militares) versus comunismo/comunistas (usurpadores/traidores da pátria). Assim, naturalizou-se, construiu-se um sentido que tornou concreta e apreensível as ideologias dominantes, uma imposição de memória que des-memorizou, indicou uma desfazimento da memória da revolução popular pela esquerda, aquelas que seriam colocadas em evidência pela reforma de base proposta por Jango e que seria a

³⁵ “Os organizadores das marchas (...) procuravam, é certo, resgatar a história e a cultura da região através dos heróis e acontecimentos históricos que mais sensibilizassem os manifestantes. Assim, a marcha de São Paulo se caracterizou como a projeção do Movimento Constitucionalista de 1932, expressa no *slogan* da marcha: ‘32 + 32 = 64’. (...) Nas palavras de Carlos Lacerda ‘o espírito de São Paulo a partir das marchas é o de 1932, mas de 1932 dialético, em que as trincheiras são de paz’. Com tais comparações pretendia-se caracterizar as marchas como movimento democrático, em defesa da Constituição e de ‘inspiração popular’ – exatamente como a *imagem* de 32 – só que ‘esqueciam-se’ de que *também* com a revolução de 32 o que se pretendia era legitimar no conjunto da sociedade brasileira o projeto particular de uma classe – no caso, a classe dominante paulista”. (SIMÕES, 1985, p.106).

revolução populista. Assim, o estudo comunga com o conceito de Formação Discursiva proposto por Pêcheux para exemplificar essa materialidade ideológica:

Chamaremos, então, formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, *determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)*. (PÊCHEUX, 1997, p.160).

A partir dos meandros da *crise* arregimentada, identificou-se uma luta de classes clara. Há um deslize ideológico que funda o enunciado *crise* no imaginário sociodiscursivo que o jornal “O Globo” fez circular. Charaudeau concebe o imaginário sociodiscursivo da seguinte maneira:

Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade³⁶. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais. (CHARAUDEAU, 2008, p.207).

Ao pegar emprestado do autor John Langshaw Austin em seus estudos sobre “A Teoria dos Atos de Fala”, uma corrente da filosofia da linguagem, propomos, na análise pragmática desenvolvida aqui, destrinchar o modo pelo qual o termo *crise* foi concebido como mecanismo de um Ato de Fala na acepção da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Austin (1962), então, indica que o agir dentro das categorias de linguagem comporia uma unidade básica de significação. O ato de fala, desse modo, é articulado pelas seguintes dimensões: *ato locucionário, ato ilucucionário e perlocucionário*. Nessa direção, o estudo lança o conceito do ato perlocucionário para embasar a prática em voga:

Dizendo algo frequentemente, ou mesmo normalmente, produz certas consequências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos, ou ações da audiência, ou do falante, ou de outros sujeitos (pessoas): e isso pode ser

³⁶ PÊCHEUX (1997, 194) salienta a respeito do interdiscurso ao afirmar que “não é, então, surpreendente constatar que os elementos discursivos aos quais nos referimos como interdiscurso, a saber, o funcionamento do *pré-construído* e o discurso transversal, sejam por natureza levados a desempenhar um papel específico essencial no processo de constituição do ‘discurso de uma ciência’”. Pêcheux mostra que há uma impossibilidade de análise se considerar os discursos de modo fechado. Não seria possível esgotar os engendramentos, as encruzilhadas discursivas. Por isso, ao justificar o interdiscurso, o autor afirma que os sentidos são construídos nos espaços intermediários (interdiscursos) que são moveções e sem transparência aparente.

feito com o objetivo, intenção ou propósito de produzir essas consequências. (AUSTIN, 1962: 101, tradução livre).³⁷

O dizer do ato perlocucionário afeta/atinge diretamente o sujeito-outro, tomado nesta pesquisa como o leitor, público alvo do jornal, aquela audiência para a qual o periódico fez elucidar a necessidade da campanha do movimento para o acontecimento discursivo Marcha e, conseqüentemente, para a entrada do governo militar. Austin descreveu três níveis que compõem os primeiros estudos a respeito dos atos de fala, sendo eles: o locutório, entendido como enunciado; o ilocutório, que se trata do ato locutório em acordo com uma *força*; e o perlocutório, efeito (no caso do estudo, efeito de sentido) suscitado pelo ato ilocutório, concebendo, assim, a relação intrínseca entre os atos.

Searle (1979) atualizou os conceitos de Austin e, para a análise dos periódicos aqui elencados, o filósofo empresta grande contribuição, principalmente pelo fato de que ao considerar alguns dos atos de fala como indiretos, - salientando que o modo como aparecem são quase em sua totalidade implícitos ou indiretos -, abre um leque de produção de sentidos que dizem respeito ao jornal “O Globo” que refrata o sentido de crise em 1964. As conseqüências de determinadas escolhas pelo jornal perpassam efeitos que incidem sobre as crenças dos ouvintes/leitores. Nesse sentido, há ponderações que podem persuadir, convencer, ludibriar, esclarecer dentro dos diversos usos efetivos da linguagem no cotidiano, como na publicação de notícias e reportagens num jornal.

Podemos examinar a questão dos atos de fala, a respeito da enunciação da suposta crise, na seguinte publicação do jornal, em 02 de Abril de 1964:

³⁷ “Saying something will often, or even normally, produce certain consequential effects upon the feelings, thoughts, or actions of the audience, or of the speaker, or of other persons: and it may be done with design, intention, or purpose of producing them (...)”.



Figura 3: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 02 de Abril, do ano de 1964, pg.6.

O que ocorre com a elite orgânica que financiou o golpe de estado em 1964 está condicionado a uma situação clara de insatisfação com o populismo de Jango, herdado do governo getulista. Nessa instância, agrava-se o descontentamento a partir do momento em que, aos treze dias de Março de 1964, Jango discursa a favor das reformas de base. O comício era uma clara e pungente ameaça de revolução pela esquerda, pelo viés popular na ótica dos conservadores, dos burgueses da

época que eram os donos do poder. Situações de ampla organização social, como incertezas e mobilizações oriundas de setores trabalhistas, ou a favor de reformas, marcam um cenário propício para a incursão de *crises*. Assim, a mídia, amplamente amparada pelos grupos femininos que surgiram, bem como pelos grupos que apoiaram a intentada das mulheres (IPES, IBAD), executou o caminho inverso e também endossou o coro contra-revolucionário, instituindo a própria revolução através de um golpe de estado, por intermédio de militares. Além disso, contaram, ainda, com um plano de fundo incitado por esses setores a fim da tomada do poder: uma evocação de *crise*.

Embasados no novo critério proposto por Searle (1979), que substituiu e acrescentou novos parâmetros aos elucidados por Austin (1962), há, em Searle, uma tipologia que funciona como modos classificatórios.

Tipologia	Propósito	Direção do ajuste	Estado psicológico	Exemplo
Assertivos	Comprometer o falante com a verdade da proposição expressa.	Palavra-mundo	Crença	Concluir, deduzir, etc.
Diretivos	Levar o ouvinte a fazer algo.	Mundo-palavra	Vontade (desejo)	Pedir, convidar, mandar, etc.
Comissivos	Comprometer o falante com uma ação futura.	Mundo-palavra	Intenção	Prometer, etc.
Expressivos	Expressar um estado psicológico.	Não há	Diferentes estados psicológicos	Agradecer, desculpar-se, etc.
Declarativos	Realizar a ação que expressam.	Palavra-mundo Mundo-palavra	Não há	Demitir, balizar.

Tabela 3: Tipologia dos Atos de Fala (SEARLE, 1979, pp.19-31).

O fragmento abaixo esclarece a relação entendida pelo “O Globo” como propósito para a saída de uma *crise* e irá, a partir da análise do fragmento presente na Figura 3, elucidar sentidos implícitos. Para desempenhar a análise, elegeu-se o *critério assertivo* elencado na tabela.

[3]

“A SOLUÇÃO RÁPIDA DA *CRISE* DEVEU-SE À AÇÃO DECISIVA DOS GENERAIS”.

[CRISE] – ATO DE FALA

[CRISE] – A crise acabou.

[CRISE] – Generais acabam com a crise.

[CRISE] – Ruptura da democracia.

[CRISE] – Golpe acaba com a crise.

[CRISE] – Perigo vermelho/ameaça comunista.

[CRISE] – Reformas de base do governo de João Goulart.

[CRISE] – Revolução pela esquerda.

[CRISE] – Ameaça às posições e bens da elite orgânica.

[CRISE] – Golpe de estado/militar.

[CRISE] – Sentidos-outros.

Diante da ótica exposta, as refrações dos sentidos de *crise* se debruçam no ato assertivo, de acordo com o jornal “O Globo”, que valoriza e dá como verdade o fim da ameaça comunista. Agindo na crença e no imaginário social dos alocutários, o periódico conclui que o fim da *crise* foi calcado numa “ação rápida dos generais” (*sic*). Por outro lado, os outros sentidos de *crise* foram des-memoriados. Não houve, por parte do jornal, lugar e voz para os sentidos que divergiam dos propósitos e objetivos do golpe de 1964.

Ao discorrer diante dos entremeios que a Análise de Discurso trabalha, Paveau comenta a respeito de pares conceituais: memória coletiva e individual, memória coletiva e social. Sobre o primeiro par, a autora reconhece que há o

rompimento da chamada memória histórica. Sobre essa memória, Marie-Anne Paveau afirma que “é dotada de exterioridade e estranheza, ela escapa ao indivíduo, que não se apropria dela, enquanto que a memória coletiva é descrita como familiar ao indivíduo, pois resulta de uma familiarização com a memória histórica através dos ancestrais em particular”. (PAVEAU, 2013, p.94). Paveau ainda assevera que

“De fato, a memória coletiva é enunciativamente identificada, no sentido de que se trata da transmissão do discurso dos ancestrais ou predecessores. A partir do momento em que as origens da transmissão se perdem, então se torna anônima, torna-se uma memória histórica”. (PAVEAU, 2013, pp.96-97).

Vislumbra-se um cenário na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e na imprensa em que, além de existir uma memória histórica, aquela em que as origens foram perdidas devido à supressão das vozes contrárias a entrada do governo militar, há também uma des-memória presente. A respeito dessa concepção, ocorre-se uma desancoragem, um emaranhado de acontecimentos que desligam lembranças e inserções no fio memorial discursivo, a exemplo dos sentidos-outros de *crise* não abarcados. Nesse quesito, ao contrário da memória histórica em que as concepções transmitidas são esquecidas ou colocadas de lado, a des-memória pressupõe um processo intuitivo de apagamento, de silenciamentos interessados em não dar voz, imagem e, conseqüentemente, não permitir a “construção” de memórias, sejam elas discursivas ou coletivas. Nesse rumo, tanto o acontecimento discursivo em si Marcha quanto o jornal “O Globo”, privilegiaram e impediram que memórias-outras fossem instaladas/instituídas, seja no fio da explanação em notícias, artigos, capas, reportagens e editoriais do jornal seja pela ampla ancoragem que construiu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que deslocou sentidos refratando-os em revolucionários de uma memória só, aquela a que interessam os grupos dominantes da década de 1960.

Assim, a memória episódica, aquela que se refere à recordação de experiências no âmbito individual, dentro de um contexto coletivo, baseado em minúcias e particularidades da experimentação ou acontecimento veiculado não é vista. Os olhares e vozes da contra-influência aos atos perpetrados na marcha e na imprensa não são permitidas ou não existiram aos olhos que manipularam e permitiram o golpe. Nas palavras de Paveau (2013, p.117) “a dinâmica da memória é, pois, também, a dinâmica do esquecimento”. O que salta aos olhos na análise é

que a memória da Marcha e da imprensa foram instituídas por esquecimentos, silêncios e sentidos não ditos e sentidos a não dizer. Há faltas, de certa significação que não fazem sentido, porque exteriorizam o discurso, memórias-outras, aquilo que, de fato, existiu, mas não foi significado a partir deles. O esquecimento, a falta, a des-memória instituída pelo acontecimento discursivo veiculado pelo periódico impediu que novos sentidos fossem significados e ressignificassem sentidos outros. Exemplo disso foi a tentativa de reedição da Marcha no ano de 2014 que celebrou o golpe, comemorou o aniversário de uma tomada à força do poder do Estado por um engendramento de diversos grupos, igreja, imprensa, elite orgânica e do quadro dos militares.

4. “A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”: “Folha de São Paulo” em 1964.

Em textos escritos (jornais), a própria visualização do texto como produto acabado dá ao seu interlocutor a ilusão de que o sentido encontra-se nos enunciados ali presentes. Para Orlandi (2008, p.35), “leitura é uma questão linguística, pedagógica e social”. Pela perspectiva da autora, faz-se necessária uma compreensão de que o conceito a respeito de leitura não é tomado pelas restrições técnicas de cada um dos domínios citados. Esse movimento, se feito, funcionaria como reducionismo que prejudicaria a reflexão a respeito do termo ‘leitura’. A autora comenta ainda que não é apenas na decodificação e apreensão do sentido (informação) em um texto que está o bojo da leitura. Texto para ela não é um produto, mas abrange uma série de desdobramentos que compõe um processo de produção, significação que o leitor irá desenvolver para atribuir sentidos ao texto, e não um produto acabado, produto que está dado e o leitor por intermédio da prática de leitura irá encontrar/localizar em determinado texto. Assim, Orlandi diz sobre leitura:

Leitura é o movimento crítico da construção do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação. No momento em que se realiza o processo da leitura, se configura o espaço da discursividade em que se instaura um modo de significação específico. (ORLANDI, 2008, p.38).

Assim, a prática da leitura e sua operacionalidade são contínuas, estão em constante modificação e superam o conceito de leitura. Tal conceito, assim como os conceitos que envolvem a discursivização vão se elucidando, desenrolando-se à medida que ocorrem as análises, as reflexões sobre o objeto de estudo com a materialidade linguística.

A perspectiva assumida nesta pesquisa parte, inicialmente, desta ideia de que os gêneros constituem uma materialização textual e discursiva sob a forma de palavras, enunciados e sentidos já produzidos e recuperados na prática do estudo. A autora Ruth Amossy (2005), credita às estratégias comunicativas desenvolvidas dentro do gênero papéis prévios que modelam o processo da enunciação. A legitimidade do locutor, a posição que esse ocupa perante um auditório, posição social-política-institucional, bem como a reputação do locutor em relação ao alocutário constituem importantes papéis nas trocas discursivas. Assim, o orador busca sempre argumentos que irão suscitar a adesão da audiência, baseados sempre nas crenças, no lugar-comum³⁸, intrínsecas aos *ethé* dispostos a lapidar representações coletivas e impressões próximas aos interlocutores. O periódico “Folha de São Paulo”, então, valeu-se desse mecanismo na seguinte publicação:

³⁸ Hansen discorre sobre lugar-comum como “molde de uma classificação genérica, como boa opinião (*endoxa*)”, ao contrário da *doxa*, lugar onde sujeitos estão imersos em paixões, ilusões. Lugar-comum, na visão do teórico, é lugar de memória (imagem), literal para o metafórico, lugar-comum é *topos* dos elementos que serão lembrados pela audiência. (HANSEN, J.A, “Lugar-Comum” In: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L.A (org). *Retórica*. São Paulo: Anna Blume Editora; IEB-USP, 2012).

Interessa-nos o seguinte fragmento para análise:

[4]

[MULHER PAULISTA, MÃE PAULISTA, ESPOSA PAULISTA, IRMÃ PAULISTA. O nosso direito de amar a Deus e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos. (...) Vamos para as ruas antes que os inimigos cheguem as nossas igrejas! Compareça a Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade (...). Venha conosco. **Marche conosco ao lado de Deus e do espírito dos nossos heróis da liberdade!**³⁹].

O excerto acima faz parte de um manifesto publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, convocando as mulheres paulistas a irem às ruas, de modo a marcharem contra a suposta ameaça comunista que estava à mercê de ocupar os “espaços democráticos” da época e, assim, promoverem uma ditadura comunista que daria fim as entidades e instituições das pessoas e da ‘família de bem’⁴⁰. Um dia antes da Marcha ocupar as ruas paulistas e cinco dias após o comício de João Goulart na Central do Brasil, o objetivo da Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade era claro, responder a Jango com veemência.

Analisar a linguagem, enquanto materialidade simbólica, reflete a respeito de como a história se constitui, como as memórias são (re)formadas, e também de que maneira as ideologias são instituídas na relação entre língua e o lugar de fala. “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é ‘efeito de sentidos’ entre locutores”. (ORLANDI, 2005, p.21).

Assim, a análise discursiva proposta preocupa-se com os três aspectos, elucidados anteriormente no Quadro 1, de Patrick Charaudeau, sendo eles:

³⁹ Grifos nossos.

⁴⁰ O presente estudo sugere a seguinte referência para se compreender a respeito do conceito de família: COSTA, Joana Darc Rodrigues da. **Família no século XXI: unidade na diversidade** / Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2016.

- 1) Sujeito enunciador EUE – ser discursivo “Jornal O Globo”, que expressa *ethos* na intenção de angariar a adesão do leitor/público alvo;
- 2) A Situação Comunicacional, expressa pelo Contrato, de modo que os parceiros instituirão trocas a partir do propósito/finalidade comunicativa do projeto de fala exposto – acontecimento discursivo “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”; e
- 3) O Sujeito destinatário TUd, protagonista a quem a troca linguageira construída por EUE busca cooptar – público em geral que lê e acredita nas informações do jornal.

Além dos três aspectos elencados, há também outras três condições para perpetuação da análise, baseando-se nas concepções de Charaudeau, de modo que o sujeito político, no caso do estudo em prática, para a “Folha”, precisa desempenhar para angariar sua audiência:

- 1ª – condição de sinceridade ou de transparência: o que o sujeito diz deve ser verificável como verdade a respeito do que ele pensa e faz;
 - 2ª – condição de *performance*: o sujeito deve ter condições de pôr em prática aquilo que ele diz, isto é, seu dizer deve-se transformar em um fazer; e
 - 3ª – condição de eficácia: o que o sujeito diz deve produzir efeito.
- (CHARAUDEAU, 2013, p.119).

Os grupos femininos, então, por intermédio do periódico, construíram uma imagem de si aos olhos do TUi. EUE expressa imagens que flutuam no imaginário social da época sobre a mulher, como mãe, esposa, legítima salvadora da pátria, protetora dos bons costumes e da moral cívica. Ao mencionar uma lista com grande quantidade de grupos, círculos e movimentos a favor da Marcha e, debruçado também nessa condição, a “Folha de São Paulo” faz crer que tais grupos darão suporte e propiciarão amplas condições para o *fazer* da marcha. Por fim, o efeito de sentido suscitado traz uma campanha ancorada por um *ethos*⁴¹ de incorruptíveis dos

⁴¹ “O que há de mais peculiar nas ações das mulheres é que elas apareciam sempre como *representantes da opinião pública nacional*, condição adquirida a partir de sua condição de ‘mãe de família’, de mais ‘legítimas’ defensoras da ‘Mãe Pátria’. Assim, além do apoio concreto que davam às ações dos grupos que atuavam nos diferentes setores, as mulheres apareciam sempre e *essencialmente* como ‘legitimadoras’ das ações contra o governo Goulart”. (SIMÕES, 1985, p.68).

grupos de mulheres, e também pela imagem dos militares como guardiães da Pátria, heróis, que recuperaria o amor e idolatria da pátria e da família na proposição da Marcha. Entretanto, a campanha dos grupos de mulheres que buscavam apoio e coro de vozes na formulação da Marcha, desconsiderou que havia também mulheres, mães, donas-de-casa, esposas e irmãs que não comporiam o mesmo imaginário sociodiscursivo exposto no jornal.

A maneira como a enunciação ocorre constrói diversas imagens de si para sujeitos-outros. Sujeitos-outros que concordam ou discordam do EUe constituído pelo EUc. Essas imagens de si são o *ethos* do orador. De acordo com Amossy, *ethos* é uma

(...) necessidade que tem o orador de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem. (AMOSSY, 2005, p.19).

Nessa confluência, *ethos*, ou seja, o modo como a enunciação se dá, conferiu à “Folha de São Paulo” um leque de possibilidades de sujeitos e das imagens deles previamente construídas (MÃE, MULHER, ESPOSA, FILHA, IRMÃ). Essa enunciação, no caso do presente estudo, oriunda da publicação do jornal, emerge de uma *doxa*, uma ideia compartilhada e consagrada pela opinião comum. O espaço de interação proposto, a publicação da “Folha de São Paulo”, constitui-se como veículo primeiro nas trocas discursivas, estratégia principal de expressão e que suscita adesões da audiência:

É sempre no espaço de opinião comum e de crenças coletivas que se tenta resolver uma disputa ou consolidar um ponto de vista. O saber compartilhado e as representações sociais constituem então o fundamento de toda argumentação. Eles permitem o surgimento e o debate da *polis*. (AMOSSY, 2010, p.85, tradução livre).⁴²

Para Meyer, *ethos* “é a dimensão do orador, como aquele que deve ser capaz de responder às perguntas que suscitam debate e se trata daquilo sobre o que negociamos”. (2007, p.34). A autoridade do discurso é discutida exatamente nesse ponto para o autor. Com a publicação do jornal, a negociação dessas distâncias é

⁴² “c’est toujours dans un espace d’opinions et de croyances collectives qu’il tente de résoudre un différend ou de consolider un point de vue. Le savoir partagé et les représentations sociales constituent donc le fondement de toute argumentation. Ils permettent l’émergence et le d’ploiement du débat dans la polis..”.

colocada à prova em cada deslocamento do sujeito, inclusive os *ethé* de sujeitos adversários, invisíveis para o jornal em questão, sujeitos des-memoriados (OUTRAS MÃES, ESPOSAS, MULHERES, FILHAS, IRMÃS e público alvo que também lê o jornal, mas que não partilha de suas construções). Por definição, Meyer aponta que:

O *ethos* é uma excelência que não tem objetivo próprio, mas liga-se à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto outras suscitam conferem ao orador uma autoridade. (MEYER, 2007, pp.34-35).

Para a imprensa, sujeitos visíveis e invisíveis trabalham em modo conjunto para que as construções da autoridade sejam deslocadas, dado que os *ethé* dos sujeitos invisíveis não aparecem, mas ainda assim falam e produzem sentidos. Emediato (2003) defende a ideia de que gênero é antes de um tipo textual de determinada esfera da comunicação, um tipo situacional. Dentro desse campo, cada *status* de atuação exerce uma força que regulamenta ou orienta um determinado discurso. “Não há produção de texto que não se encontre mais ou menos refém das determinações impostas pelo domínio social onde ela se processa”. (p.65). Nessa direção, os *ethé* que entram no campo discursivo da audiência são pré-discursos amplamente construídos, de modo a atingir um público alvo para suscitar determinada adesão. Marie-Anne Paveau (2013, p.130) define esses pré-discursos como “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos [saberes, crenças, práticas], que dão instruções para a produção e para a interpretação”.

Esse sistema imposto pela imprensa “alimenta as demandas de seu leitorado e estabelece com ele um contrato de fala no nível dos conteúdos da informação, de sua relevância no espaço físico do próprio jornal e de suas formas idealizadas de tratamento” (Emediato, 2005, p.107) o que, no caso do jornal “Folha de São Paulo”, institui um desejo de influência nos alocutários e norteiam determinada situação discursiva, como a grande demanda de publicações a favor da entrada dos militares ao poder, consequentemente, em prol d’ “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade” como tangente para a crise institucional vivenciada. Podemos visualizar em publicação do jornal “Folha de São Paulo”, no dia 19 de Março de 1964, uma expectativa de possível embate de vozes conflitantes quanto à influência a ser instaurada pelo acontecimento discursivo “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”:

se coadunam para fim de persuasão. *Logos*, *ethos* e *pathos* podem comunicar funções separadas, mas não se pode negar a necessidade de compreendê-las uma pela outra. Perelman argumenta sobre essa inter-relação e postula que “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.6), ou seja, *ethos* se constitui em relação à *pathos*, do mesmo modo que *pathos* interdepende de *logos*. Assim, a escolha por *ethos* envolve a interação/refração do conceito em relação às publicações dos referidos periódicos onde as trocas discursivas descortinam estratégias para convencimento dos sujeitos envolvidos (audiência) pelo enredo discursivo da mídia de referência.

Amparado ainda pelo contrato de comunicação proposto por Charaudeau, temos em cena que o EUc, considerado aqui como autor da reportagem, o corpo editorial bem como os sujeitos que comandam os jornais, delegam papéis para EUe. Na perspectiva jornalística que propõe/preferencia uma só memória e exclui a de sujeitos adversários, EUe constrói imagens a serem percebidas pela recepção de sua audiência a fim de tornar concreto os sentidos expressos por seus *ethé*. Orlandi (2007) entende essa relação como silenciamentos, uma relação dito/não dito que se define “pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis numa situação discursiva dada”. Assim, sinalizamos o seguinte fragmento para análise:

[5]

“*Impeachment*, não”.

[6]

“Marcha da Família”.

[*Impeachment*] – sentido deslocado de *crise* – em situações de *crise*, seja ela econômica, política entre outros, o termo “impedimento” é calcado sempre para suscitar no imaginário social uma saída/solução para resolução dos problemas.

[*Impeachment*] – sentido evocado por (EUe) para que (TUd) acredite em um despreparo de Jango, situações de falta de governabilidade do presidente, e engaje para apoiar a marcha,

[*Impeachment*] – sentido refratado de *crise* exposto ao topo da página jornalística para alçar/suscitar uma resposta – uma solução para o problema.

[Marcha da Família] – sentido refratado de *crise* como resposta a *impeachment*, como saída para a tensão política instalada pelo próprio jornal.

Nas assertivas elencadas, há a disposição de pontos conflitantes, de ideias contrárias. Vale ressaltar, (e a reflexão que será feita a seguir pode ser facilmente visualizada na página do jornal em que estão inscritos os títulos) que num mesmo local, numa única página em que se destinam artigos sobre temas variados, encontra-se a possibilidade de duas ideias que vão de encontro uma a outra: a defesa da não realização de um impedimento em relação ao governo de Jango e, por outro lado, a ideia explícita de adesão a uma marcha que propunha, em suma, depor o presidente populista. Nesse processo de construção de sentidos, há dois lados de uma mesma moeda, dois artigos que divergem dentro de um jornal que apoiou o golpe. Nessa direção, irrompe-se um cenário não contemplado, uma encenação que representaria vontades e consciências silenciadas, des-memoriadas pela imprensa. Para Charaudeau (2010, p.63), a instância de posse de um saber fornece uma autoridade de um “dever saber”. Se, dentro de um cenário de tensões políticas a respeito do acontecimento discursivo Marcha da Família estão dispersos enunciadores do jornal, cria-se uma espécie de dependência que autoriza a proposição de sentidos a serem veiculados. Para o autor “as mídias constituem uma instância que detém parte do poder social”.

A partir desses olhares, alguns sentidos saltam aos olhos perante a prática da imprensa que institui esse poder do conhecimento, dessa permissão intrínseca ao fazer jornalístico de informar. Charaudeau discorre a respeito de um discurso circulante que tangencia a análise da narrativa do golpe construída pela imprensa e debatida neste trabalho. Para o autor:

(...) diante desses discursos de poder desenvolvem-se (onde é possível) outros discursos, de reivindicação, de contestação, da ordem imposta, e cuja força depende ao mesmo tempo da organização do grupo que os produz, de suas possibilidades de mobilização e dos valores éticos emblemáticos. Esses discursos agem como um contra-poder, uma contra-orientação (...) (CHARAUDEAU, 2010, pp.118-119).

Por esses vieses, considera-se o discurso que vai contra ao *impeachment* um movimento de contra-orientação do jornal “Folha de São Paulo”? A primeira vista,

sim. O *ethos* construído pela primeira publicação, do topo de página, sugere uma ideia de que haveria vozes que destoavam do propósito do jornal e da Marcha. Nessa instância, o estudo compreende e se alicerça na concepção de Marie-Anne Paveau sobre quadros pré-discursivos para aprofundar a análise em voga. Para a autora, “os quadros pré-discursivos servem, na verdade, tanto para organizar o passado quanto para prever o futuro, o futuro sendo o interpretado nas categorias elaboradas graças à leitura das experiências passadas”. (2013, pp.136-137).

São, ainda, “aproximativos e relativos, porque eles possuem uma dimensão prática: servem para o homem, na sociedade, adotar os comportamentos adequados às situações”. (PAVEAU, 2013, p.139). Nessa direção, o estudo articula a concepção de *ethos pré-discursivo* ao conceito de Paveau. Para Maingueneau (1987), a *doxa* é um elemento que compreende saberes prévios do auditório em relação ao enunciador, assim como do locutor em relação ao seu público alvo. Dito isso, a pesquisa apresenta o que Amossy concebe por *ethos pré-discursivo*⁴³:

No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia do seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelabora-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme as exigências de seu projeto argumentativo. (AMOSSY, 2005, p.125).

Ao situar a questão dos pré-discursos, mais precisamente dos quadros pré-discursivos, Paveau (2013) afirma que “o cognitivo é, ao mesmo tempo, mental e social, porque os esquemas mentais (aos quais eu não renuncio) são amplamente o produto das relações com o ambiente e a vida social do sujeito”. Nesses entremeios, a orientação desta pesquisa afirma, então, que o enunciado que está explícito no fragmento 5 não configura um discurso de contra-poder, contra-influência. A atitude em articular duas opiniões conflitantes num “mesmo” espaço institui-se como estratégia do jornal, um mecanismo que procurou validar seu *status* de neutralidade⁴⁴ frente ao cenário de inquietações que estava formado à favor do golpe de estado.

⁴³ Marie-Anne Paveau compreende pré-discursivo como “dados que não são materialmente discursivos, porém não são mais totalmente estranhos à discursivização. Eles provêm de nossa percepção organizada do mundo e do acúmulo de nossas experiências. Refiro-me à percepção organizada para assinalar que ela é pré-determinada pelas formas do discurso”. (PAVEAU, 2013).

⁴⁴ O estudo argumenta que esse *status* nunca foi interesse do jornal “Folha de São Paulo”, haja vista (anexo) no dia 17 de Março de 1964, 1o. caderno, pg.7, cujo título da reportagem está expresso por:

A partir desse contexto, o jornal em questão vale-se das seguintes estratégias:

- 1) **Estratégia de legitimação:** o periódico fala em nome dos grupos femininos, como se houvesse um embate entre os objetivos da Marcha e a publicação a respeito do impedimento. E fala em voz de um suposto contra-argumento sobre o embate entre ideários;
- 2) **Estratégia de credibilidade:** a “Folha de São Paulo” utiliza um argumento por vocativo em que nega a proposição de que o *impeachment* fosse válido/de direito. O sentido produzido, aquele em que há embate de ideias para a proposição de um argumento sólido, e que é considerado um produto que forma opiniões coerentes, não demonstra para TUd que a opinião do jornal está formada e esse jogo é meramente encenação política; e
- 3) **Estratégia de captação:** o jornal já havia lançado outra publicação em que se diz a favor do *impeachment* (ver anexo). Ou seja, a captação está exatamente na fundação de um embate falso, onde não há argumentação incisiva contra o acontecimento Marcha, mas, pelo contrário, há uma exposição da *crise* imposta pelo governo Jango, a falta de governabilidade e a falta de caracterização para um *impeachment*. O que ocorre, na verdade, é a sobreposição de argumentação – um artigo que seria a favor de Jango (contra o impedimento), vale-se de outras estratégias que financiam o esfacelamento de sua imagem, engajando, por fim, ao encontro das ideias da Marcha.

A análise da narrativa do jornal “Folha de São Paulo” apresenta um enredo, uma segmentação de fatos que estão em constante atrito. Para Motta (2013) a narrativa jornalística coloca sucessivamente uma personagem versus outra, como opositores nas páginas e telas, contaminando toda a cobertura, incitando oposições

“Marcha pela Liberdade” quer ‘*impeachment*’ de JG”, configurando-se como estratégia que antecipa essa argumentação entre duas proposições conflitantes exposta acima.

e, assim, instituindo (ou fomentando) dualismos artificiais na vida política contemporânea. Assim, Luiz Gonzaga Motta, ao analisar os procedimentos para análises empíricas, propõe um conjunto de movimentos a serem efetuados pelo analista a fim de compreender os processos de comunicação. Para ele

O analista precisa decompor e recompor a estória com rigor e identificar suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista principais e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante, a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação. (MOTTA, 2013, p.141).

Nessa teia, o autor em questão define, três instâncias de análise, quais sejam:

1. Plano da expressão (discurso, linguagem);
2. Plano da estória (conteúdo, enredo, intriga); e
3. Plano da metanarrativa (tema, fábula, modelos de mundo).

(MOTTA, 2013, p.136)

Pelas concepções em que o jornal “Folha de São Paulo” se enquadra, um arquétipo que combate o governo populista de João Goulart, revela-se uma postura que privilegia objetivos elitistas. Para Charaudeau (2010), a atividade da mídia se desenvolve por um objetivo de uma lógica comercial. Outro objetivo da mídia é informar, levar ao público notícias e discursos sobre acontecimentos diversos na sociedade.

O acontecimento discursivo “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” é encarado nesta pesquisa como uma intersecção de teias discursivas que respondem a um acontecimento anterior, a saber: o comício de Jango. Além disso, liga-se também a acontecimentos posteriores que, discursivamente, são entrecruzados nessa mesma encruzilhada, o que se refere a todas as manifestações e protestos que se anunciaram como marcha ligada a Marcha da Família.

A partir do fragmento abaixo, o estudo apresenta uma análise que compõe o referente teórico composto pela Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013):

[6]

“São Paulo parou ontem para defender o regime – povo, pela constituição”.

Motta (2013) assevera que as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira. Assim, a análise perpassa caminhos que impossibilitam retirar a narrativa para um lugar de unicidade, de singularidade. A narrativa, dessa forma, é entendida no seio das suas relações com os locais de fala, os sujeitos das trocas languageiras, os acontecimentos em que estão inseridos, bem como os sentidos que intendem serem produzidos ou o são de maneira natural.

Assim, elencam-se os seguintes planos, propostos por Luiz Gonzaga Motta para elucidação da análise do jornal “Folha de São Paulo”.

- 1) Plano de expressão: nesse plano, observa-se a utilização da figura de linguagem – hipérbole – para a construção da manchete de capa do periódico: “São Paulo parou...”. Além disso, as imagens de plano de fundo da capa propõem que a multidão expressa na fotografia representa a confirmação retórica do jornal;
- 2) Plano da estória: os efeitos de sentidos oriundos da publicação apresentam uma leitura do analista que sinaliza a estratégia do jornal. A trama construída está numa sequência de ações: o título da manchete que chama atenção para a comunicação narrativa, o subtítulo que referencia o “povo” como motor dessa engrenagem, e por fim as imagens que interagem no imaginário, confirmando o acontecimento e vislumbrando um *continuum* das significações empenhadas pelo/no jornal; e

- 3) Plano da metanarrativa: evoca-se uma felicidade, uma celebração, a recompensa pelos esforços construídos para se destituir Jango e, conseqüentemente, o perigo vermelho/comunismo.

Na leitura desenrolada a partir dos possíveis efeitos de sentidos abarcados pela capa do jornal “Folha de São Paulo”, abrem-se posições intersubjetivas que questionam: qual povo saiu às ruas pela constituição? Quem fala por São Paulo (cidade)? Quais sujeitos endossaram a marcha paulista? A partir dessas problematizações, fica clara a prática por intermédio do jornal de uma des-memória que silencia sujeitos adversários - vozes de Jango a respeito da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Nesse controle de crenças e valores, Charaudeau (2010) comenta que as mídias são manipuladas (e manipulam) não só para que atendam aos interesses dos grupos sociais que detêm seu controle, mas também para se adequarem ao público que visam. Por essas razões, as mídias possuem ampla capacidade e ornamento para manipular a quem bem entender, como para fazer o caminho inverso, manipular-se a fim de excluir qualquer aresta que dê entendimentos/sentidos que exponham tal ato.

5. “A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”: a imprensa em 2014.

Ao analisar a questão da memória e história presentes, revela-se uma concepção onde a memória organiza as sociedades, numa assertiva que exclui, por intermédio da imprensa, o passado, ou seja, aquilo que está sempre presente. A memória sem passado, num tempo único (contínuo), “presentifica” o passado e rompe com a ideia de memória “morta”. Não há mais memória, pois é necessário rastrear o passado. Assim, o passado não está mais presente para nós, a memória da ditadura, sua inserção no período, espaço, tempo e lugar social que ocupou já não mais existe, de modo que, aquilo que permanece é o que há de indícios com o passado, a história publicada. O passado, então, estaria desconectado, e para alcançá-lo, seria necessária uma ponte pela história que percorreria publicações em jornais e outros meios de comunicação que a imprensa utilizava.

O trabalho em voga pega emprestado dos estudos de Pierre Nora a concepção do autor sobre os “lugares de memória”, assertiva que propiciou instituir um olhar deslocado a respeito dos atos da ditadura militar e, conseqüentemente, da imprensa brasileira. Ditadura e imprensa construíram uma identidade nacional expressa pelo sentimento comum, sentimento geral que se iniciou pela inserção estratégica da mulher da década de 1960 no cenário político. Para compreender o que são esses lugares comuns, esses lugares de memória, Nora postula que

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p.13).

Essa tensão disposta entre o lugar vivido e o não vivido, entre aquilo que se manifestou durante a Marcha de 1964 e aquilo que estava encoberto corrobora com a prática desse trabalho. O emparelhamento da memória da ditadura, da memória construída pela imprensa, bem como os lugares comuns dos grupos que partilhavam com o poderio da ditadura, constituem a preservação de marcas que funcionaram como não-memória, como uma interdiscursividade que se entrecruza com as vozes instituídas na época do golpe e recentemente no desenvolvimento desse estudo. Nessa direção, trata-se de um não-lugar de memória, pois representou uma contradição, uma manifestação de equívocos materializados pela Marcha feminina com cunho ideológico religioso, e que, por outro lado, escondeu uma presença massiva masculina, com ideais militares e de empresas privadas, no intuito de destituir o governo democrático eleito. Observam-se essas asserções na seguinte publicação *on-line* de “O Globo”:

50 anos depois, conservadores tentam reeditar 'Marcha da Família com Deus Pela Liberdade'

No dia 19 de março de 1964, nas ruas do Centro de São Paulo, mais de 100 mil pessoas marchavam contra o que consideravam a ameaça comunista do governo João Goulart



Cerca de cem mil pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade nas ruas do centro do Rio - Arquivo O Globo

POR TATIANA FARAH
18/03/2014 11:01 | atualizado 20/03/2014 9:42



SÃO PAULO — Era 19 de março de 1964, dia de São José, o padroeiro da família. Nas ruas do Centro de São Paulo, mais de cem mil pessoas marchavam contra o que consideravam a ameaça comunista do governo João Goulart. À frente do protesto, primeiras-damas de políticos adversários, como o governador paulista Ademar de Barros, e cidadãos de classe média. Nos bastidores, setores do empresariado, partidos de oposição, a Igreja e até a CIA.

Cinquenta anos depois, as análises sobre a "Marcha da Família com Deus Pela Liberdade" mostram como o protesto serviu para dar verniz de legitimidade ao golpe militar, mas estava longe de expressar o sentimento da maioria.

Estudando pesquisas de opinião da época, inclusive documentos que só foram revelados nos últimos anos, o pesquisador Luiz Antonio Dias, chefe do Departamento de História da PUC-SP, explica que a aprovação do governo não era baixa e, em algumas pesquisas, chegava a 50%. As supostamente temidas reformas de base eram repudiadas por cerca de 30% dos brasileiros. Mas havia um sentido forte também contra o governo.

— Já se falou que a marcha reuniu um milhão de pessoas. Depois, caiu para 200 mil. Hoje, com base em imagens da época, calcula-se que foram pouco mais de 100 mil pessoas. Mas houve também cerca de outras 80 marchas nos dias seguintes por todo o país — disse o pesquisador, que não descarta a importância do movimento: — As marchas refletiram o descontentamento de setores da classe média e sobretudo das elites do país. A marcha não sintetiza o sentimento dos brasileiros, mas serviu como "voz das ruas" e acabou sendo uma justificativa para a intervenção militar.

Estudioso da Igreja, o filósofo Roberto Romano (Unicamp) afirma que a instituição foi um dos "motores" da marcha e que a Cruzada do Rosário, organizada pelo padre americano Patrick Peyton, em 1962, foi o embrião desse movimento.

Passados 50 anos, setores conservadores da sociedade tentam reviver a marcha da família no próximo sábado, em dezenas de cidades. Pelas redes sociais, os grupos são pequenos. Mas, para Romano, há um sinal de perigo:

— Todo movimento que visa interromper o processo democrático é nocivo. Os movimentos totalitários do século XX na Europa começaram com centenas de pessoas e terminaram com milhões nas ruas.

Veja também



FOTOGALERIA Confira fotos da Marcha da Família pelo país



FOTOGALERIA Marcha Antifascista em São Paulo

Confira a página dos 50 anos do golpe

Igrejas: resistência e colaboração durante a ditadura militar

ÚLTIMAS DE BRASIL



Ministério do Trabalho nega pedidos de fiscalização por falta de recurso, diz MPT

29/03/2017 11:57



Defesa quer que Lula seja interrogado pessoalmente por Moro em caso Odebrecht

29/03/2017 11:52



Defesa de Lula quer interrogatório presencial com Moro em outra ação sobre Odebrecht

29/03/2017 11:52



Janot pede novo inquérito para investigar líder do PSB no Senado

29/03/2017 10:48

Figura 7: Jornal "O Globo", edição online do dia 19 de Março de 2014.

Esses lugares de memória e de não-memória constituídos na época ditatorial são (re)vividos e (re)construídos em 2014, mas numa perspectiva deslocada, onde os sentidos são outros, os lugares são outros e as vozes que constituem a análise do acontecimento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” também se refratam. O teórico russo Mikhail Bakhtin discorre sobre essas postulações e capacidades argumentativas, e propõe a refração como uma valorização que ocorre na tensão comunicacional, necessária nas trocas e nas interações entre sujeitos. Bakhtin entende por refração

Toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação. (BAKHTIN, 2006, p. 36)⁴⁵.

A refração é desenrolada pelo princípio polifônico, de modo que, na análise proposta aqui, há uma (re)construção das respostas discursivas da imprensa brasileira. Além disso, ao salientar sobre o historiador e o analista, o teórico também ressalta que, “(...)o ser refletido no signo(...) também se *refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais no limite de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes*.” (p.45). Por isso, as inter-relações dos sujeitos envolvidos na prática da memória envolvem a refração, pela mudança de direção que os discursos operam, assim como nos deslocamentos de sentido, nas refrações, há uma intensa transformação das memórias.

Assim, os conceitos teóricos envolvem a memória da imprensa ao possibilitar novos posicionamentos, diferentes concepções daquelas já conhecidas no que é veiculado pelos textos, de maneira a corroborar com a prática de memória, que para Pierre Nora

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.9).

Essas intensas relações de (re)construções da memória contribuem para o não esquecimento dos atos ocorridos pela Marcha. Há uma tentativa que desloca a memória constituída na época, da luta contra o golpe, que suscitam um rememorar

⁴⁵ Grifos do autor.

algo já desvinculado do cenário atual. Não existe uma coletividade única, de um grupo somente, que (des)constrói a lembrança do vivido na época, existem várias coletividades, várias construções de memória coletiva. Isso significa que existem diferentes tempos, diferentes formatações de memória que estão em constante revitalização. Logo, o tempo construído pelas/nas memórias da ditadura é múltiplo, um princípio de coordenação que não depende de pensamento ontológico, pelo fato de que existem experiências que são irresistíveis ao tempo.

A história representada pela imprensa, principalmente nos meios de comunicação que cobriram, deu destaque ao suposto poderio feminino que encabeçava a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e retrata uma memória da elite, uma memória constituída pela imagem dos grupos dominantes da época. Por outro lado, não exclui a memória de outros grupos que interagiam com a elite e, também, que não interagiam, direta ou indiretamente.

A exclusão de interação feita pela elite de determinados grupos concebe também um modo de construção da própria memória coletiva dessa elite. O cerne da questão está em alguns questionamentos, quais sejam: de que maneira é silenciada a voz das minorias; e/ou em que modo é ouvida; o que é ouvido; o que não é; o que é veiculado pela/na imprensa.

A imprensa faz determinadas formatações para encaixar o que estará em evidência, o que será vendido para públicos específicos, e isso influencia diretamente na memória coletiva de um grupo. Aplicada a essa memória, interessa saber, portanto, quais processos constituem e intervêm na formalização das memórias que a imprensa construiu. Ao privilegiar um determinado grupo (elite), que como parte integrante da história e ponta de lança do golpe de 1964, as memórias desse segmento entram em disputa com memórias outras, daqueles que não tiveram suas vozes ouvidas e que se colocavam no contra-discurso. Elucida-se essa questão nas seguintes publicações⁴⁶ do jornal “Folha de São Paulo”:

⁴⁶ A publicação *online* do periódico foi dividida em duas partes para melhor visualização.

Marcha serviu de estímulo a militares que deram o golpe

GABRIELA TEREZI
DE SÃO PAULO

16/03/2014 @ 03h00



A primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em 19 de março de 1964, foi um protesto contra o governo do presidente João Goulart (1961-1964) e serviu de estímulo para os militares que duas semanas depois deram o golpe que derrubou Jango.



A marcha foi uma espécie de resposta ao discurso de Jango no Comício da Central do Brasil, ocorrido seis dias antes, em que o presidente reafirmou seu compromisso com as esquerdas e as chamadas reformas de base.

Calcula-se que cerca de 200 mil pessoas tenham feito o trajeto da praça da República à praça da Sé carregando faixas contra o comunismo e o presidente. O golpe que depôs Jango logo depois abriu caminho para uma ditadura que durou 21 anos.

A manifestação contou com o patrocínio do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), composto por elites empresariais favoráveis à abertura do país ao capital estrangeiro. O instituto contava com filiais em diversas capitais do país e foi responsável por forte esquema de propaganda que, no início da década de 60, divulgava os "perigos do comunismo".

Figura 8: Jornal "Folha de São Paulo", edição *online* do dia 16 de Março de 2014.

A essa ideia se opunha um imaginário "ocidental e cristão" que encontrou grande adesão nas camadas médias urbanas, que se mobilizaram em diversas marchas que foram às ruas naquela época.

A historiadora Aline Presot, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estudou, em sua dissertação de mestrado, as cerca de 70 passeatas desse gênero que aconteceram em dez Estados entre março e junho de 1964.

"Estamos falando tanto de grandes manifestações públicas nas principais capitais do país como de passeatas em pequenas cidades do interior, que podem ter partido da iniciativa de uma associação de comerciantes ou de uma paróquia", explica Presot.

Para a historiadora, isso indica que o fenômeno das marchas não pode ser considerado apenas efeito da propaganda anticomunista. Havia espontaneidade nos eventos.

Esses fatores não parecem tão fortes nas novas edições das marchas, avalia Presot. "Elas dificilmente poderão ser comparadas ao aparato de propaganda e organização com que contaram as manifestações anteriores ao golpe", justifica a historiadora.

"Mas isso não torna as Marchas da Família de 2014 menos significativas", diz Presot. "Elas nos revelam a faceta profundamente conservadora e autoritária da sociedade brasileira." ★ ★ ★



Figura 9: Jornal “Folha de São Paulo”, edição online do dia 16 de Março de 2014.

Os conflitos dessas memórias que foram concorrentes no período vivido pela política brasileira trazem à luz um embate de identidades, de reivindicações que se entrecruzavam, se sobrepunham e, diferentemente do que poderia propor uma memória nacional, em contraponto às memórias coletivas, ouviu-se apenas o lado de quem praticou a Marcha e dos grupos que a financiaram. Essas lembranças não-ditas ganham papel importante na constituição do trabalho em questão, pois possibilitam uma (re)construção de olhares diante da memória da imprensa em 1964 e, conseqüentemente, da tentativa de reedição da Marcha em questão em 2014. Assim, vale ressaltar a memória histórica como reconstrução do vivido, daquilo que foi transmitido pela imprensa. De antemão, rompe a memória coletiva, discutida aos

olhos desse estudo como reconstituição de vozes e vozes outras que compuseram a Marcha de 1964, e a tentativa falha de descolamento, de refração desse movimento em 2014.

Teoricamente, a reflexão trabalhada aqui suscita uma questão importante: por que e como foi possível - considerando as diferentes épocas, os anos de 1964 e 2014 – promover estratégias censórias e golpes que falsearam uma participação feminina com propósitos de identificação inscrever essa única memória discursiva na imprensa que veiculou os atos? Uma das possíveis leituras para essa questão parte da intenção/motivação que a prática apresenta. A análise empreendida impõe um percurso pelo qual as memórias produzidas se basearam em uma ordem política e ideológica, e que se interpolam nos diferentes anos, nos diferentes momentos, espaços de interação dos sujeitos que as constituíram. Fontana discute essa memória discursiva. Para o autor

os lugares de memória, embora participem de um gesto político do Estado para disciplinar a(s) memória(s) coletiva(s) pelo viés da história oficial, pelo seu caráter simbólico, se inscrevem no funcionamento imaginário dos processos de significação (...) mas também sobre ela mesma, produzindo, deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar. (FONTANA, 1997, p.63)

Trata-se, assim, de privilegiar uma função ideológica de um só lugar discursivo, da memória de um determinado grupo. A imposição de poder, informação, dos discursos a serem ouvidos (constituídos na imprensa), embasa a disseminação da ideologia preterida. Em ambos os casos, a tomada do poder pela ditadura militar. As justificativas, o teor das matérias publicadas, os dizeres que ecoam discursos e discursos outros (não ditos), propõem essa dispersão temporal entre 1964 e 2014, essa condição que valida o tempo contínuo, de ramificações em intensa modificação na construção de memórias. Cabe ressaltar que ao se discutir a memória da Marcha de 1964, o processo de sua constituição, pode contribuir para a recuperação da memória sobre a ditadura, sobre uma interpretação do que foi o papel da imprensa naquela época e, conseqüentemente, 50 anos depois. Configura-se essa observação nas publicações abaixo:

Marcha da Família com Deus reúne cerca de 700 pessoas em SP; quatro são detidos

DANIEL VASQUES
GABRIELA TEREZI
DE SÃO PAULO

22/03/2014 @ 16h31 - Atualizado às 20h28

[f](#) Compartilhar [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#) 8,6 mil [OUVR O TEXTO](#) [+](#) Mais opções

Cerca de 700 pessoas se reuniram na Marcha da Família com Deus 2 neste sábado (22), no centro de São Paulo, segundo estimativa da PM. Eles deixaram a praça da República, onde se concentraram, em direção à praça da Sé. Quatro pessoas foram detidas pela polícia.



Em um trio elétrico com faixas com os dizeres "FFAA [Forças Armadas] já", "Voto facultativo = liberdade" e "Comunismo é morte", organizadores fazem discursos de cunho nacionalista, exaltando os militares e criticando o atual governo petista, que associam com o comunismo.

Os participantes, em sua maioria, vestem roupas brancas, verdes e amarelas e levam a bandeira do país. Há faixas que pedem "desmilitarização da PM não" e imagens religiosas. A reportagem não identificou bandeiras de partidos políticos. Uma estátua de Nossa Senhora de Fátima foi erguida no trio elétrico.

Uma das organizadoras da nova marcha, Cristina Peviani, afirmou à reportagem estar satisfeita com a mobilização. "É pra mostrar que ainda existe a família tradicional e conservadora", disse. Segundo Peviani, a organização da manifestação, incluindo o aluguel de trio elétrico e ônibus, foi paga pelos participantes, que se reuniram em "vaquinhas".

Entre os gritos da manifestação estavam "Verde, amarelo, sem foice, sem martelo" e "Fora PT". O hino nacional foi entoado diversas vezes.

Figura 10: Jornal "Folha de São Paulo", edição *online* do dia 22 de Março de 2014.

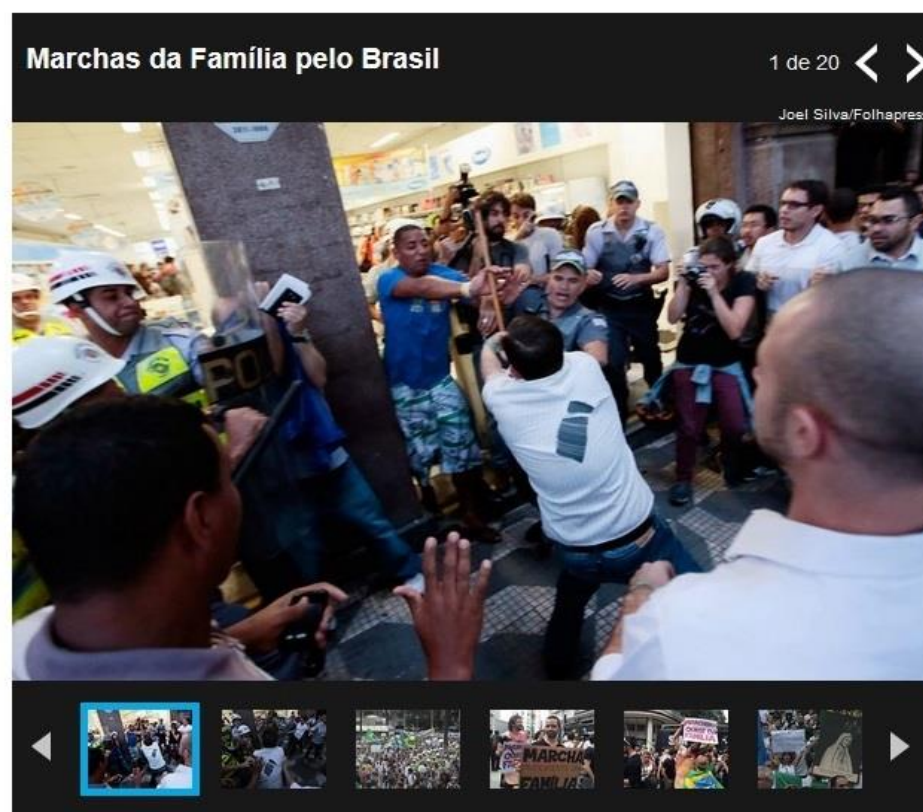
ATRITOS

Pessoas que se manifestaram contra a marcha foram hostilizadas pelos participantes. Em muitos casos, tiveram que ser isoladas pela polícia.

Dois garotos usando roupas femininas e com cartazes com os dizeres "Marcha (praticamente da) família" e "Marchinha quase da família" tiveram seus pertences rasgados e foram expulsos pelos manifestantes. Um deles levou um chute.

Quando o ato chegou à praça da Sé, uma garota foi levada pela polícia. Ela atirou spray em uma bandeira nacional levada por manifestantes, segundo testemunhas. Diversas pessoas correram atrás dela, que se escondeu em uma farmácia, de onde saiu apenas com a presença dos PMs. Na confusão, um homem e um policial ficaram feridos.

Segundo a PM, 900 policiais fizeram a segurança das marchas que aconteceram neste sábado no centro de São Paulo.



REPRISE

Em 19 de março de 1964, poucos dias antes do golpe militar, meio milhão de pessoas foram às ruas na "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade", da praça da República até a Sé, em São Paulo.

O movimento foi considerado naquela época a maior manifestação popular já vista no Estado de São Paulo. A marcha teve contornos políticos, com pessoas pedindo a preservação da Constituição, a manutenção de um regime democrático e o impeachment do então presidente João Goulart.

Figura 11: Jornal "Folha de São Paulo", edição *online* do dia 22 de Março de 2014.

A questão do imaginário social cria enredos e permite o surgimento de concepções de sentido, entre elas preconceitos, discursos de ódio, críticas e reflexões. As manobras contam ainda com discursos que incidem sobre os valores e crenças de determinados grupos ou indivíduo. Grize (1990) destaca a lógica natural nesse aspecto – incidindo sobre as crenças⁴⁷ – e as esquematizações como representações discursivas que promovem uma ação sobre a visão, ou o modo de ver do outro e também como o sujeito envia suas percepções e interpretações para o mundo. “Uma esquematização é um discurso coerente e estável, apresentado ao interlocutor como uma imagem da realidade”. (PLANTIN, 2008, p.40). Toda argumentação é uma esquematização, pois se evidenciam certos discursos e eliminam outros conforme a finalidade. É como se fosse uma estruturação e organização do pensamento que acabará por se tornar um argumento válido, por isso a analogia com a imagem. É dar vida a ele e fazê-lo com que transite nas instâncias discursivas. Para Charaudeau (2008, p.203) “O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações”. Como ressalta Antonio Prata, escritor e colunista do jornal “Folha de São Paulo”, flutua-se um imaginário social ao qual o autor trata com ironia no seguinte excerto:

“Quando terroristas, gays, índios, quilombolas, vândalos, maconheiros e aborteiros tentam levar a nação para o abismo, ou os cidadãos de bem se unem como na saudosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade que nos salvou do comunismo e nos garantiu 20 anos de paz, ou nos preparemos para a barbárie”. (PRATA, 2013)⁴⁸.

Em publicação no dia 23 de Março de 2014⁴⁹ em veículo *on-line*, numa plataforma em que se destina exclusivamente ao conteúdo, matérias, artigos e

⁴⁷ Charaudeau (2008b, p.198) comenta que “os *saberes de crença* visam a sustentar um julgamento sobre o mundo. Referem-se, portanto, aos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo, que é um modo de explicação centrado na realidade e que, supostamente, não depende de um julgamento humano. (...) O sujeito que fala faz suas escolhas segundo uma lógica do necessário e verossímil, na qual pode intervir tanto a razão quanto a emoção. E já que existem vários julgamentos sobre o mundo, eles são objeto de confrontação ou de divisão. Todo juízo de crenças está fundado sobre uma partilha, pois se pode dizer que ele tem também uma função identitária (o que não acontece necessariamente com o saber do conhecimento)”.

⁴⁸Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/11/1366185-guinada-a-direita.shtml>>. Acesso em 22/08/2017. (ANEXO)

⁴⁹Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-ditadura.html>>.

reportagens sobre a ditadura, a “Folha de São Paulo” relata e reconhece que “as pressões da **direita militar** e o combate à **esquerda armada** levaram à construção de uma máquina de **repressão** política feroz e serviram de **pretexto** para o endurecimento progressivo do regime autoritário inaugurado pelos **golpistas** em 1964”.

Em oposição ao veículo e aos efeitos de sentidos ocorridos nas publicações do ano de 1964, o jornal *Folha de São Paulo* em sua edição do dia 19 de Março de 2014, exatamente cinquenta anos após o golpe, chama atenção para um contexto que vai de encontro à atmosfera e as matérias publicadas no ano do golpe militar. Deslocando sujeitos, sentidos e a memória presente na imprensa, o jornal, em sua versão *online*, aborda de maneira quase inexpressível a tentativa de reedição da Marcha. Assim, um dos colunistas do jornal, Ruy Costa⁵⁰, apresenta suas considerações acerca do ocorrido:

⁵⁰ Ruy Castro (Colunista do jornal Folha de São Paulo) é escritor e jornalista. Considerado um dos maiores biógrafos brasileiros, escreveu sobre Nelson Rodrigues, Garrincha e Carmen Miranda.

Marcha a ré

19/03/2014 © 03h30



RIO DE JANEIRO - Um grupo de ativistas promoverá neste sábado, em São Paulo e em outras 200 cidades, a "Marcha da Família com Deus", para fazer frente a um "golpe comunista marcado para este ano" – a ser dado, segundo eles, pelo PT e seus aliados. A passeata será uma reedição da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que, no dia 19 de março de 1964, protestou contra a "ameaça comunista" e contribuiu para a queda do presidente João Goulart.

É difícil imaginar um "golpe comunista" em que os aliados são Sarney, Collor, Maluf, Renan Calheiros e outros. Mas, quando se trata dessa turma, tudo é possível. A exemplo de 1964, os ativistas vão conclamar os militares a tomar o poder, fechar os partidos, varrer a subversão e a corrupção e, com tudo saneado, nos devolver o país – ou o que sobrar dele.

Pessoalmente, acho a pauta até modesta. Eu pediria também a volta de Claudia Cardinale, Stefania Sandrelli e Vera Vianna. Dos cigarros Luiz XV e Mistura Fina e dos fósforos marca Olho. Da cuba-libre, do hi-fi e da vaca preta. Dos LPs do Tamba Trio, do Henry Mancini e do Modern Jazz Quartet. Das cuecas samba-canção, ideais para um bate-coxa, e dos penteados femininos armados com Bom Bril. Do sexo à milanesa (de noite, na praia) e das corridas de submarino. Tudo isso era 1964.

Do "Correio da Manhã", do pente Flamengo e do concretismo. Da Gillette Mono Tech, da pasta d'água e da Coca-Cola como bronzeador. Do Toddy em lata, dos tróleibus e das bicicletas Monark com pneu balão. Da Parker 21, do papel almaço e da goma arábica. Dos currículos com latim, francês e canto orfeônico. Tudo isso também era 1964.

Já os militares que a "Marcha" quer chamar de volta, não recomendo. Sob eles, a família se esgarçou, a liberdade acabou e, em pouco tempo, o próprio Deus saiu de fininho para não se comprometer. ★ ★ ★

Figura 12: Jornal "Folha de São Paulo" – Colunistas - edição online do dia 19 de Março de 2014.

"Marcha a ré. (...) Um grupo de ativistas promoverá neste sábado, em São Paulo e em outras 200 cidades, a 'Marcha da Família com Deus', para fazer frente a um 'golpe comunista marcado para este ano' – a ser dado, segundo eles, pelo PT⁵¹ e seus aliados. A passeata será uma reedição da 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', que, no dia 19 de Março de 1964, protestou contra a 'ameaça comunista' e contribuiu para a queda do presidente João Goulart. (...) Já os militares que a 'Marcha' quer de volta, não recomendo. Sob eles, a família se esgarçou, a liberdade acabou e, em pouco tempo, o próprio Deus saiu de fininho para não se comprometer."⁵²

⁵¹ O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político fundado em 1980 no Brasil e integra um dos maiores e mais importantes movimentos da esquerda no país.

⁵² Grifos nossos.

O movimento que o jornal apresenta acima com as duas publicações chama a atenção para um quesito importante e ponto norteador desta pesquisa: o acontecimento discursivo. Pautado nas bases da análise do discurso, o estudo apresenta esse conceito híbrido e heterogêneo ao se alinhar ao teórico Michel Pêcheux⁵³. Para o autor, acontecimento “é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. (2008, p.17). Nesse sentido, há uma correlação entre o fato (Marcha) e o modo como os sentidos foram construídos pela/na imprensa, conspirando, ainda, a maneira como esses sentidos se sobrepõem/atualizam e clamam pela memória coletiva.

Paralelo ao acontecimento histórico⁵⁴, o acontecimento discursivo resulta de um encadeamento de opções do autor⁵⁵ que rompe uma série de acontecimentos pré-discursivos⁵⁶ que darão origem a um novo acontecimento. Nessa direção, o que ocorre com os jornais dá-se pelo deslocamento da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para a um sentido possível de *crise*. Ainda nessa encruzilhada, há as refrações do sentido Marcha que constroem uma teia discursiva que está ligada a um acontecimento construído anteriormente, o comício na Central do Brasil, de

⁵³ O autor Michel Pêcheux apresenta o conceito de acontecimento ao analisar o enunciado “*On a gagné*”, cantado pelas ruas de Paris no dia 10 de maio de 1981, como melodia dos estádios de futebol, aludindo à vitória do candidato François Mitterrand.

⁵⁴ Le Goff define que acontecimento histórico “consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser rememorado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica”. (2013).

⁵⁵ Mikhail Bakhtin apresenta o conceito de autor – “Autor: é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem, e todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta. Na medida em que nos compenetrarmos da personagem, esse todo que a conclui não pode viver dele nem por ele guiar-se em seus vivenciamentos e ações, esse todo lhe cega de cima para baixo – como um dom – de outra consciência ativa: da consciência criadora o autor (...). O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse excedente de visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do acontecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra”. (BAKHTIN, 2011, p.10-11)

⁵⁶ Marie Anne-Paveau discute a noção das ferramentas discursivas, os pré-discursos, que na visão da autora “trata-se de dados que não são materialmente discursivos, porém não são mais totalmente estranhos à discursivização. Eles provêm de nossa percepção organizada do mundo e do acúmulo de nossas experiências”. PAVEAU, M. A. Os pré-discursos: sentido, memória e cognição. Campinas: Pontes, 2013, p.19. E continua, “Portanto, defino os pré-discursos como um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos [saberes, crenças, práticas], que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso”. (*Ibid*, p.130).

João Goulart, e aos acontecimentos posteriores que são engendrados nesse quadro: deslocamentos de “Marcha da Família” para “Marcha da Vitória”, “Passeata dos 500 mil”, “Marcha pela Liberdade”, dentre outros enunciados veiculados no ano de 1964 que pregavam a defesa do regime e da democracia. Por outro lado, a imprensa no ano de 2014, deslocou e refratou o sentido de marcha para o acontecimento discursivo “Marcha a ré”.

A comunicação discursiva em questão está calcada no enunciado, aquilo que pode ser dito, falado ou ouvido – por se tratar de uma materialidade linguística, o enunciado não pode ser repetido em diferentes ocasiões/situações que trazem à baila a comunicação. Isso ocorre dentro da Marcha, porém os sentidos são outros, o enunciado institui outros sentidos, construídos por outros sujeitos de diferentes épocas, momento sócio-histórico. Ou seja, o que define o sentido do enunciado está intrinsecamente ligado à situação de produção de dado discurso, impossibilitando a separação de ambos.

A pesquisa concorda com Mikhail Bakhtin e destaca a concepção de enunciação, que nas palavras do autor “é determinada não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as entonações, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação”. Partindo desse entendimento, a enunciação configura-se como irrepetível, assim como o sentido de Marcha ocorrido em 1964 e deslocado/refratado para o ano de 2014. Nas palavras de Bakhtin:

[um] sentido definido e único, uma significação unitária, é propriedade que pertence a cada enunciação como um todo. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu tema. [...] O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. (2006, p. 131)

Assim, a marcha corresponde a uma forma de enunciado que é resposta⁵⁷ a memória da própria concepção de Marcha, que suscita outras respostas aos

⁵⁷ Bakhtin discorre a esse respeito e formula duas concepções que são interessantes para entender os enunciados em tensão nesta pesquisa, quais sejam: ato responsivo e ato responsável. Para o autor, o primeiro ocorre nos processos de fala. Tudo aquilo que é pronunciado não é meramente informativo, o que digo ou o que é dito afeta o outro, me afeta e afeta as condições que converso com o outro, ou seja, as interações e as trocas que mantenho com o outro e que o outro mantém comigo. Ato responsivo diz respeito ao que dialoga, porque é sempre resposta, resposta do que vem antes e que vai exigir uma resposta depois. O segundo, diz respeito ao sujeito e as posições que ocupa, assim como a posição de sujeito afeta a posição do outro, e vice-versa, as trocas de lugares

enunciados que irão surgir em decorrência do primeiro, que funcionou como revide ao comício de Jango, no dia 13 de Março de 1964. Assim,

[os] enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmo; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo: ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. (BAKHTIN, 2011, p. 297).

O discurso da imprensa institui o acontecimento e faculta aos fatos o teor histórico. Por outro lado, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” configura-se como acontecimento discursivo: se o que legitimava a Marcha, em vista da imprensa, era a presença feminina como frente à ameaça comunista, o processo memorialístico ocorrido após 1964 transformou-se em sentidos outros, como financiador do golpe, abrangendo outros significados, e mais pontualmente, deslocando a enunciação dos sentidos de *crise*, tanto em 1964 quanto em 2014.

6. MARCHA À RÉ: OLHARES E OUTROS SENTIDOS.

A possibilidade de existência de um enunciado está diretamente ligada à capacidade dele não se repetir, a uma repetição que se não mantém devido a uma materialidade linguística presente nas formulações discursivas. Esse caráter é definido dentro de uma regularidade que remonta a outros sentidos e outros enunciados incorporados na história, nas relações de poder, nos acontecimentos. Ao comentar sobre implícitos e imaginários, que estão inscritos no fazer histórico-discursivo, Achard postula que:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitem sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo(...) A regularização

interferem na minha posição. Assim, é consequência do lugar que ocupo ser responsável pela maneira como o outro se constitui, do mesmo modo de ocorrência para como o outro em relação a minha constituição de sujeito.

se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador(...) Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais (...) A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso. (...) levaremos em conta que um texto dado trabalha através de uma circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. (ACHARD, 2007, p.13-16).

Mari (1986) assevera a respeito da instabilidade de sentidos e argumenta que

o sentido não é nem exclusivamente subjetivo (isto é, há algo de determinista nas malhas onde ele é o tecido) nem exclusivamente objetivo (ou seja, os sujeitos operam com deslocamentos, transposições e desvios nas malhas da sua tessitura), mas o sentido é um reflexo, uma interseção desses dois pólos. (MARI, 1986, p.40)

Os efeitos de sentido suscitados para a enunciação dos sentidos de *crise* na época do golpe foram desvelados, em uma dentre várias outras leituras, como a iminência da ameaça comunista, do perigo vermelho. *Crise* desdobra-se em várias outras proposições comunicativas, tais como: crise governamental, institucional, financeira, econômica, social. Esses sentidos aludiram pela imprensa uma culpa a Jango por todos esses quesitos que teriam levado o país ao caos, à instabilidade, sentidos outros de *crise* que fomentaram/abasteceram as matérias dos jornais. Nesse sentido, a imprensa começava a rogar pela “defesa do regime”, pela “resistência da democracia”. Um exemplo dessa situação foi apresentado na capa do jornal “**O Globo**”, no dia 20 de Março de 1964:



Figura 13: Jornal “O Globo”, edição impressa do dia 20 de Março, ano de 1964, capa.

SÃO PAULO DE PÉ EM DEFESA DA DEMOCRACIA. São Paulo parou para acompanhar a grandiosa “Marcha da Família” (...) Tão grande era a multidão que não coube na Praça da Sé, onde houve a concentração final, com discursos e orações, espalhando-se pelas ruas das vizinhanças. **Em todos os discursos ficou patenteada a disposição do povo brasileiro de defender sua liberdade e sua fé religiosa.** Estiveram presentes políticos, militares e religiosos de todos os credos. **O governador Ademar de Barros foi representado por D. Leonor Mendes de Barros.**⁵⁸

Compreendemos, portanto, que os discursos proferidos pela imprensa constituem uma relação de controle/resistência. As lutas, com caráter mais ou menos incisivo, e isso diz respeito às publicações em prol da deposição de Jango, produzem um efeito de sentido que traz às claras as relações de força que estão em constante embate - as formações ideológicas e as materializadas nas formações discursivas, nas matérias, notícias e folhetos veiculados na/pela imprensa.

Apoiado na Análise de Discurso de linha francesa e em pressupostos da filosofia da linguagem do Círculo de Mikhail Bakhtin, o estudo compreende que os sentidos em disputa são constitutivos dos processos comunicativos advindos dos jornais – são produzidos pelas forças ideológicas dos editoriais que ditam os discursos de cada veículo e são materializados na voz que faz ecoar nas

⁵⁸ Grifos nossos.

publicações. Assim, há um processo de silenciamentos, de censura a outras vozes que estariam também no acontecimento discursivo “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que não foram vistos/ouvidos/falados. Por isso, as matérias jornalísticas pressupõem diferentes discursos, diferentes formações discursivas⁵⁹ que funcionam como um arquivo de censura, de diferentes posições que se entrecruzam e resgatam uma memória discursiva guiada, produzida por diferentes posições ideológicas. Nas palavras de Pêcheux,

Isso quer dizer que a Formação Discursiva é uma unidade dividida, a qual, embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, ela não é uma, mas heterogênea, não de forma acidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma FD coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para divergência, para as diferenças, pois uma FD é ‘constitutivamente frequentada pelo seu outro’. (1997, p.57).

Por outro lado, indo de encontro às formulações de embate, de construção de vozes, do entrecruzamento de olhares para um acontecimento, o estudo concorda com a autora Alzira Alves de Abreu (2006), quando afirma que o papel da imprensa em 1964 – e isso incorre na massiva publicação de manifestos, chamadas, incluindo a grande repercussão da Marcha – foi “um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo”, justificando a consonância de informações passadas para a população de que a ameaça vermelha batia às portas das “famílias de bem”, da igreja, o que configurou “como uma das principais justificativas para a derrubada do governo”. (ABREU, 2006, p.108).

Ancorada, principalmente, na alusão a um possível golpe oriundo de forças comunistas, e que estavam em comum acordo com João Goulart, a imprensa esquivou-se de apresentar os debates daqueles favoráveis ao presidente, assumindo uma posição rasa que esvaziou a complexidade da *crise* do ano de 1964, suprimindo lutas e alternativas para reforçar o processo dito pela imprensa como “homogêneo de abertura da democratização do país”. Contudo, as produções de sentidos só podem estar calcadas se houver materialidade linguística, ou seja, interação em/entre enunciados efetivamente ditos. Bakhtin esclarece e remonta uma preocupação a respeito do enunciado ao dizer que

⁵⁹Lugar da constituição de sentido.

[a] definição terminológica e a confusão em um ponto metodológico central no pensamento linguístico são o resultado do desconhecimento da real unidade da comunicação discursiva – o enunciado. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso (...). (2003, p. 274).

Assim, o discurso trata dos valores e conhecimentos dos sujeitos com práticas sociais definidas. Tais características acerca da manifestação do discurso ocorrem por intermédio de enunciados, isto é, aquilo que é efetivamente colocado na interação comunicacional, o processo de enunciação concreta. Resguardadas essas posições, a definição de enunciado fica clara, pois reconhecemos seu processo de irrepetibilidade, pois nas condições ideais de discurso é impossível (re)produzir um mesmo enunciado tal qual foi proferido, suas condições de materialização. Ancorando-se, nesse momento, na articulação que o autor Michel Foucault abrange entre enunciado e acontecimento, depreende-se que enunciado

está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, [...] é único como todo acontecimento [...] está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2012, pp 34-35)

E ainda complementa:

Assim, o enunciado circula, serve, se esquivia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2012, p.128).

Corroborando com a prática de pesquisa empreendida, observou-se que os enunciados foram claramente deslocados/modificados. Houve um primeiro momento com a Marcha em 1964 em que os jornais eram completamente favoráveis às manifestações que encabeçavam o anseio popular na época e que legitimou o golpe, à *crise* política e social vivenciada. Por outro lado, o veículo “**O Globo**”, já no ano de 2014, refrata esses sentidos e ampara-se a uma memória catártica e (re)formula suas concepções sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e os autos de *crise* que sustentaram esse acontecimento. Em 19 de Março de 2014, foi publicado no acervo *online* do jornal uma reportagem que “aparentava” produzir

uma resposta negativa ao próprio editorial de 1964, uma resposta outra dentro do veículo.

Cinquenta anos depois, as análises sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” mostram como o protesto serviu para dar verniz de legitimidade ao golpe militar, mas estava longe de expressar o sentimento da maioria.

Assim, os excertos dos jornais propõem leitura outra que é também abordada no/pelo conceito de enunciado, a da faculdade de enunciados sempre responderem e suscitarem respostas de outros enunciados. Nesse ponto, o trabalho salienta que as respostas obtidas no ano de 2014 nos veículos da imprensa são repetições refratadas, repetições que são deslocadas do campo discursivo político com tom agressivo, pungente para um tom mais ameno, mas sempre pautado na memória do primeiro acontecimento. Verifica-se esse quesito na reportagem⁶⁰ publicada em 22 de março de 2014:

⁶⁰ Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>>.

22/03/2014 15h45 - Atualizado em 22/03/2014 20h44

Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP

Major diz que mil pessoas participaram da caminhada até a Sé. Manifestantes pedem retorno dos militares ao poder.

Márcio Pinho e Tatiana Santiago
Do G1 São Paulo



Manifestantes se reuniram em São Paulo na tarde deste sábado (22), na Praça da República, para realizar uma nova versão da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". O grupo queria relembrar a marcha anticomunista e de apoio ao golpe militar realizada há 50 anos em 19 de março de 1964.

saiba mais

Sete pessoas fazem 'Marcha da Família' para levar carta ao Exército

Grupo se concentra na Praça da Sé para 'Marcha Antifascista'

Polícia faz prisões no Centro de São Paulo após passagem de marchas

Em entrevista ao **G1**, o major da PM Genivaldo, comandante da operação no local, disse que cerca de mil pessoas participaram da Marcha da Família. O balanço foi feito cerca de 20 minutos antes de o grupo chegar à Sé e encerrar o ato. Já o Centro de Operações da PM diz que 500 pessoas participaram da manifestação.

Convocada pelo Facebook, o evento tinha 2,1 mil confirmações na rede social. Para a dona

de petshop Cristina Peviani, de 51 anos, uma das organizadoras do evento, a nova Marcha reuniu cerca de 3 mil participantes e cumpriu o objetivo de "lembrar que existe família conservadora no Brasil".

Os manifestantes se concentraram na Praça da República e seguiram até a Praça da Sé, repetindo o mesmo trajeto da marcha original. Eles chegaram à praça por volta das 17h40, sem cruzar durante o trajeto com a "Marcha Antifascista", convocada para criticar aqueles que defendem a volta da ditadura.

Figura 14: Jornal "O Globo", edição *online* do dia 22 de Março de 2014.

Convocada pelo *Facebook* o evento tinha 2,1 mil confirmações na rede social. Para a dona de *petshop* Cristina Peviani, de 51 anos, uma das organizadoras do evento, a nova Marcha reuniu cerca de 3 mil participantes e cumpriu o objetivo de "lembrar que existe família conservadora no Brasil". Os manifestantes se concentraram na Praça da República e seguiram até a Praça da Sé, repetindo o mesmo trajeto da marcha original. Eles chegaram à praça por volta das 17h40, sem cruzar durante o trajeto com a "Marcha Antifascista", convocada para criticar aqueles que defendem a volta da ditadura.

Percebe-se que há o direcionamento de sentidos, pois de um lado a plataforma *online* promoveu a Marcha por intermédio de uma rede social, deslocando os sujeitos e sentidos promovidos pela/na primeira Marcha. Além disso, trata-se de um novo propósito, o “de lembrar que existe família conservadora no Brasil”, ao contrário daquele que escancarou pelos jornais em 1964, a ameaça comunista que acabaria com a igreja e as famílias. De outro, há um entrecruzamento com a memória de 1964, pois os manifestantes promovem o lugar comum para se situarem, localizarem seus discursos e por às claras os motivos de estarem falando, marchando pelo mesmo local que a primeira marcha passou. De antemão, há um fato novo que promove tensão e já suscita embate nas ideologias das Marchas, o movimento “Marcha Antifascista”, que foi contrário à Marcha da Família, agora é comentando na mesma notícia a respeito da “Marcha da Família”, o que não ocorreu em 1964.

A ideia de enunciado compreende a formação discursiva da imprensa ao mascarar uma *crise* que se definia somente pela ameaça comunista, pelas propostas da reforma de base do governo Jango. Os traços herdados em 2014 que remetem a memória de 1964 são pinceladas de um imaginário social que versam sobre diferentes enunciados em diferentes condições de produção, de cenários, de choques entre poderes e, principalmente, pelo nivelamento ou pela falta dele entre os veículos da imprensa que preferiram fechar os olhos dos leitores para um embate de ideias que ressignificariam os propósitos da democracia, e que possivelmente seria contrário ao veiculado em 2 de Abril de 1964, quando afirma em sua capa de jornal “Fugiu Goulart e a democracia está sendo reestabelecida”.

No âmbito dos sentidos desmascarados, as marchas de 1964 e 2014 assumiram, no primeiro acontecimento, e tentaram (re)assumir, no segundo, o discurso de *crise*. Compreende-se, portanto, que os discursos promoveram dois

lados claros, o que cerceava a liberdade, aquele representado pela ameaça comunista, e o outro que buscava a liberdade, apoiado e vislumbrando na ditadura essa possibilidade. Tanto em 1964 quanto em 2014, a imprensa esteve ao lado do poderio que versava sobre os atos democráticos. Entretanto, refrata-se essa possibilidade nos periódicos de 2014, pois além de resgatarem a memória coletiva de 1964, postulam uma *crise* outra, outros sentidos e outros embates, incluindo na assunção de apoio ao golpe que escancarou a ditadura de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desenvolvidos durante este estudo, trabalhados à luz das orientações do círculo bakhtiniano, bem como em pressupostos da análise do discurso de linha francesa, agregando, ainda, teóricos que versam sobre a questão da memória, apresenta uma visão que (des)associou dois acontecimentos discursivos num contexto social em cenários apontados pela imprensa de referência como *crise* política, qual seja: “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. As práticas discursivas elencadas no trabalho apresentaram o caráter dinâmico e heterogêneo dos periódicos a respeito da discursivização dos acontecimentos citados. Tais práticas visaram uma ação específica de manipulação de efeitos de sentido que refrataram e refletiram constantes deslocamentos de memória, e colocou em evidência enunciações dos sentidos de *crise* nas publicações que abarcaram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” nos anos de 1964 e 2014.

Analisando-se as proposições dos jornais “**O Globo**” e “**Folha de São Paulo**”, observamos que não apenas foram criados cenários favoráveis para um golpe militar no ano de 1964, mas também instituíram encenações que priorizaram a hegemonização dos periódicos. Saltou aos olhos na reflexão proposta que, mesmo cinquenta anos após o golpe – e demonstrado neste estudo que os jornais elencados apoiaram o golpe de Estado de 1964, inclusive pela retratação dos próprios jornais em seus editoriais – houve uma tentativa de celebração da data que marcaria a primeira caminhada do acontecimento. Nas palavras de Charaudeau, essa instância midiática que trata dos imaginários, e aqui se considerou os

imaginários privilegiados dentro de uma rede de discursos da Marcha à imprensa, exhibe um discurso que flutua entre diferentes forças:

[a] instância midiática encontra-se em um duplo dispositivo: de *exibição*, que corresponde à sua busca por credibilidade, e de *espetáculo*, que corresponde à sua busca por cooptação. (...) O discurso da instância midiática encontra-se (...) entre um enfoque de cooptação que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido (...) para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2017, p.63).

No que diz respeito ao âmbito dos jornais de referência em 2014, ocorreu um efeito de sentido deslizante, refratado nas publicações que foram de encontro ao ocorrido em 1964, já que em 2014 não há, assim como na primeira Marcha, presença feminina em quantidade marcante. O papel e imagem da mulher não são vistos em 2014, nem como farsa da ideia de idealizadoras da Marcha, nem engendrando, como militantes, as proposições recebidas pelos militares, políticos da elite, do clero na Marcha contemporânea. Além disso, nem periódicos nem a Marcha de 2014 operaram em consonância, tal qual foi 1964. Ao contrário disso, “**O Globo**” e “**Folha de São Paulo**” se concentraram em evidenciar em larga escala o que foi a primeira Marcha. Em outro momentos, tentaram suscitar uma desconstrução, uma tentativa de (re)criar a própria imagem dos jornais, uma imagem-outra daquela que foi historicamente conhecida de apoiadores e financiadores do golpe militar. Nesse sentido, compreende-se um sentido deslocado em que o contrato da comunicação política firmado entre as forças oriundas da mídia funciona como “uma máquina de forjar discursos de legitimação que constroem imagens de *lealdade*”. (CHARAUDEAU, 2017, p.63-64).

Numa estrutura que presou embates de memórias que se entrecruzaram, esvaziando as complexidades dos acontecimentos discursivos que suprimiram conflitos e vozes de sujeitos contrários aos ideários das Marchas, a complexidade analítica desempenhada neste estudo assumiu posições que superam essas tomadas de posicionamentos/lugares dos jornais. A crítica sinaliza, a partir do ponto de vista da narrativa empreendida nas reflexões para desenvolvimento da pesquisa, que os jornais, por intermédio de setores conservadores, bem como das camadas da elite orgânica que de fato perpetraram a Marcha, reproduziram discursos e funções na sociedade que fizeram referência a uma *crise* institucional insustentável

causada, na ótica da Marcha e da imprensa, pelo governo Jango, além encenar um embate ao comunismo, ao perigo vermelho que estava à beira de tomar o poder no Brasil.

Em acréscimo, faz-se necessário, ainda, salientar que a tentativa de reedição da Marcha oblitera vários sentidos da Marcha original, segregando objetivos e desejos que não se assemelham aos de 1964, rogando, quase que unicamente, a um pedido de volta dos generais ao poder. Essas imagens criadas, esse *ethos* que não se concentrou somente em interpretar as vontades dos jornais de referência, mas também de um grupo específico que priorizou desejos singulares, desejos de exclusão, suscitou adesões do público como *pathos* de um sentimento nacionalista regido por mulheres, pelas mãos idôneas e religiosas para compor esse coro de vozes contra os ideários a favor de questões sociais e populistas. Essa manipulação em prol de poucos, concentra um poder de persuasão que se deve ao fato de “constranger o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados”. (MAINGUENEAU, 2015, p.29)

Assim, compreende-se que os acontecimentos são respostas de outros acontecimentos, e isso continua em movimento na medida em que novos acontecimentos são tecidos na encruzilhada histórica/discursiva, haja vista o novo golpe, em 2016, um golpe jurídico-parlamentar amplamente divulgado pela imprensa de referência, inclusive nos periódicos citados no decorrer deste estudo, que esganou mais uma vez direitos democráticos do povo. Nas palavras de Bakhtin (1992, p.123), considerando o princípio dialógico que é gerador da linguagem, “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio”. Nos entremeios dos estudos do círculo bakhtiniano, essa relação dialógica, constitutiva do discurso, encontra ecos na memória discursiva empreendida pela imprensa de referência, em que os discursos construídos dão conta de infinitos processos de ressignificações e refrações. Segundo o autor

Não há palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo

com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada de morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. O problema da grande temporalidade. (BAKHTIN, 2011, p.413).

Nessa rede de sentidos histórico-socio-culturais localizados, os movimentos e deslocamentos aplicados pelos jornais “**O Globo**” e “**Folha de São Paulo**” deram coro e constituíram conflitos em que os desfechos apresentados até o presente momento são orquestrados em obediência às classes dominantes, tal qual o golpe de 1964, sua tentativa de reedição em 2014 e o novo golpe jurídico-parlamentar de 2016. Axiologicamente, as tensões entre o vivido e o não vivido, as vozes e sentidos ilustrados ou não nos jornais, compõem a história, a ideologia e os conflitos envolvidos nas inúmeras e contínuas relações entre sujeitos, entre acontecimentos e, conseqüentemente, às respostas dos conflitos discursivos/memorialísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. **1964**: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, M. M. João Goulart: entre a memória e a história. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006. p.108.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: **Papel da Memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Contexto, 2005.

_____. ***L'argumentation dans le discours***. 3a. ed. Paris: Armand Colin, 2010.

AUSTIN, J.L. ***How to do things with words***. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

BAKHTIN/VOLOSHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 261-306.

_____. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Unesp. Hucitec, 2002.

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1959-61/2010. p. 307-335.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. São Carlos: Ed. Pedro e João Editores, 2010b.

_____. *The problem of content, material, and form in verbal art*. In: HOLQUIST, Michael; LIAPUNOV, Vadim. (Eds). **Art and answerability**: early philosophical essays by M. M. Bakhtin. Austin: University Of Texas Press, 1990, p.257-325.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. In: **Gragoatá**. Niterói, n.20, 1º semestre 2006, p.47-62.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 6a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: EMEDIATO, Wander. **Análises do discurso hoje**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – Nova Fronteira, 2008, p.11 – 27.

_____. **Discurso das mídias**. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Discurso Político**. 2a. ed., 3ª reimpressão; São Paulo: Contexto, 2017.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Tradução de Renato de Melo. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros**: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. pp. 13-41.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Uma teoria os sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et. alii. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE-UFMG, 2001.

_____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

EMEDIATO, Wander. O problema da informação midiática entre as ciências da comunicação e a análise do discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia, SANTOS, João Bosco Cabral dos; MENEZES, William Augusto (orgs.). **Movimentos de um percurso em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/UFMG. 2005.

_____. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: Mari, H. et. all. **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2003.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba, Paraná: Criar, 2003.

_____. TEZZA, C; CASTRO, G; (Orgs.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PP. 167-206.

FONTANA, M. G. Z. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GRIZE, Jean-Blaise. Le point de vue de la logique naturelle: *démontrer, prouver, argumenter*. In: **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990, p. 35 – 43.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Nouvelles tendances en analyse du discours**. Paris: Hachette, 1987.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. UFMG: Belo Horizonte, 2000.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R; SALGADO, L. (org). **Ethos discursivo**. 2a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MARI, Hugo. **Relação entre sentido e referente**. *Boletim*. Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, jan. 1984/jun.1986, p.38-41.

MENEZES, William Augusto. Faces e usos da argumentação. In: MARI, H et alii. **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo da Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

_____, **Pourquoi une histoire raisonnée de la rhétorique**: Histoire de la rhétorique des Grecs à nos jours. Paris, Librairie Générale Française, 1999.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora de Universidade de Brasília, 2013.

_____. **Jogos de linguagem e efeitos de sentido na comunicação jornalística**. Estudos em Jornalismo. Vol.1, n.2. Florianópolis, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1993.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Livros, 2005

_____. “A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil”. In: **Anais do I Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD) 2005**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e Leitura**. 8a. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAVEAU, M. -A. **Os pré-discursos**: sentido, memória, cognição. Campinas: Pontes Editores, 2013.

_____. **Memória, des-memória, a-memória**: quando o discurso volta-se para seu passado. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.5, p.137-161, dez.2013b.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: _____. Et all (org.). **Papel da Memória**. São Paulo-SP: Pontes, 1999. Pp. 49-57.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5a. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997A.

_____. **Semântica e Discurso** – Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. **A Argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

SEARLE, J. R. **Expression and Meaning**. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

REFERÊNCIAS WEBLIOGRÁFICAS

FARAH, Tatiana. **50 anos depois, conservadores tentam reeditar ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175>>. Acesso em: 11 set 2016.

SILVEIRA, Daniel. **Grupo faz reedição de Marcha da Família no Centro do Rio**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 11 de set 2016.

PRATA, Antonio. **Guinada a direita**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/11/1366185-guinada-a-direita.shtml>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

FONTES DOCUMENTAIS

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Superintendência de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa** - Hemeroteca Histórica. Belo Horizonte/MG. Acesso em: Julho de 2017.

Jornal “**O Globo**”, 12 de Julho de 1962, capa.

_____. 19 de Março de 1964, pg.3.

_____. 02 de Abril de 1964, pg.6.

_____. 03 de Abril de 1964, capa.

Jornal “**Folha de São Paulo**”, 19 de Março de 1964, pg.3.

_____. 19 de Março de 1964. Pg.4.

_____. 20 de Março de 1964, capa.



Figura 15: Jornal "O Globo", capa da edição de 12 de Julho de 1962.

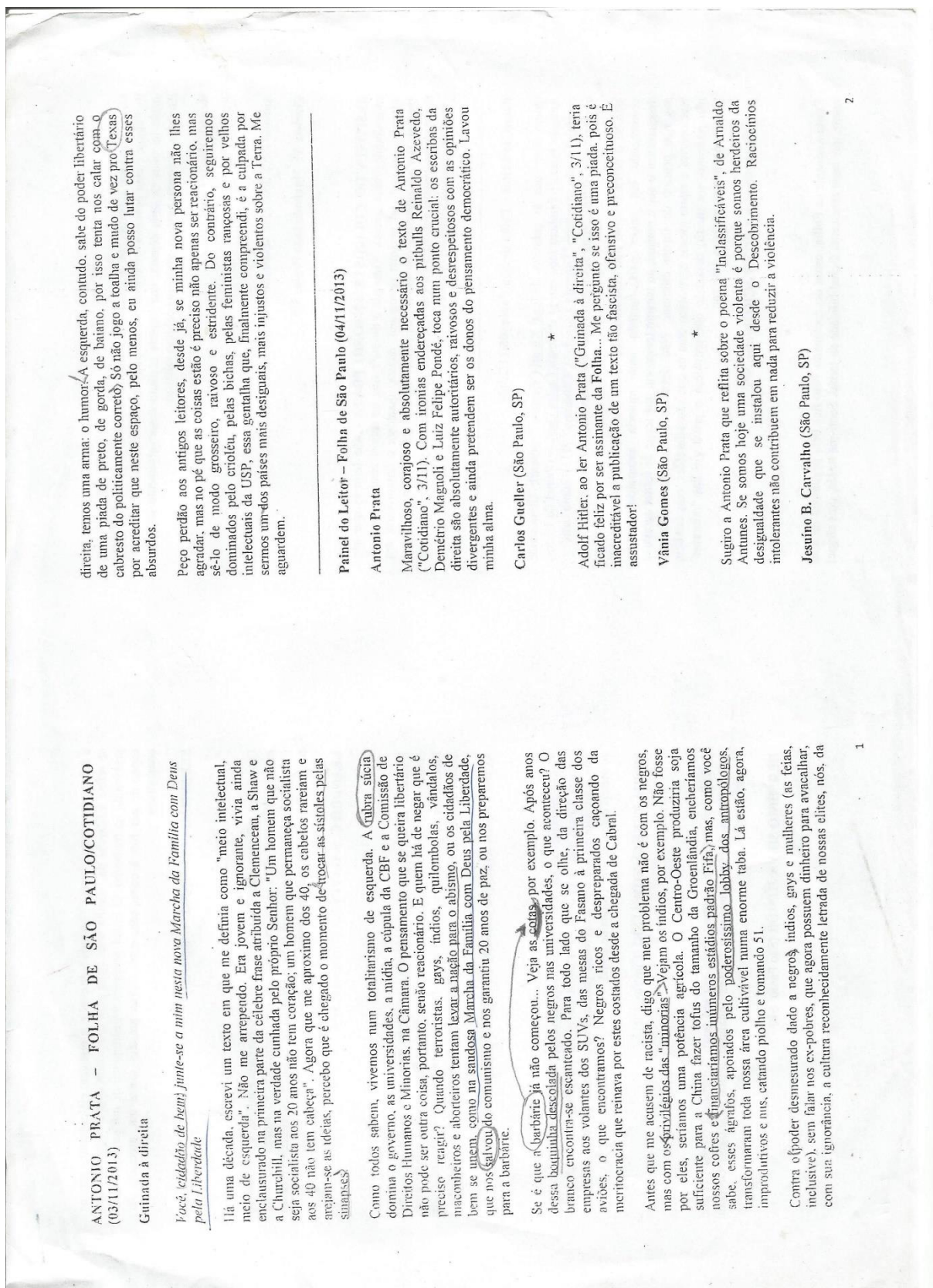


Figura 17: Jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Cotidiano, edição online de 03/11/2013.

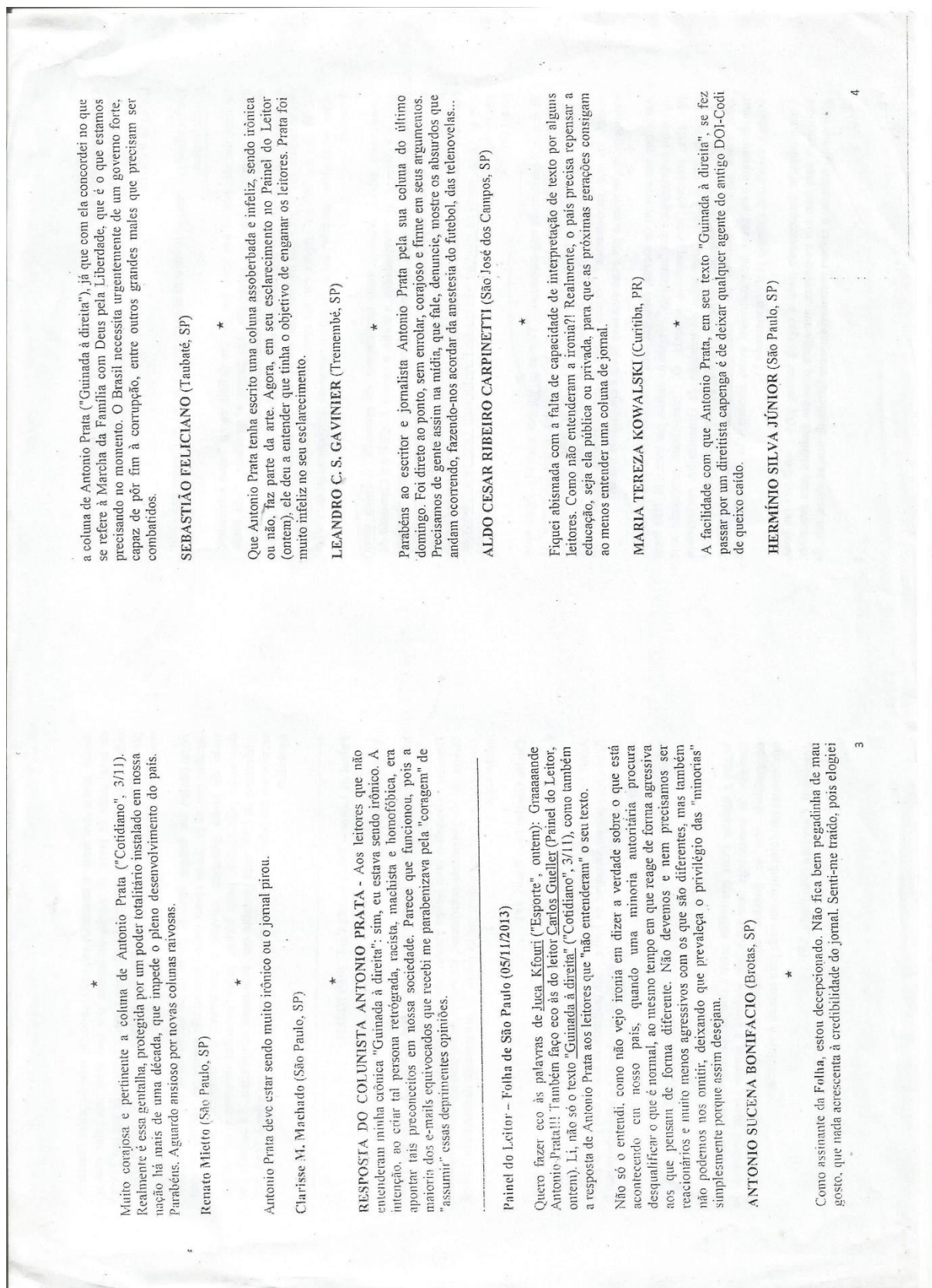


Figura 18: Jornal "Folha de São Paulo", Caderno Cotidiano.

Cecilia Meireles

Passeio sobrenatural

Prova-se a grande capacidade de adaptação do espírito humano, quando se trata de enfrentar a morte. A história de Cecília Meireles, a autora de "O Passeio Sobrenatural", é um exemplo de como a literatura pode ser usada para explorar os mistérios da existência. A obra, publicada em 1944, é um conto que narra a história de uma mulher que, após a morte de seu marido, encontra um caminho para a vida além-túmulo. A narrativa é escrita em um estilo simples, mas profundamente poético, com uma linguagem que evoca uma sensação de mistério e maravilha. Cecília Meireles, uma das principais escritoras brasileiras do século XX, utiliza esta obra para explorar temas como a morte, a vida após a morte e a busca por significado. O conto é uma obra-prima da literatura brasileira, que continua a inspirar leitores e estudiosos até hoje.

Café

ANTONIO — O café brasileiro, tal como é produzido, não é mais do que um produto de exportação. A produção de café no Brasil é uma atividade econômica importante, mas enfrenta muitos desafios, incluindo a concorrência internacional e a necessidade de modernização da infraestrutura agrícola.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

"Impeachment", não

Não são bravatas como a do sr. Valdir Pires, consultor-geral da República, segundo o qual se o Congresso decretar o "impeachment" do chefe do governo "o povo o revogará", não são levandadas como aquelas que aconselham o Parlamento a deixar de lado qualquer ideia de promover a medida extrema. Muito menos provocações como as do sr. Abelardo Jurema, ministro da Justiça, que afirmou em São Paulo que "o processo de impeachment" requer coragem de quem o apresenta, e não a coragem do povo. Não. O impedimento não deve ser cogitado por numerosas outras razões, muito mais sérias, e cujas a ele que ele, no momento, apenas serviria aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar clima para a subversão.

Os crimes de responsabilidade do presidente da República, para os quais a Constituição prevê o remédio do "impeachment", são de difícil caracterização. No atual panorama político do país, que o Parlamento reflete com muita fidelidade, é quase impossível julgar desapaixonadamente os fatos: a rejeição política, os compromissos ideológicos, os

interesses de facção fazem com que os julgamentos sejam feitos com o mesmo espírito que os julgamentos políticos. João Goulart vem praticando, e outros consideram sistematicamente criminosos os mais rotineiros atos do presidente. Num eventual processo de "impeachment" a que o Congresso se dedicasse, é quase certo que o assunto seria tratado sem a objetividade que exige, e sim sob o ardor de paixões desenfreadas mais ou menos irracionalmente.

O que se deve ter em vista é que o Parlamento Nacional, por seus erros, mas também por suas acomodações, tem de certo modo contribuído para os atos do sr. João Goulart que agora seriam caracterizados como crimes de responsabilidade. Os crimes de responsabilidade, no entanto, não são crimes de responsabilidade, mas crimes de responsabilidade. O que se deve ter em vista é que o Parlamento Nacional, por seus erros, mas também por suas acomodações, tem de certo modo contribuído para os atos do sr. João Goulart que agora seriam caracterizados como crimes de responsabilidade.

Combio

DOAG — O Combio, a única empresa de transporte coletivo do Brasil, está enfrentando dificuldades financeiras. A empresa, fundada em 1946, é a maior do país e opera em várias cidades. No entanto, devido a problemas de gestão e concorrência, ela está enfrentando dificuldades para manter suas operações.

Vencimentos

disparares

Correspondente para CARIAS A RIVAR



Defesa

Interessa ao país a defesa de um sistema jurídico que garanta a liberdade e a justiça para todos. A defesa é um direito fundamental de todos os cidadãos, e é essencial para a manutenção de um sistema democrático.

Um bom exemplo

Na cidade de Curitiba, por exemplo, a defesa é uma prática comum. A cidade é conhecida por sua organização urbana e sua qualidade de vida, o que serve como um exemplo para outras cidades do Brasil.

Fronte

Fronteiras e defesa são temas importantes para o Brasil. A defesa das fronteiras é essencial para a segurança do país, e a defesa dos interesses nacionais é uma responsabilidade de todos os cidadãos.

Politica na

opinião alheia

"IMPEACHMENT" • Do "Estado de São Paulo": "A ideia do 'impeachment' do presidente da República, não é uma ideia que se possa considerar. A ideia é uma ideia que se pode considerar, mas não é uma ideia que se possa considerar. A ideia é uma ideia que se pode considerar, mas não é uma ideia que se possa considerar."

COMAL

Trabalha a Comissão de Trabalho e Emprego (COMAL) para melhorar as condições de trabalho e promover o emprego. A COMAL é uma comissão interministerial que atua em áreas relacionadas ao trabalho e ao emprego.

Comandos

Comandos militares e de segurança são essenciais para a defesa do país. Os comandos são responsáveis por coordenar as operações militares e de segurança, e por garantir a segurança do país.

EMFA

Associação de Mulheres e Famílias (EMFA) trabalha para melhorar a vida das mulheres e das famílias. A EMFA é uma associação sem fins lucrativos que atua em áreas relacionadas ao bem-estar das mulheres e das famílias.

EMFA

Associação de Mulheres e Famílias (EMFA) trabalha para melhorar a vida das mulheres e das famílias. A EMFA é uma associação sem fins lucrativos que atua em áreas relacionadas ao bem-estar das mulheres e das famílias.

Niterói

Niterói é uma cidade importante no Estado do Rio de Janeiro. A cidade é conhecida por sua paisagem urbana e sua qualidade de vida, e é uma das principais cidades do Estado.

Retorno

Retorno de refugiados e deslocados é uma questão importante para o Brasil. O Brasil tem uma tradição de acolher refugiados e deslocados, e é importante garantir que eles possam retornar ao seu país de origem de forma segura e digna.

Poupar

Poupar recursos e promover o desenvolvimento econômico são prioridades para o Brasil. Poupar recursos é essencial para garantir a sustentabilidade econômica do país, e promover o desenvolvimento econômico é essencial para melhorar a qualidade de vida da população.

Faculdade

Faculdade de Direito e outras instituições de ensino superior são essenciais para a formação de profissionais qualificados. As faculdades são responsáveis por preparar os futuros profissionais para o mercado de trabalho, e por garantir a qualidade do ensino superior.

Concretista

Concretistas e engenheiros civis são profissionais essenciais para a construção civil. Os concretistas são responsáveis por projetar e construir estruturas de concreto, e os engenheiros civis são responsáveis por garantir a segurança e a qualidade das obras.

Tem

Tempestades e condições climáticas adversas são desafios para o Brasil. As tempestades podem causar danos materiais e humanos, e as condições climáticas adversas podem afetar a agricultura e a economia.

Poupar

Poupar recursos e promover o desenvolvimento econômico são prioridades para o Brasil. Poupar recursos é essencial para garantir a sustentabilidade econômica do país, e promover o desenvolvimento econômico é essencial para melhorar a qualidade de vida da população.

CMHA DE S. PAULO

CMHA DE S. PAULO

Tem

Tempestades e condições climáticas adversas são desafios para o Brasil. As tempestades podem causar danos materiais e humanos, e as condições climáticas adversas podem afetar a agricultura e a economia.

Tem

Tempestades e condições climáticas adversas são desafios para o Brasil. As tempestades podem causar danos materiais e humanos, e as condições climáticas adversas podem afetar a agricultura e a economia.

Tem

Tempestades e condições climáticas adversas são desafios para o Brasil. As tempestades podem causar danos materiais e humanos, e as condições climáticas adversas podem afetar a agricultura e a economia.

Tem

Tempestades e condições climáticas adversas são desafios para o Brasil. As tempestades podem causar danos materiais e humanos, e as condições climáticas adversas podem afetar a agricultura e a economia.

Tem

Tempestades e condições climáticas adversas são desafios para o Brasil. As tempestades podem causar danos materiais e humanos, e as condições climáticas adversas podem afetar a agricultura e a economia.

Nova luta em Chipre

GHAZIVERAN, 19 (UPI-FOLHA) — Violenta luta ocorreu hoje entre cipriotas gregos e turcos em 11-12. Três cipriotas gregos morreram. Ignorava-se o momento que se iniciou a luta. As informações de Ghaziveran, aludia também atacada por cipriotas gregos, não ainda vigia e não se sabe se houve baixas. Entretanto, acredita-se que as forças da ONU intervieram e impediram o massacre.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

ANO XLIV

★

São Paulo — Sexta-feira, 20 de março de 1964

★

N.º 12.696

URSS dá automóveis

MOSCOW, 19 (AP-FOLHA) — Todos os inválidos soviéticos da Segunda Guerra Mundial receberam gratuitamente — segundo promessa do governo da URSS — um automóvel pequeno, concebido especialmente para seu uso. A conservação desses carros — chamados "Zaporojets" — correrá por conta do governo.

Nossa opinião

O povo mesmo, não um ajuntamento suscitado e longamente preparado, reuniu-se espontaneamente, nas ruas da cidade, para exprimir seu sentimento e sua vontade. Foi uma verdadeira luta para a qual não se precisava de propaganda, manipulação de egos e tremendos dispositivos de força para concentrar massa humana. E não é esta que a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" defende a "última hora" de Curitiba. É a necessidade de reformas, sabem que elas vêm e devem ser feitas dentro da ordem e da lei. ("Povo, seja povo" — Folha)

Johnson pede 6 trilhões para ajuda

PAG. 2

Depredada a "Última Hora" de Curitiba

PAG. 11

Vai haver pronto-socorro nas rodovias

PAG. 11

Estudantes "enterram" hoje Ademar

PAG. 13

Bomba em onibus fere dois

PAG. 15

Irmão do SS Dormann está em Santos

PAG. 15

Paulistas, pentacampeões de basquete

SEÇÃO DE ESPORTES

Por que o advogado de Ruby perdeu

1.ª PAG. — FOLHA 2.ª "STRADA"

Assuntos diversos

Literário	2
Pônica	3
Editorial	4
Neurologia	14
Administração	19
Educação	19
Engenharia	19
Justiça	19
Medicina	19
Trabalhismo	19
Vida Científica	19

SÃO PAULO PAROU ONTEM PARA DEFENDER O REGIME

Povo, pela Constituição



São Paulo parou em defesa da Constituição: da República à Sé, só povo.

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade".

Com bandeira de noventa e duas estrelas, de todos os Estados, cantando de falxas e cartazes, numa cidade com ar festivo de feriado, a "Marcha" começou na praça da República e terminou na praça da Sé, que viu um dos seus maiores dias. Meio milhão de homens, mulheres e jovens — sem preconceitos de cor, credo religioso ou posição social — foram mobilizados pelo acontecimento. Com "votos" à democracia e à Constituição, mas valendo os que consideram "traidores da pátria", concentraram-se defronte da catedral e nas ruas próximas.

All, oraram pelos destinos do país. E, através de diversas mensagens, dirigiram palavras de fé no Deus de todas as religiões e de confiança nos homens de boa-vontade. Mas, também de displicença para lutar, em todas as frentes, pelos princípios que já exigiram o sangue dos paulistas, para se firmarem.

PAGS. 8, 9 e 10

Fogo deixa "Difusora" sem notícias

Toda a população da Difusora, bairro da Zona Sul, ficou sem notícias após um incêndio que destruiu a casa de um dos moradores.

Um dia no mundo

João de Deus, deputado estadual, chegou a São Paulo ontem à noite, vindo de uma viagem de trabalho.

Condenados Plácido e Deleis

Dois condenados foram libertados após o cumprimento de suas penas.

Política de hoje

Hoje de promessas em defesa da democracia, amanhã de ações para a manutenção do regime.



A multidão que lotou a praça da Sé manifestou-se abertamente contra o governo; os cartazes pediam o "impeachment" de JG e diziam: "Minas já falou, São Paulo tem a palavra".

O Congresso Empossou Mazzilli

O MINISTRO Antônio Mazzilli, presidente do Conselho de Estado, foi eleito presidente do Congresso Nacional, em sessão realizada no Palácio do Congresso, em Brasília, no dia 2 de abril. O Congresso, reunido em sessão solene, escolheu Mazzilli para o cargo de presidente do Poder Legislativo, em substituição ao falecido Deodoro Azevedo. A eleição ocorreu por aclamação, sem votação, e Mazzilli foi eleito por unanimidade.

HERBERT LEVY: O BRASIL REPELIU SUA CUBANIZAÇÃO

BRASÍLIA, 2 (O GLOBO). — A Câmara e o Senado, em representação de seus diversos segmentos, pronunciaram-se hoje definitivamente contra qualquer tentativa de adoção de medidas que possam levar ao Brasil a adoção de uma política de alinhamento com o bloco soviético. O Congresso Nacional, reunido em sessão solene, rejeitou por unanimidade a proposta de criação de uma comissão para estudar a possibilidade de adoção de uma política de alinhamento com o bloco soviético.

Atenção
Mazzilli, à toda velocidade, foi eleito presidente do Congresso Nacional, em sessão realizada no Palácio do Congresso, em Brasília, no dia 2 de abril. O Congresso, reunido em sessão solene, escolheu Mazzilli para o cargo de presidente do Poder Legislativo, em substituição ao falecido Deodoro Azevedo. A eleição ocorreu por aclamação, sem votação, e Mazzilli foi eleito por unanimidade.

IRMÃS-PONI ABSOLVIDAS DE NÓVO EM OURO PRÊTO

DE LO HORIZONTE, 1 (O GLOBO). — O Tribunal do Juri do Oito Prêto absolviu hoje a todas as irmãs Poni, acusadas de participação no crime de assassinato de João Pessoa. O Tribunal, reunido em sessão solene, decidiu pela absolvição das irmãs Poni, por falta de provas suficientes para sustentar a acusação.

Goulart Abandonou Brasília e Tomou Destino Desconhecido

SÃO PAULO, 2 (O GLOBO). — O Sr. João Goulart deixou Brasília, pouco depois das 22 horas de ontem, em um "AVRO" da FAB, para local ignorado. Deveria ir para "Covadonga", mas este não partiu, em face de "complicações com a tripulação". Esta informação, divulgada por uma emissora de televisão desta cidade, é a primeira notícia sobre o destino de Goulart.

No Comando Supremo do Exército Nacional o General Costa e Silva

O ESTADO-MAIOR do Exército Nacional, em sessão realizada no Palácio do Exército, em Brasília, no dia 2 de abril, escolheu o General Costa e Silva para o cargo de comandante do Comando Supremo do Exército Nacional, em substituição ao General Moura. A eleição ocorreu por aclamação, sem votação, e Costa e Silva foi eleito por unanimidade.

INCENDIADO O PRÉDIO DA UNE

INCENDIO-SEDE DA UNE. — O prédio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada na Rua da Assembleia, em Brasília, foi incendiado hoje à noite. O fogo, que começou a se espalhar por volta das 22 horas, destruiu completamente o prédio, que era utilizado como sede administrativa da entidade. As causas do incêndio ainda não foram determinadas.

Incêndio
O prédio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada na Rua da Assembleia, em Brasília, foi incendiado hoje à noite. O fogo, que começou a se espalhar por volta das 22 horas, destruiu completamente o prédio, que era utilizado como sede administrativa da entidade.

Depredada Parcialmente a Redação de "Última Hora"
O prédio da redação do jornal "Última Hora", localizado na Rua da Assembleia, em Brasília, foi parcialmente depredado hoje à noite. O fogo, que começou a se espalhar por volta das 22 horas, destruiu parcialmente o prédio, que era utilizado como sede da redação. As causas do incêndio ainda não foram determinadas.

Helio Beltrão Declara Que O Brasil Recobra a Saúde

O MINISTRO da Saúde, Helio Beltrão, declarou hoje, em sessão realizada no Palácio da Saúde, em Brasília, que o Brasil está recuperando a saúde. Beltrão afirmou que o Brasil está passando por um período de recuperação, e que a situação econômica e social do país está melhorando.

As Forças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderme

Castelo Branco Advertiu os Comandantes
O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

Na Exatidão
O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

A Circular
O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

Atenção
O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

Depredada Parcialmente a Redação de "Última Hora"

O prédio da redação do jornal "Última Hora", localizado na Rua da Assembleia, em Brasília, foi parcialmente depredado hoje à noite. O fogo, que começou a se espalhar por volta das 22 horas, destruiu parcialmente o prédio, que era utilizado como sede da redação. As causas do incêndio ainda não foram determinadas.

Helio Beltrão Declara Que O Brasil Recobra a Saúde

O MINISTRO da Saúde, Helio Beltrão, declarou hoje, em sessão realizada no Palácio da Saúde, em Brasília, que o Brasil está recuperando a saúde. Beltrão afirmou que o Brasil está passando por um período de recuperação, e que a situação econômica e social do país está melhorando.

Helio Beltrão Declara Que O Brasil Recobra a Saúde

O MINISTRO da Saúde, Helio Beltrão, declarou hoje, em sessão realizada no Palácio da Saúde, em Brasília, que o Brasil está recuperando a saúde. Beltrão afirmou que o Brasil está passando por um período de recuperação, e que a situação econômica e social do país está melhorando.

As Forças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderme

Castelo Branco Advertiu os Comandantes
O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

Na Exatidão
O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

A Solução Rápida da Crise Deveu-se à Ação Decisiva dos Generais

O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, afirmou hoje, em sessão realizada no Palácio do Exército, em Brasília, que a solução rápida da crise deu-se à ação decisiva dos generais. Castelo Branco afirmou que os generais foram decisivos na tomada de decisões, e que isso contribuiu para a resolução da crise.

Depredada Parcialmente a Redação de "Última Hora"

O prédio da redação do jornal "Última Hora", localizado na Rua da Assembleia, em Brasília, foi parcialmente depredado hoje à noite. O fogo, que começou a se espalhar por volta das 22 horas, destruiu parcialmente o prédio, que era utilizado como sede da redação. As causas do incêndio ainda não foram determinadas.

Helio Beltrão Declara Que O Brasil Recobra a Saúde

O MINISTRO da Saúde, Helio Beltrão, declarou hoje, em sessão realizada no Palácio da Saúde, em Brasília, que o Brasil está recuperando a saúde. Beltrão afirmou que o Brasil está passando por um período de recuperação, e que a situação econômica e social do país está melhorando.

Helio Beltrão Declara Que O Brasil Recobra a Saúde

O MINISTRO da Saúde, Helio Beltrão, declarou hoje, em sessão realizada no Palácio da Saúde, em Brasília, que o Brasil está recuperando a saúde. Beltrão afirmou que o Brasil está passando por um período de recuperação, e que a situação econômica e social do país está melhorando.

Continuação da página 5. O General Castelo Branco, comandante do Exército Nacional, advertiu hoje os comandantes das Forças Armadas, afirmando que elas devem defender a Lei, e não a Baderme. Castelo Branco afirmou que as Forças Armadas devem manter a ordem e a disciplina, e não se envolverem em questões políticas.

MAIS DE 800 MIL PESSOAS NA "MARCHA DA VITÓRIA"!

Impressionante massa humana transformou a Marcha da Família, Com Deus Pela Liberdade na maior manifestação democrática jamais vista no Brasil e que serviu como demonstração esplêndida do repúdio do povo ao comunismo (TEXTO NA QUINTA PÁGINA)



Uma multidão impressionante passa pela Avenida Rio Branco, na Marcha da Vitória

**FALCÃO
PEDE
PUNIÇÃO
PARA OS
CRIMINOSOS**

(TEXTO NA 6.ª PAG.)



Bandeiras do Brasil e de São Paulo destruídas, a delegação paulista desembarca no aeroporto Santos Dumont

**O GENERAL MOURÃO CONTA
A HISTÓRIA DA REVOLTA**

Como se preparou a luta anticomunista — A constituição do Estado-Maior Revolucionário — Ninguém pensou em ditadura militar (Na 12.ª página)



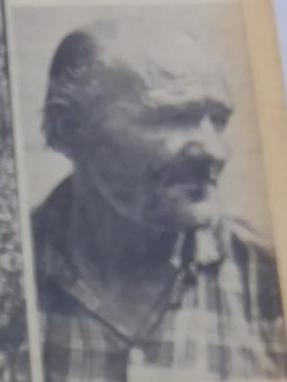
SÃO PAULO DE PÉ EM DEFESA DA DEMOCRACIA

São Paulo jurou para sempre a grandiosa "Marcha da Família", que teve a participação de milhares de todos os Estados da União e da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Uma grande era a manifestação que não cessou no Povo de São Paulo, onde houve a participação de milhares de brasileiros, espalhados pelas ruas das cidades. Em todos os Estados foram realizadas a manifestação de apoio à democracia e à liberdade e sua defesa. Envolvendo milhares de pessoas, militares e civis, a manifestação de São Paulo foi representada por D. Leônidas Mendes de Barros (FENRUBRA P. 1958).



O GLOBO

MARCELO MORENO VIVE NO BRASIL, AFIRMA UM SEU AMIGO EM SANTOS



GALVÃO: COMPREENSIVOS OS CREDORES DO BRASIL

O Brasil, com sua história de luta pela democracia, não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.

Ação Contra a Colúnia

Ação Contra a Colúnia. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.



A URSS Recusa a Destruição de Bombas Nucleares

A URSS Recusa a Destruição de Bombas Nucleares. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.



DIVISÃO IDEOLÓGICA MARCA O PRIMEIRO DIA DA CONVENÇÃO DO PSD

DIVISÃO IDEOLÓGICA MARCA O PRIMEIRO DIA DA CONVENÇÃO DO PSD. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.



Mensagem Aos Militares Jovens

Mensagem Aos Militares Jovens. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.

A Palarra de Ordem Dos Patriotas

A Palarra de Ordem Dos Patriotas. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.

A Palarra de Ordem Dos Patriotas

A Palarra de Ordem Dos Patriotas. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.

A Palarra de Ordem Dos Patriotas

A Palarra de Ordem Dos Patriotas. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores. A luta pela democracia é uma luta constante, e o Brasil não pode ser considerado um país de credores.

FOLHA DE S. PAULO

Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

QUINTA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 2017 13:46

PUBLICIDADE

FOLHA DIGITAL POR APENAS R\$ 1,90 NO PRIMEIRO MÊS. ASSINE JÁ.

Seções Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo 23°C SÃO PAULO

Últimas notícias Manifestantes detidos na Venezuela relatam supício na prisão

Buscar

FOLHA DIGITAL ★ ★ ★ Acesso ilimitado por apenas R\$ 1,90 no primeiro mês. ASSINE JÁ!

baaa.site Have fun now! memes, quizzes, inspiration baaa.site

poder

governo encurralado impeachment

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

Marcha serviu de estímulo a militares que deram o golpe

GABRIELA TEREZI DE SÃO PAULO

16/03/2014 03h00

Compartilhar 278 OUVIR O TEXTO Mais opções

A primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em 19 de março de 1964, foi um protesto contra o governo do presidente João Goulart (1961-1964) e serviu de estímulo para os militares que duas semanas depois deram o golpe que derrubou Jango.



A marcha foi uma espécie de resposta ao discurso de Jango no Comício da Central do Brasil, ocorrido seis dias antes, em que o presidente reafirmou seu compromisso com as esquerdas e as chamadas reformas de base.

Calcula-se que cerca de 200 mil pessoas tenham feito o trajeto da praça da República à praça da Sé carregando faixas contra o comunismo e o presidente. O golpe que depôs Jango logo depois abriu caminho para uma ditadura que durou 21 anos.

A manifestação contou com o patrocínio do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), composto por elites empresariais favoráveis à abertura do país ao capital estrangeiro. O instituto contava com filiais em diversas capitais do país e foi responsável por forte esquema de propaganda que, no início da década de 60, divulgava os "perigos do comunismo".

A essa ideia se opunha um imaginário "ocidental e cristão" que encontrou grande adesão nas camadas médias urbanas, que se mobilizaram em diversas marchas que foram às ruas naquela época.

A historiadora Aline Presot, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estudou, em sua dissertação de mestrado, as cerca de 70 passeatas desse gênero que aconteceram em dez Estados entre março e junho de 1964.

"Estamos falando tanto de grandes manifestações públicas nas principais capitais do país como de passeatas em pequenas cidades do interior, que podem ter partido da iniciativa de uma associação de comerciantes ou de uma paróquia", explica Presot.

Para a historiadora, isso indica que o fenômeno das marchas não pode ser considerado apenas efeito da propaganda anticomunista. Havia espontaneidade nos eventos.

Esses fatores não parecem tão fortes nas novas edições das marchas, avalia Presot. "Elas dificilmente poderão ser comparadas ao aparato de propaganda e organização com que contaram as manifestações anteriores ao golpe", justifica a historiadora.

"Mas isso não torna as Marchas da Família de 2014 menos significativas", diz Presot. "Elas nos revelam a faceta profundamente conservadora e autoritária da sociedade brasileira." ★ ★ ★

Compartilhar 278 OUVIR O TEXTO Mais opções

leia também

Grupo organiza nova edição de passeata anticomunista de 64

Cem pessoas participam de ato dos 50 anos do Comício da Central do Brasil

Reformas de base ainda fazem falta ao país, diz filho de Jango

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

especiais

Placar da denúncia

Tendência dos 513 deputados sobre ação contra Temer

PLACAR DA DENÚNCIA
Veja como votam os deputados em relação à denúncia contra Temer

FOLHA EXPLICA

operação LAVA JATO

DESDE 2014
Saiba mais sobre a Lava Jato, maior investigação sobre corrupção no país

REAÇÃO em cadeia

Lava Jato completa três anos com frentes dentro e fora do Brasil

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Digite seu email... enviar

f t g+ in p

PUBLICIDADE

Itaucard
Surreal é não usar_

Simule a sua economia

*Valor baseado no perfil Itaúcard Gold.

PUBLICIDADE

O Diabo Na História
Comunismo, Fascismo E Algumas Lições Do Século XX.
De R\$ 75,00 Por R\$ 64,90
Comprar

NÃO COMPROU SEU APÊ NO FEIRÃO?
SÓ A MRV TE DÁ MAIS UMA CHANCE

PUBLICIDADE

A MUDANÇA CHEGOU?
IMOVELWEB.

FOLHA DE S. PAULO

Logon

Assine a Folha

Assinamento

Assine a Folha

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

FOLHA DIGITAL POR APENAS R\$ 1,90 NO PRIMEIRO MÊS. ASSINE JÁ.

Seções: Opinião, Poder, Mundo, Economia, Cotidiano, Esporte, Cultura, F5, Sobre Tudo

Últimas notícias: "Estou saindo mesmo", diz Evaristo Costa, que apresenta pela última vez 'Jornal Hoje'

23°C SÃO PAULO

FOLHA DIGITAL Acesso ilimitado por apenas R\$ 1,90 no primeiro mês. ASSINE JÁ!

360 empresas

Ao melhor Preço do Mercado

poder

governo encorralado impeachment

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

Marcha da Família com Deus reúne cerca de 700 pessoas em SP; quatro são detidos

DANIEL VASQUES
GABRIELA TEREZINI
DE SÃO PAULO

22/03/2014 16h31 - Atualizado às 20h28

Compartilhar

8,6 mil

OUVR O TEXTO

Mais opções

Cerca de 700 pessoas se reuniram na Marcha da Família com Deus 2 neste sábado (22), no centro de São Paulo, segundo estimativa da PM. Eles deixaram a praça da República, onde se concentraram, em direção à praça da Sé. Quatro pessoas foram detidas pela polícia.



Em um trio elétrico com faixas com os dizeres "FFAA [Forças Armadas] já", "Voto facultativo = liberdade" e "Comunismo é morte", organizadores fazem discursos de cunho nacionalista, exaltando os militares e criticando o atual governo petista, que associam com o comunismo.

Os participantes, em sua maioria, vestem roupas brancas, verdes e amarelas e levam a bandeira do país. Há faixas que pedem "desmilitarização da PM não" e imagens religiosas. A reportagem não identificou bandeiras de partidos políticos. Uma estátua de Nossa Senhora de Fátima foi erguida no trio elétrico.

Uma das organizadoras da nova marcha, Cristina Peviani, afirmou à reportagem estar satisfeita com a mobilização. "É pra mostrar que ainda existe a família tradicional e conservadora", disse. Segundo Peviani, a organização da manifestação, incluindo o aluguel de trio elétrico e ônibus, foi paga pelos participantes, que se reuniram em "vaquinhas".

Entre os gritos da manifestação estavam "Verde, amarelo, sem foice, sem martelo" e "Fora PT". O hino nacional foi entoado diversas vezes.

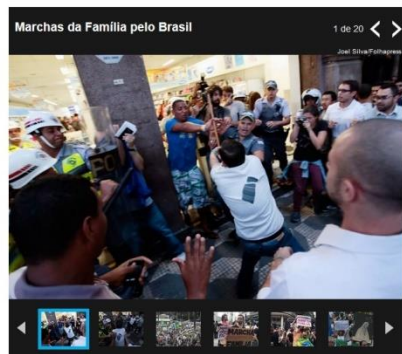
ATRITOS

Pessoas que se manifestaram contra a marcha foram hostilizadas pelos participantes. Em muitos casos, tiveram que ser isoladas pela polícia.

Dois garotos usando roupas femininas e com cartazes com os dizeres "Marcha (praticamente da) família" e "Marchinha quase da família" tiveram seus pertences rasgados e foram expulsos pelos manifestantes. Um deles levou um chute.

Quando o ato chegou à praça da Sé, uma garota foi levada pela polícia. Ela atirou spray em uma bandeira nacional levada por manifestantes, segundo testemunhas. Diversas pessoas correram atrás dela, que se escondeu em uma farmácia, de onde saiu apenas com a presença dos PMs. Na confusão, um homem e um policial ficaram feridos.

Segundo a PM, 900 policiais fizeram a segurança das marchas que aconteceram neste sábado no centro de São Paulo.



REPRISE

Em 19 de março de 1964, poucos dias antes do golpe militar, meio milhão de pessoas foram às ruas na "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade", da praça da República até a Sé, em São Paulo.

O movimento foi considerado naquela época a maior manifestação popular já vista no Estado de São Paulo. A marcha teve contornos políticos, com pessoas pedindo a preservação da Constituição, a manutenção de um regime democrático e o impeachment do então presidente João Goulart.

leia também

Manifestantes da Marcha da Família confrontam críticos no Rio

Grupo organiza nova edição de passeata anticomunista de 64

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

especiais

Placar da denúncia

Tendência dos 513 deputados sobre ação contra Temer

PLACAR DA DENÚNCIA

Veja como votam os deputados em relação à denúncia contra Temer

operação LAVA JATO

DE 2014

Salva mais sobre a Lava Jato, maior investigação sobre corrupção no país

REAÇÃO em cadeia

Lava Jato completa três anos com frentes dentro e fora do Brasil

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Enviar meu e-mail

enviar

f t g+ in p

EM PODER

1 Bendine guardava dinheiro vivo e ajudou Val Marchioni a comprar Porsche

2 Sucessão de Alcide aprofunda o racha interno no PSDB

3 Ex-presidente do BB e da Petrobras é preso em nova fase da Lava Jato

4 Preso hoje, Bendine tinha passagem só de ida para Portugal para amanhã

5 Notícias são falsas, diz Val Marchioni sobre ter sido beneficiada por Bendine

baaa.site

memes, quizzes, inspiration

Have fun now!

baaa.site

Chegou a hora de tomar uma decisão importante para a empresa e suas ações.

Salva mais +

VALE

NÃO COMPROU SEU APE NO FEIÃO? SÓ A MRV TE DÁ MAIS UMA CHANCE

O Diabo Na História

Compartilha, Facione e Alguns Lichês Do Século XXI

De R\$ 75,00 Por R\$ 64,90

Comprar

folhashop

Compare preços

Frigobar Consul CRC1...

à vista

R\$ 827,00

Consul

folhashop

Compare preços

Motorola 5 Plus XT16...

à vista

R\$ 1.234,05

Motorola

Aproveite!

DMX

Essa foi do cenário na

CMA Series 4

Zolas Grátis

O melhor cenário para

cunlistas

ruy castro



É escritor e jornalista. Considerado um dos maiores biógrafos brasileiros, escreveu sobre Nelson Rodrigues, Garrincha e Carmen Miranda. Escreve às segundas, quartas, sextas e sábados.

Marcha a ré

19/03/2014 03h30

f Compartilhar t g+ in e < 2,1 mil OUVIR O TEXTO + Mais opções

RIO DE JANEIRO - Um grupo de ativistas promoverá neste sábado, em São Paulo e em outras 200 cidades, a "Marcha da Família com Deus", para fazer frente a um "golpe comunista marcado para este ano" —a ser dado, segundo eles, pelo PT e seus aliados. A passeata será uma reedição da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que, no dia 19 de março de 1964, protestou contra a "ameaça comunista" e contribuiu para a queda do presidente João Goulart.

É difícil imaginar um "golpe comunista" em que os aliados são Sarney, Collor, Maluf, Renan Calheiros e outros. Mas, quando se trata dessa turma, tudo é possível. A exemplo de 1964, os ativistas vão conchamar os militares a tomar o poder, fechar os partidos, varrer a subversão e a corrupção e, com tudo saneado, nos devolver o país —ou o que sobrar dele.

Pessoalmente, acho a pauta até modesta. Eu pediria também a volta de Claudia Cardinale, Stefania Sandrelli e Vera Vianna. Dos cigarros Luiz XV e Mistura Fina e dos fósforos marca Olho. Da cuba-libre, do hi-fi e da vaca preta. Dos LPs do Tamba Trio, do Henry Mancini e do Modern Jazz Quartet. Das cuecas samba-canção, ideais para um bate-coxa, e dos penteados femininos armados com Bom Bril. Do sexo à milanesa (de noite, na praia) e das corridas de submarino. Tudo isso era 1964.

Do "Correio da Manhã", do pente Flamengo e do concretismo. Da Gillette Mono Tech, da pasta d'água e da Coca-Cola como bronzeador. Do Toddy em lata, dos tróleibus e das bicicletas Monark com pneu balão. Da Parker 21, do papel almaço e da goma arábica. Dos currículos com latim, francês e canto orfeônico. Tudo isso também era 1964.

Já os militares que a "Marcha" quer chamar de volta, não recomendo. Sob eles, a família se esgarçou, a liberdade acabou e, em pouco tempo, o próprio Deus saiu de fininho para não se comprometer. ★★



Estudando pesquisas de opinião da época, inclusive documentos que só foram revelados nos últimos anos, o pesquisador Luiz Antonio Dias, chefe do Departamento de História da FUC-SP, explica que a aprovação do governo não era baixa e, em algumas pesquisas, chegava a 50%. As supostamente temidas reformas de base eram repudiadas por cerca de 30% dos brasileiros. Mas havia um sentimento forte também contra o governo.

Confira a página dos 50 anos do grupo

igrejas: resistência e colaboração durante a ditadura militar

— Já se falou que a marcha reuniu um milhão de pessoas. Depois, caiu para 200 mil. Hoje, com base em imagens da época, calcula-se que foram pouco mais de 100 mil pessoas. Mas houve também cerca de outras 10 marchas nos dias seguintes por todo o país — disse o pesquisador, que não descarta a importância do movimento: — As marchas refletiram o descontentamento de setores da classe média e sobretudo das elites do país. A marcha não sintetiza o sentimento dos brasileiros, mas serviu como “voz das ruas” e acabou sendo uma justificativa para a intervenção militar.

Estudioso da Igreja, o filósofo Roberto Romano (Unicamp) afirma que a instituição foi um dos "motores" da marcha e que a Cruzada do Rosário, organizada pelo padre americano Patrick Peyton, em 1962, foi o embrião

Passados 50 anos, setores conservadores da sociedade tentam reviver a marcha da família no próximo sábado, em dezenas de cidades. Pelas redes sociais, os grupos são pequenos. Mas, para Romano, há um sinal de perigo:

— Todo movimento que visa interromper o processo democrático é nocivo. Os movimentos totalitários do século XX na Europa começaram com centenas de pessoas e terminaram com milhões nas ruas.

Janot pede novo inquérito para investigar líder do P no Senado

Downloaded by [Rutgers University] at 11:56 08 September 2015



Residencial com padrão de luxo inédito é sucesso



As principais fontes de

Is *recursus* a counterfactive clitic? [Click here for more](#)

ECONOMIA
Aumento de imposto nos combustíveis volta a valer

BRASIL
Moreira Franco foi nomeado ministro para escapar da Lava-Jato, diz MPF

BRASIL
Cunha guardava lista de
cargos do PMDB nos
governos do PT

Zelotes: Auditor da Receita e empresário são presos em SP

23/03/2014 17:57 - Atualizado em 23/03/2014 18:07

Grupo faz reedição de Marcha da Família no Centro do Rio

Movimento repete ato feito há 50 anos contra suposta ameaça comunista. Evento foi marcado por conflitos ideológicos e pequeno tumulto.

Daron Siqueira
Do G1 Rio

Grupo faz reedição da Marcha da Família com Deus, realizada há 50 anos (Foto: Daron Siqueira/G1)

Enquanto o governo do Rio aguarda o envio das Forças Federais numa tentativa de conter alguns conflitos em áreas pacíficas da cidade, cerca de 200 pessoas se reuniram no Centro para pedir intervenção militar no país. O movimento é uma reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada há 50 anos em protesto contra a suposta ameaça comunista alertada na época por alguns setores da sociedade civil no Brasil. O evento foi marcado por conflitos ideológicos e pequeno tumulto entre defensores de ideais distintos.



Grupo levou cartazes à festa da ditadura militar (Foto: Daron Siqueira/G1)

Empunhando cartazes em defesa da militarização no país e com críticas ao atual governo, os manifestantes saíram da Candelária, no Centro da cidade, e seguiram até o Palácio Duque de Caxias, próximo à Central do Brasil. Em frente ao prédio do Exército, cantaram o Hino Nacional. Muitos gritavam "Viva Deus!" e "Viva Mito!", cores do período chamado de "50 anos de chumbo" da ditadura militar no Brasil.

Dizem de policiais acompanhavam o protesto, que foi pacífico até a chegada de um outro grupo de manifestantes que, em menor número, hostilizava os integrantes do primeiro e condenavam a proposta de entregar o comando do país novamente nas mãos dos militares.



Grupo contrário à militarização do país criticou a ditadura militar (Foto: Daron Siqueira/G1)

Os ânimos ficaram exaltados entre as duas partes. Na praça em frente ao palácio, os policiais formaram um cordão de isolamento entre os dois grupos, que trocaram palavras injuriosas. Um integrante da Marcha da Família atirou pedras e o cordão policial e agrediu um manifestante oposto com um chule. Houve revide e um pequeno tumulto se formou. Os policiais intervieram e afastaram o grupo menor, contrário às forças policiais, que se refugiou ao lado da Central do Brasil.



Depoente Jair Bolsonaro foi expulso por alguns participantes da Marcha (Foto: Daron Siqueira/G1)

Contra o PT

Presença na Marcha da Família com Deus no Rio, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) se esquivou de manifestar com clareza o seu apoio ao movimento. Quando lhe foi perguntado se concordava com o pedido de intervenção militar no país, ele se limitou a dizer que não concordava com a proposta. "Não entendo o movimento". No entanto, não disse quais seriam as outras reivindicações da marcha com as quais concordava.

Bolsonaro aprovou a conexão para dar a presidente Dilma Rousseff. Cita vídeos que

circulam na internet que mostram, segundo ele, que a ex-militante política era terrorista e promovia assassinatos. "As pessoas precisam usar para enfraquecer o governo do PT", diz.

O deputado também citou a política do chamado por ele "M gay", "O M gay, que eu discuti, era para ensinar o filho do pobre a ser gay. Mas eu não sou contra gay, cada um pode ser o que quiser". O assunto também o serviu para criticar a Dilma. "Ela mandou dois caças para um país que pune homossexuais com morte e eu quem sou contra os gays?", disse.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade



O QUE ERA: Uma série de manifestações que ocorreram entre os anos 1950 e 1960, lideradas por integrantes como "amigos comunistas".

POR QUE: Reação ao Plano de Central do Brasil, do Rio de Janeiro, em 1954, que previa a reforma da cidade, com a criação de uma "cidade nova".

O QUE VEIO: Foram chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em 1954, que exigiam uma ditadura de mais de 20 anos no país.

QUANDO: 13 de março e 14 de junho de 1954.

ONDE: Concentrações de manifestantes, entre as igrejas e grandes manifestações que progrediram à frente da família.

DETOCHES: Adesão de Santa Catarina do Rio de Janeiro, liderada por Getúlio Vargas e apoiada por Getúlio Vargas e apoiada por Getúlio Vargas.

TAMÃO: Praça da República até a Praça da Liberdade.



G1.com.br

Imagem: arquivo em 23/03/2014

presos, torturados e assassinados. Em 2012, a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela presidente Dilma Rousseff para apurar as violações aos direitos humanos cometidas entre 1964 e 1986, período que inclui a ditadura militar. A comissão tem até 16 de dezembro de 2014 para concluir os trabalhos.

Rio de Janeiro

veja também



PM terá centro de comando militar na rua do Rio para o Rio de Janeiro



Especialistas apontam os principais desafios para o futuro do Rio

Rio de Janeiro

Comandante do batalhão da PM sobre tentativa de assalto no...

Comandante da PM do RJ pede exclusão da qualificação...

Suspeitos de sequestro são presos em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio

Justiça Federal mantém prisão do empresário Jacob Benedito Filho

Rio de Janeiro

Shopping



compre preços de

compre

veja todos os produtos